



**SUDAM**  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

**RELATÓRIO DE**  
**GESTÃO**  
EXERCÍCIO 2022

## **SOBRE ESTE RELATÓRIO**

Relatório de Gestão do exercício de 2022, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e da Decisão Normativa TCU nº 198/2022.

### **FERRAMENTAS ÚTEIS PARA LEITURA:**

- **GLOSSÁRIO**
- **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACIONES**
- **LISTA DE FIGURAS**
- **LISTA DE GRÁFICOS**
- **LISTA DE QUADROS**
- **LISTA DE TABELAS**
- **LISTA DE LINKS**
- **LISTA DE ANEXOS**



1.MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA SUDAM.....	3
2.VISÃO GERAL DA SUDAM E AMBIENTE EXTERNO.....	5
3.RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	15
4.GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO.....	19
5.INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	76
ANEXOS.....	82

# SUMÁRIO





# MENSAGEM DO SUPERINTENDENTE

## 1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA SUDAM

Neste momento crucial para a Amazônia e para o mundo, temos diante de nós uma responsabilidade histórica: conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e com a valorização das pessoas que aqui vivem, promovendo o crescimento sustentável.

Sabemos que a biodiversidade e os recursos naturais da Amazônia são tesouros inestimáveis que devem ser protegidos e valorizados. Nesse sentido, a sustentabilidade é a chave para garantir a preservação desses preciosos ativos e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento humano e econômico das comunidades que habitam a região.

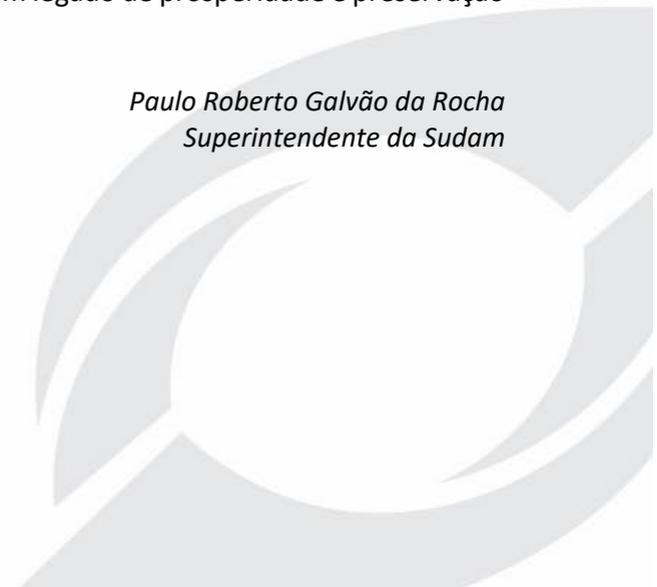
Exatamente por este motivo é que inserimos no PRDA 2024-2027 o eixo da ciência, tecnologia e sociobioeconomia. Vamos apoiar a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a implementação de projetos que impulsionem a economia da Amazônia sem comprometer sua integridade, incentivando, de maneira prioritária e diferenciada, as práticas sustentáveis e inovadoras.

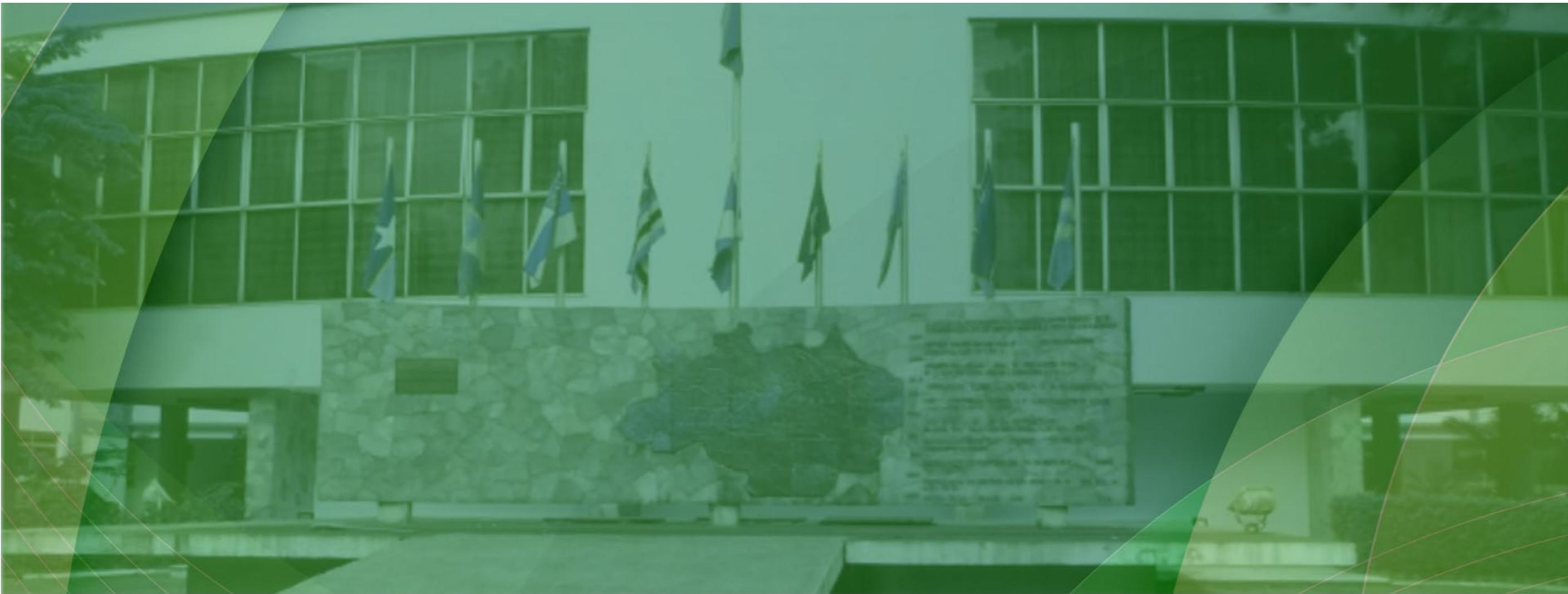
O desafio transcende fronteiras. O futuro da Amazônia está intimamente ligado ao futuro do planeta como um todo. Por isso, devemos fortalecer laços de cooperação internacional, compartilhar conhecimentos e experiências, e estabelecer parcerias sólidas com países e organizações comprometidos com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Através do diálogo e da diplomacia ambiental, buscaremos consolidar a Amazônia como uma referência mundial em desenvolvimento sustentável. Seremos incansáveis na defesa de nossos recursos naturais, promovendo uma gestão ambiental responsável, o respeito aos direitos das comunidades tradicionais e a inclusão social.

Neste momento, conclamo a todos os cidadãos e setores da sociedade a se unirem nessa jornada. Juntos, podemos construir um futuro promissor para a Amazônia, onde o desenvolvimento econômico caminhe lado a lado com a preservação do meio ambiente e a justiça social. Nosso compromisso é deixar um legado de prosperidade e preservação para as gerações presentes e futuras.

*Paulo Roberto Galvão da Rocha  
Superintendente da Sudam*





# **VISÃO GERAL DA SUDAM E AMBIENTE EXTERNO**

## 2. VISÃO GERAL DA SUDAM E AMBIENTE EXTERNO

### • QUEM SOMOS?

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam é uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, criada pela Lei Complementar N°124, de 3 de janeiro de 2007, cuja finalidade é promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

### • ONDE ESTAMOS?

Com sede em Belém (PA), a Sudam atua em praticamente 59% do território nacional, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

### • COMO ATUAMOS?

A Instituição possui quatro macroprocessos finalísticos: Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros; Fundos de Desenvolvimento e Financiamento; Convênios e Transferências Voluntárias; e Planos de Desenvolvimento.

A Sudam tem por responsabilidade político-institucional executar políticas públicas para redução das desigualdades regionais. Nesse sentido, seu principal instrumento norteador é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, com o propósito não só de minimizar os desníveis regionais, mas também seus efeitos negativos no âmbito da Amazônia Legal, por meio da atração de investimentos, implantação de projetos de incentivos e benefícios fiscais e de apoio às transferências voluntárias, mediante convênios e outros ajustes.

Competências institucionais da Sudam - Lei Complementar nº 124/2007

- Definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável de sua área de atuação;
- Formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais;

- Atuar, como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, para promover a diferenciação regional das políticas públicas nacionais e a observância dos parágrafos 1º e 7º do art. 165 da Constituição Federal;
- Assessorar o Ministério da Economia na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Geral da União, em relação aos projetos e atividades previstas na sua área de atuação;
- Apoiar, em caráter complementar, investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social; capacitação de recursos humanos; inovação e difusão tecnológica; políticas sociais e culturais; e iniciativas de desenvolvimento sub-regional;
- Estimular, por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação;
- Promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental da Amazônia, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões.

### 2.1. Principais normas direcionadoras de sua atuação

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam foi instituída, na forma do art. 43 da Constituição Federal, por meio da Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007, a qual estabelece a composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação do órgão e dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. A estrutura regimental da Sudam encontra-se disposta nos termos do Decreto nº 11.230, de 07 de outubro de 2022, e o seu Regimento Interno foi aprovado por meio da Resolução nº 70, de 08 de maio de 2017, pela Diretoria Colegiada da autarquia.

Com relação às ações finalísticas, a Sudam tem como principais normas direcionadoras:

- Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, que define os setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, para fins dos benefícios de redução do imposto de renda, inclusive de reinvestimento;
- Decreto nº 10.053, de 9 de outubro de 2019, o qual aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia;

- Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
- Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Ademais, a Sudam dispõe de planos, políticas, normas e cartilhas que se relacionam com suas atividades internas ou institucionais. Dentre eles, destacam-se:

a) **Plano de Desenvolvimento Regional da Amazônia – PRDA** - aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudam por meio da Resolução nº 77, de 23 de maio de 2019, foi entregue no dia 30 de maio de 2019 à Presidência da República. O plano é um instrumento de planejamento norteador das intervenções públicas na Amazônia, elaborado em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional e a participação de diferentes atores da sociedade, através de Consulta Pública. Disponível no link: [Planos de Desenvolvimento – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia \(www.gov.br\)](#).

b) **Plano de Ação** – documento elaborado anualmente, balizador das ações institucionais para o exercício. O Plano envolve um leque de programas e ações convergentes com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e contempladas no Plano Plurianual da União - PPA 2020-2023. Disponível no link: [Planos de Ação – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia \(www.gov.br\)](#).

c) **Cartilha de Ações Orçamentárias** – documento de orientação, elaborado anualmente, acerca dos programas e as ações orçamentárias passíveis de alocação de recursos ao orçamento da Sudam para o exercício. Disponível no link: [Recursos e metas das ações e programas finalísticos – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia \(www.gov.br\)](#).

d) **Resolução CONDEL nº 93, de 13 de agosto de 2021** – Regulamenta os Incentivos Fiscais administrados pela Sudam. Disponível no link: [Resolução nº 93/2021 – Repositório SUDAM](#).

e) **Resolução CGIRC nº 04, de 18 de fevereiro de 2019** – aprova a Declaração de Apetite a Risco, estabelecendo a tolerância ao risco exclusivamente nos níveis Baixo e Médio. Disponível no link: [Governança, Integridade, Riscos e Controles – Repositório SUDAM](#).

f) **Política de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos** – estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades da gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão a serem observados e seguidos nos planos estratégicos, programas, projetos e processos da Sudam. Disponível no link: [Governança, Integridade, Riscos e Controles – Repositório SUDAM](#).

g) **Plano de Integridade** – estabelece as medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, detecção e punição de fraudes, atos de corrupção, irregularidades e desvios de conduta que podem impedir a Sudam de alcançar seus objetivos. Disponível no link: [Governança, Integridade, Riscos e Controles – Repositório SUDAM](#).

h) **Plano de Governança, Riscos e Controles** - estabelece as diretrizes, responsabilidades e procedimentos para gestão de riscos no âmbito da Sudam. Disponível no link: [Governança, Integridade, Riscos e Controles – Repositório SUDAM](#).

i) **Cartilha do Programa de Integridade da Sudam** – contém informações gerais sobre o Plano de Integridade da Sudam. Disponível no link: [Governança, Integridade, Riscos e Controles – Repositório SUDAM](#).

j) **Política de Segurança da Informação – POSIC** - estabelece mecanismos e controles para garantir a efetiva proteção dos dados, informações e conhecimentos gerados e a redução dos riscos de ocorrência de perdas, alterações e acessos indevidos, preservando a disponibilidade, integridade, confiabilidade e autenticidade das

informações na Sudam. Disponível no link: [Resolução Nº 20 Aprovar A Política De Segurança Da Informação E Das Comunicações.pdf — Repositório SUDAM](#).

k) **Código de Ética Profissional dos Servidores da Sudam** - Prescreve os padrões de conduta profissional exigidos dos servidores da Sudam, estabelece deveres e vedações e disciplina a constituição e atuação da Comissão de Ética Profissional. <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/codigo-de-etica.pdf>

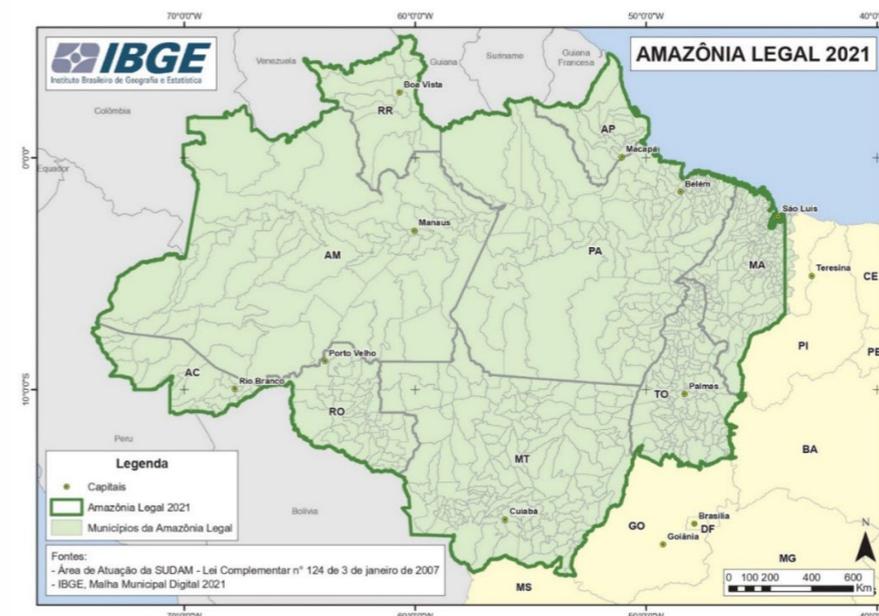
l) **Carta de Serviços** – contém as informações sobre os serviços, inclusive os setores responsáveis, meios de contato, horários de funcionamento, entre outros dados necessários para atendimento. Disponível no link: [Carta de Serviços Integralizada — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia \(www.gov.br\)](#).

### 2.1.1. Ambiente de atuação

O ambiente de atuação da Sudam, conforme definido na Lei Complementar que a institui, é a Amazônia Legal e fundamenta-se em promover o desenvolvimento de forma planejada, organizada e articulada, viabilizando a utilização dos instrumentos de ação da Sudam para acelerar o crescimento econômico da Região com distribuição de renda e responsabilidade sócio ambiental, em conformidade com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR e Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA, como marcos estratégicos das políticas públicas para a Amazônia.

A Amazônia Legal define-se por um recorte espacial e administrativo criado pelo Governo Federal para fins de planejamento e intervenção econômica. A região possui área aproximada de 5,1 milhões de km<sup>2</sup> e corresponde a cerca de 59,1% do território nacional. A Amazônia abrange, em sua totalidade, os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e, parcialmente, o Estado do Maranhão, a oeste do Meridiano 44<sup>o</sup>.

Figura 1 – Mapa da Amazônia Legal



Fonte: IBGE, 2021

Do ponto de vista demográfico, a população total da região em 2021 chegou a pouco mais de 29 milhões de habitantes (IBGE). Internamente, os estados amazônicos mais populosos, por ordem decrescente, são: Pará, Maranhão, Amazonas e Mato Grosso. Em termos absolutos, os estados que, em 2018, apresentaram menores contingentes populacionais, em ordem decrescente, foram: Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima.

No que se refere às suas características naturais, a região, por sua extensão territorial, apresenta uma diversidade de ecossistemas, traduzidos por diferentes tipos de vegetação, clima e solo. Tem como unidades fitogeográficas predominantes áreas de florestas (floresta ombrófila, floresta estacional) combinadas com cerrados e outros tipos de vegetação.

Desta forma, a Sudam atua em mais da metade do território nacional, considerando as riquezas naturais com diferentes biomas, a diversidade econômica, sociocultural, étnica e o potencial geopolítico e estratégico da região. Além da Sudam, atuam na Amazônia Legal outras

entidades e instrumentos financiadores de projetos na região: FNO, governos estaduais, prefeituras, convênios públicos e parcerias-público-privadas.

## 2.2. Estrutura organizacional e de governança

Em 2022, foi editado pelo governo federal o Decreto nº 11.230, que aprovou a nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Sudam. O Decreto adequa a atual estrutura às disposições da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O redesenho organizacional não trouxe aumento de despesas e tem como objetivo proporcionar o fortalecimento institucional, a valorização do corpo técnico efetivo, a adequação de competências e a melhoria do desempenho da autarquia, atentando-se principalmente à Lei Complementar nº 124/2007 e às condições e necessidades do órgão e da região.

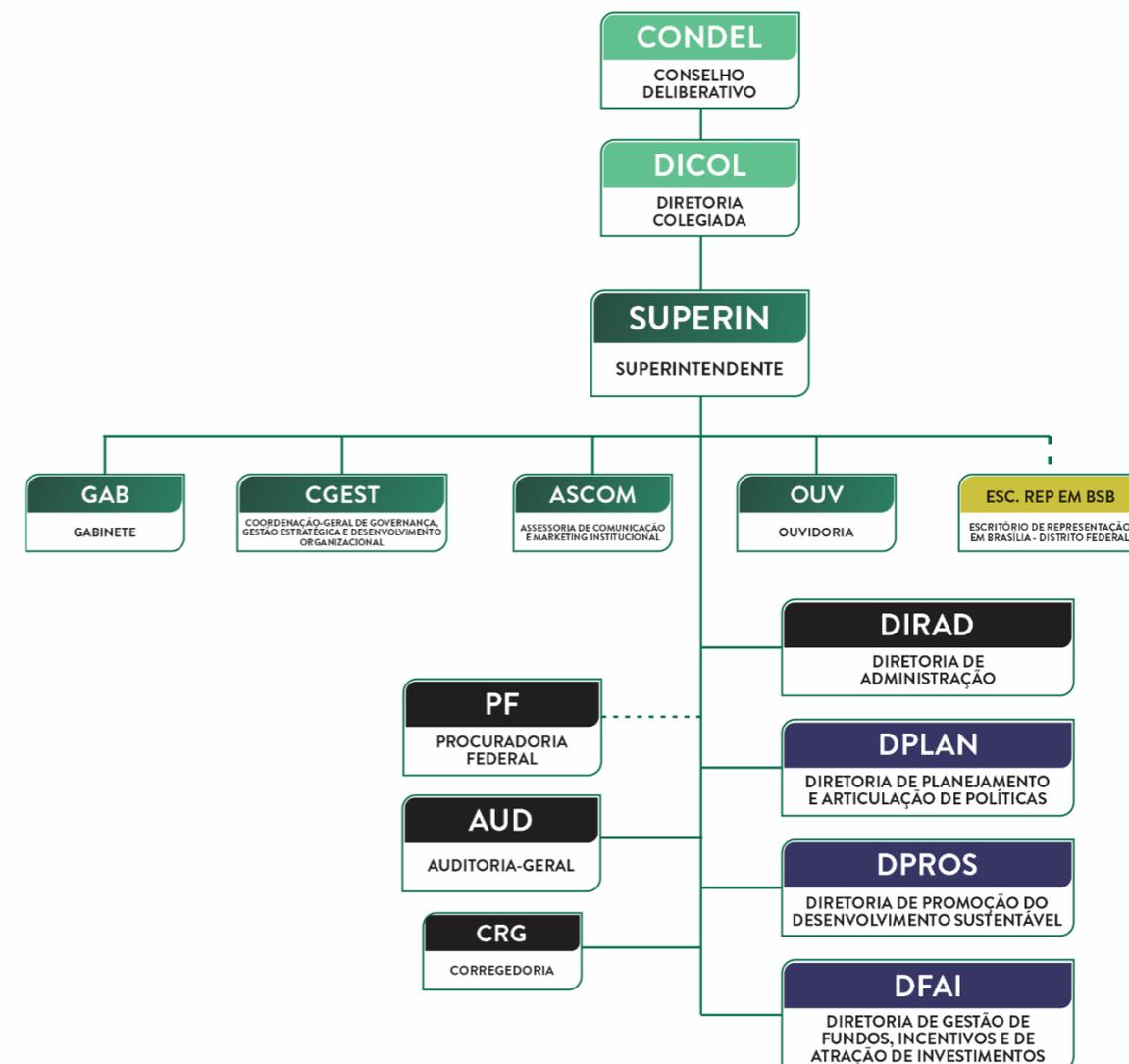
Dentre as principais mudanças, destaca-se a estruturação da Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável, unidade fundamental para o alcance da missão institucional da Sudam, que apesar de estar prevista na Lei de criação da autarquia, não possuía estrutura ativa.

### 2.2.1. Organograma Funcional

A Sudam tem sua estrutura organizada da seguinte forma:

- **Órgãos colegiados:** Conselho Deliberativo – CONDEL e Diretoria Colegiada – DICOL;
- **Órgãos de assistência direta e imediata ao Superintendente:** Gabinete; Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e Desenvolvimento Organizacional; Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional; e Ouvidoria;
- **Órgãos seccionais:** Procuradoria Federal, Auditoria-Geral, vinculada à Diretoria Colegiada, Corregedoria e Diretoria de Administração;
- **Órgãos específicos singulares:** Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas; Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável; e Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos.
- **Órgão descentralizado:** Escritório de Representação em Brasília;

Figura 1 – Organograma da Sudam



Fonte: Sítio Institucional da Sudam

Figura 2 – Legendas do Organograma da Sudam



Fonte: Sítio institucional da Sudam

### 2.2.2. Diretoria Colegiada

O quadro de dirigentes da Sudam é composto pelo Superintendente e pelos diretores das áreas de Administração; Planejamento e Articulação de Políticas; Promoção do Desenvolvimento Sustentável; e Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos, conforme perfis abaixo:

#### Superintendente

- **Paulo Roberto Galvão da Rocha**

Nascido em Terra Alta, no estado do Pará, iniciou sua vida política como militante do movimento sindical. Sindicalista com formação em artes gráficas e fundador do partido dos trabalhadores no estado do Pará. Foi deputado federal por cinco (5) mandatos. Em 2014,

elegeu-se senador com o expressivo resultado de 1 milhão e quinhentos mil votos. Filho de pai lavrador e mãe professora primária, começou a trabalhar desde cedo para ajudar a cuidar dos dezessete irmãos.

Morou durante dez anos na Escola Salesiana do Trabalho, onde com suas mãos ajudou a construir àquela escola e se tornou instrutor de artes gráficas. Com gestão elogiada à frente da presidência do Sindicato dos Gráficos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) estadual, é também conhecido por seu perfil de grande articulador no Congresso Nacional. No decorrer dos cinco mandatos como deputado federal, foi líder da bancada do PT, presidente das Comissões de Trabalho e da Amazônia e coordenador, em diferentes momentos, das bancadas de deputados do Pará e da Amazônia. É autor de inúmeras proposições legislativas e onze se transformaram em lei. Entre elas, a que cria o seguro-defeso, a que regulamenta a profissão dos agentes comunitários de saúde, a que combate o trabalho escravo e a Lei Paulo Gustavo, destinando R\$ 3,8 bilhões ao setor cultural do país. Agora superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

#### Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas (DPLAN)

- **Paulo Roberto Ferreira**

Bacharel em administração, especialista em planejamento do desenvolvimento regional e mestre em ciência da educação. Jornalista profissional e pesquisador. Ex-diretor da TV Cultura do Pará; ex-secretário de estado de comunicação e ex-assessor parlamentar na assembleia legislativa, na câmara federal e no senado federal. Autor de seis livros publicados e de diversos artigos acadêmicos.

#### Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos (DGFAI)

- **Jorge Frota Pereira Junior**

Bacharel em administração. Possui curso pela Associação Internacional Continuada. Gestor em controle interno, liderança e gestão project finance para IFDA (International Financial Date Service). Servidor de carreira há dezoito anos no Banco da Amazônia atuando em várias regiões como Belém e Santarém.

## **Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (DPROS)**

Cargo Vago

## **Diretoria de Administração (DIRAD)**

- **Wilson Luiz Alves Ferreira**

Formado em Gestão Pública pela Universidade Estácio de Sá, Wilson Ferreira foi Diretor Geral da Escola de Governança Pública do Estado do Pará, consultor em gestão estratégica, governamental, planejamento estratégico de organizações públicas e privadas, desenvolvimento de equipes, liderança e competências gerenciais.

Atualmente como Diretor de Administração da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, tem como missão o resgate da valorização dos servidores que contribuem significativamente para o que os instrumentos de ação da Autarquia cheguem ao seu público-alvo.

A Sudam tem em sua atual estrutura de governança a Diretoria Colegiada, o Conselho Deliberativo, a unidade de Auditoria Interna, a Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional, o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação, o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação, a Corregedoria, o Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles, a unidade de Ouvidoria, a Unidade de Gestão da Integridade e a Comissão de Ética.

O quadro a seguir descreve a base normativa na qual constam as atribuições e a forma de atuação de cada uma destas instâncias:

**Quadro 1** – Estruturas de Governança

<b>Estrutura</b>	<b>Normativo</b>
Conselho Deliberativo	Decreto nº 11.230/2022 (art. 8º e 9º)
Diretoria Colegiada	Decreto nº 11.230/2022 (art. 10º e 11º)
Unidade de Auditoria Interna	Decreto nº 11.230/2022 (art. 14º)
Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional	Decreto nº 11.230/2022 (*)

Comitê de Governança Digital	Portaria nº 003/2020
Comitê de Segurança da Informação	Portaria nº 003/2020
Corregedoria	Decreto nº 11.230/2022 (art. 15)
Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles	Portaria nº 310/2019
Unidade de Ouvidoria	Decreto nº 11.230/2022 (art. 12º)
Unidade de Gestão da Integridade	Ato Ad Referendum nº 02/2020
Comissão de Ética	Portaria nº 113/2008

Fonte: CGEST/SUDAM

(\*) Unidade prevista no Decreto nº 11.230/2022, porém suas atribuições serão estabelecidas no Regimento Interno da instituição.

### **2.3. Rol de Responsáveis**

O rol de responsáveis pode ser acessado no sítio eletrônico da Sudam por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/rol-de-responsaveis>.

### **2.4. Cadeia de Valor**

A Cadeia de Valor da Sudam, em nível agregado, é um instrumento visual que objetiva dar melhor compreensão da relação entre vários macroprocessos de trabalho da instituição e a percepção da operacionalização dos mesmos, como fatores geradores dos benefícios à sociedade.

Na base da Cadeia de Valor, estão dispostas as funções de Governança, Gestão e Suporte, conjuntos de atividades comuns aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Acima, estão as funções finalísticas, as quais correspondem às competências fundamentais da Sudam: Planejamento, Articulação e Fomento. Através da execução de tais funções, são gerados os benefícios tangíveis e/ou intangíveis direcionados à sociedade, a qual se constitui a maior beneficiária das ações da Sudam, culminando, assim, no alcance da missão institucional.

Figura 3 – Cadeia de Valor



Fonte: Planejamento Estratégico Institucional/Sudam 2021-2024

## 2.5. Descrição dos principais processos de trabalho e produtos

A seguir, elencamos resumidamente os principais processos de trabalho da Sudam, conforme sua Lei Complementar.

### 2.5.1. Transferências Voluntárias

No âmbito das transferências voluntárias, os convênios representam o compromisso da Sudam em investir em regime de mútua cooperação nos projetos apresentados pelos governos estaduais e municipais, com vistas a executar o Orçamento Geral da União, regulamentado por um conjunto de dispositivos constitucionais, legais e normativos, tais como a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual, Decreto nº 6.170/2007 e Portaria Interministerial nº 424/2016.

Na figura de concedente, a Sudam celebra convênios para a execução de projetos que visem ao fortalecimento dos arranjos e cadeias produtivas, melhoramento da infraestrutura urbana e rural, oferta de serviços, entre outros. Os recursos aplicados nesses empreendimentos são previstos no Orçamento Geral da União, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), oriundos do orçamento próprio da Autarquia, bem como, em significativo volume, provenientes de emendas parlamentares.

Dentre os convênios celebrados com a Sudam, destacam-se os seguintes objetos: aquisição de máquinas e/ou equipamentos, eletrificação rural, pavimentação/construção de vias, construção/reforma de feiras e mercados e sistemas de abastecimento de água.

Maiores informações a respeito dos convênios e transferências voluntárias podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/convenios-e-ted/convenios-ted/>.

### 2.5.2. Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais são instrumentos de promoção de investimentos que visam atrair e/ou manter empreendimentos cujas atividades são consideradas prioritárias para o desenvolvimento econômico regional da Amazônia Legal reduzindo a carga tributária e promovendo a melhoria da competitividade das empresas. Este instrumento beneficia a sociedade com a melhoria na competitividade empresarial na região, abrindo espaço para abertura e geração de emprego e renda e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida da população amazônica. Tem como público-alvo empresas situadas na Amazônia Legal.

Possuem três modalidades, sendo Redução de 75% do imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ); Isenção do IRPJ (destinado a atividades voltadas e incluídas no programa de inclusão digital do Governo Federal); e Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. Além disso, possui como estratégia de implementação o enquadramento da empresa no atendimento dos requisitos legais do regulamento dos incentivos fiscais.

Maiores informações a respeito dos incentivos fiscais administrados pela Sudam podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link <https://www.gov.br/sudam/pt-br/incentivos-fiscais/>.

### 2.5.3. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, conforme Decreto nº 10.053 de 9 de outubro de 2019 e Resolução CONDEL/SUDAM nº 82, de 16 de dezembro de 2019, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas. Competindo ainda ao Fundo atuar como indutor do desenvolvimento na Amazônia Legal, assegurando recursos para a implantação de empreendimentos de interesse da região.

O FDA é destinado a empreendimentos de interesse de pessoas jurídicas que venham a ser implantados, ampliados, modernizados ou diversificados na Amazônia Legal, na área de atuação da Sudam.

Maiores informações a respeito do FDA podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/fda>.

#### **2.5.4. Fundo Constitucional do Norte - FNO**

O FNO tem como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, através de programas de financiamento aos setores produtivos privados. Como instituição de desenvolvimento regional, a Sudam é responsável pela definição das diretrizes e prioridades de aplicação dos recursos do FNO, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA. Os recursos do Fundo são administrados pelo Banco da Amazônia – BASA, responsável por fazer as aplicações através de programas já elaborados, anualmente, previstos pelo Plano Plurianual – PPA para a Amazônia, levando em consideração a realidade ambiental da região.

Este fundo tem como foco promover maior efetividade na aplicação dos recursos de modo a aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e contribuir para a melhoria da distribuição de renda, tendo como público-alvo os segmentos produtivos de menor porte; agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizem matérias-primas e mão de obra local e que produzam alimentos básicos para o consumo da população e projetos sustentáveis; além de estudantes do Programa de Financiamento Estudantil – FIES.

Maiores informações a respeito do FNO podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/fno/>.

#### **2.5.5. Planejamento Regional**

##### **2.5.5.1. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA**

O PRDA, elaborado para o período 2020-2023, conforme a Lei Complementar nº 124/2007, é um instrumento de planejamento norteador das intervenções públicas na Amazônia, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais. Tem como fundamento o art. 3º da Constituição Federal, de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, com foco no desenvolvimento responsável com alto valor agregado, com coesão econômica e social.

Fruto da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, instituições públicas e sociedade civil, mediante Consulta Pública, o PRDA 2020-2023 intenta ser um catalizador em todas as esferas do poder público, dos agentes políticos e da sociedade civil organizada, compartilhando responsabilidades e recursos financeiros, além de organizar em torno de si, iniciativas de programas de diversos setores produtivos de forma transversal.

Maiores informações a respeito do PRDA podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: <http://repositorio.sudam.gov.br/sudam/prda/publicacoes-institucionais/prda-2020-2023.pdf/view>.

#### **2.6. Relação com ambiente externo e clientes**

A Sudam tem por finalidade promover o desenvolvimento incluyente e sustentável em sua área de atuação, bem como a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. É responsável pela execução de políticas públicas para redução de desigualdades regionais, com o propósito de minimizar os desníveis regionais, por meio de atração de investimentos, da implantação de projetos de investimentos e benefícios fiscais e de apoio às transferências voluntárias, mediante convênios e ajustes.

Diante disso, necessita dispor de uma estrutura de governança, integridade, riscos e controles que possibilitem o desenvolvimento de ações e mecanismos de controle eficientes para lidar com as possíveis situações que possam prejudicar o alcance de seus objetivos.

Além da Sudam, atuam na Amazônia Legal outras entidades públicas financiadoras de projetos na região, a exemplo de outros bancos federais e estaduais, os quais também ofertam taxas inferiores às praticadas pelo mercado privado. No entanto, os fundos administrados pela Sudam (FNO e FDA) conseguem em algumas de suas modalidades disponibilizar recursos com

taxas ainda menores, inferiores ao custo de captação do Tesouro, em função de serem instrumentos da PNDR e possuírem redutores regionais no cômputo da taxa final cobrada do mutuário.

A Sudam atua, ainda, na articulação com os stakeholders no nível federal, estadual e municipal, setor produtivo, instituições de pesquisa, instituições financeiras e a sociedade em geral para elaborar programas e projetos especiais prioritários estratégicos para o desenvolvimento regional, em conformidade com a PNDR e PRDA, bem como na produção de insumos voltados para a formulação de projetos de fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais APLs, de acordo com concepção das Rotas de Integração Nacional e no apoio aos estudos dos microeixos de transporte de cargas e passageiros nos estados da Amazônia Legal, que vêm identificando os projetos logísticos estratégicos e prioritários para investimentos, tendo como base a redução de custos de transporte, aumento de competitividade e contribuição para o desenvolvimento sustentável da Região.

Ademais, a Sudam possui uma Ouvidoria, integrante da Rede Nacional de Ouvidorias, que recebe continuamente manifestações dos usuários através da Plataforma de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, gerenciado e supervisionado pela Controladoria-Geral da União - CGU. Em 2022, obteve-se grande avanço com a automação no tratamento das manifestações via Fala.BR. Assim, a plataforma representou o principal canal de entrada das manifestações, abarcando em torno de 70% das cadastradas. Isso proporcionou um melhor gerenciamento interno e celeridade na análise, permitindo oferecer uma resposta ao usuário com qualidade e menor tempo.

Iniciou-se também em 2022, o processo de implantação do Conselho de Usuários, onde a participação direta da sociedade civil trará subsídios para avaliação e melhoria das ações e serviços públicos prestados pela Sudam.

Outra ferramenta é o Sistema de Transparência Ativa (STA), elaborado pela Controladoria Geral da União-CGU, que tem como escopo garantir transparência e o cumprimento da padronização dos sites oficiais, quanto às suas informações em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI).

Além disso, a Ouvidoria está apta a receber demandas por outros meios de ingresso, como e-mail, caixas coletoras e telefone. As manifestações, também conhecidas como demandas, são classificadas como: acesso à informação, denúncia, reclamação, solicitação, sugestão, elogio e simplifique.

Maiores informações a respeito da Ouvidoria da Sudam podem ser consultadas no sítio eletrônico da instituição por meio do link: [https://www.gov.br/sudam/pt-br/canais\\_atendimento/ouvidoria/ouvidoria-sudam](https://www.gov.br/sudam/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/ouvidoria-sudam).

Ressalta-se ainda a importância da Carta de Serviços ao usuário, ferramenta imprescindível para a divulgação dos serviços ofertados pela Sudam, na qual são discriminados os setores técnicos responsáveis, meios de contato, links, horário de funcionamento, dentre outras informações necessárias para o atendimento satisfatório do usuário cidadão.

## 2.7. Capital social e participação em outras sociedades

A Sudam não detém participação em outras sociedades.

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA possui participações acionárias nas empresas Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. – LMTE – e Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. – LXTE.

As conversões de debêntures em ações foram aprovadas pelo agente operador Banco da Amazônia S.A. com a anuência da Sudam, conforme detalhado no quadro de demonstração das atuais composições acionárias.

**Quadro 2** – Composições Acionárias FDA

Empresas	Acionistas	Capitais Sociais	Participações
<b>Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.</b>	Gemini Energy S.A.	R\$ <u>632.529.094,00</u>	83,33%
	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA		16,67%
<b>Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.</b>	Gemini Energy S.A.	R\$ <u>662.013.209,00</u>	85,04%
	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA		14,96%

Fonte: Parecer GERAC-COIND 2018/0138, de 07/10/2019 – Banco da Amazônia S.A.

Informa-se que foi alterada a denominação social da holding controladora das empresas LXTE S.A e LMTE S.A., antes IEP - Isolux Energia e Participações S.A., cuja nova razão passou a ser Gemini Energy S.A., conforme informado pela Starboard Asset à Sudam e ao Banco da Amazônia S.A., via Ofício de 14/02/2020.



# **RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS**

### 3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Visando uma gestão integrada e que objetiva o estabelecimento de um ambiente de controle e gestão de riscos aliado aos valores, interesses e expectativas da organização e dos agentes que a compõem, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão junto à Controladoria Geral da União determinaram, por meio da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, que órgãos e entidades públicas do governo federal instituíssem, entre outras medidas, o Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles.

Com a finalidade de atender essa Instrução Normativa, a Sudam instituiu, por meio da Portaria nº 310/2019, o Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles - CGIRC, de caráter deliberativo e instância de governança estratégica, tendo como integrantes o Superintendente, que o preside, e os titulares das Diretorias de (Planejamento e Articulação de Políticas; Administração; e Gestão de Fundos, de Incentivos e Atração de Investimentos). A função principal do Comitê é avaliar, revisar e monitorar o processo da gestão de governança, riscos, controles e Integridade que deve ser compatível com a missão e objetivos estratégicos da Instituição.

Em 2020, foi aprovada pelo CGIRC a Política de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos da Sudam, que tem por finalidade estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades da gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão a serem observados e seguidos nos planos estratégicos, programas, projetos e processos da autarquia.

Em seguida, ainda em 2020, foi aprovada pelo CGIRC a revisão do Plano de Governança, Riscos e Controles da Sudam. De acordo com o documento aprovado, a autarquia apresenta uma estrutura composta por 3 (três) linhas de defesa da Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos:

- **1ª Linha de Defesa:** Servidores e pelos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais em suas respectivas unidades;
- **2ª Linha de Defesa:** Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles – CGIRC, Núcleo de Governança, Integridade, Riscos e Controles – NGRC e a Unidade de Gestão da Integridade – UGI;
- **3ª Linha de Defesa:** Auditoria-Geral da Sudam, uma vez que é responsável por fornecer à alta administração avaliações abrangentes, baseadas no maior nível de

independência e objetividade dentro da organização, além de prover avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos.

Para consultar os demais documentos relacionados à Governança, Integridade, Riscos e Controle da Sudam, acessar o link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/governanca-integridade-riscos-e-controles>.

O trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos indicava a necessidade de reestruturação da governança institucional. Em 2022, a Sudam dedicou-se a construir e aprovar sua nova estrutura regimental para estabelecer melhorias nas condições de gestão e governança, estabelecendo novas bases para a avaliação de riscos, oportunidades e perspectivas.

Com a instituição do Decreto nº 11.230, de 07 de outubro de 2022, o qual aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam e remanejou e transformou cargos em comissão e funções de confiança, a Sudam iniciou uma transição em seu modelo de Governança, a fim de aprimorar uma estrutura de instâncias internas, para uma melhor gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão, prospectando o fortalecimento dos pilares institucionais que darão suporte aos valores e à atuação da Autarquia ao exercer sua importante missão voltada para a promoção do desenvolvimento regional da Amazônia Legal.

Como forma de viabilizar estas melhorias na Governança, foram suprimidas as Unidades Assessoria de Gestão Institucional - AGI e a Divisão de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos - DGIRC, vinculadas à Superintendência, e estabelecida a Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional - CGEST, com a mesma vinculação. O estabelecimento desta nova unidade administrativa objetivou fortalecer o poder de gestão e governança, para que a atuação não se limite a um mecanismo de controle interno, e sim, na coordenação de todo o ciclo, desde a Gestão de Processos, Gestão de integridade, riscos e controles internos, compondo a 2ª Linha de Defesa, em substituição ao Núcleo de Governança, Integridade, Riscos e Controles – NGRC, extinto em 2022.

A partir da nova estrutura regimental, enxerga-se a oportunidade de estabelecer estrutura complementar, mais abrangente e multidisciplinar ao Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles, estabelecido pela Portaria Nº 310, de 17 de setembro de 2019,

hoje, composto pelos membros da Diretoria Colegiada, e a revisão dos seguintes documentos já constituídos:

- Portaria de instituição do Comitê de Governança. Integridade, Riscos e Controles;
- Regimento Interno do Comitê de Governança. Integridade, Riscos e Controles;
- Política de Governança, Integridade, Riscos e Controles – Ato Nº, de 31 de janeiro de 2020.
- Declaração de Apetite a Risco
- Plano de Integridade – Ato Nº 385, de 14 de novembro de 2019.
- Plano de Governança, Riscos e Controles.
- Cartilha do Programa de Integridade

A Auditoria-Geral, como Unidade integrante da Estrutura da Governança institucional, atuou na Auditoria Interna, em diversos processos, inclusive na modernização dos processos organizacionais e no fortalecimento dos mecanismos de governança institucional. Os processos são selecionados de acordo com a Matriz de Identificação de Eventos de Riscos que norteia os planos de auditoria. Análise de consultas prévias do FDA, Elaboração, Implementação, monitoramento e avaliação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA e Celebração, liberação de recursos, monitoramento, execução e prestação de contas de convênios são alguns exemplos de auditorias internas voltadas à verificação de processos organizacionais.

Diante das recomendações feitas pela Auditoria-Geral em anos anteriores e do Planejamento Estratégico Institucional - PEI-21/24, em 2022 houve intensa dedicação da Assessoria de Gestão Institucional - AGI quanto ao mapeamento de processos internos, pois entende-se ser uma fase importante para se chegar ao mapeamento de riscos.

Devido ao número reduzido de servidores na AGI, foram priorizados 11 processos finalísticos e 2 de atividades meio, totalizando 13 processos mapeados: Elaboração do PRDA, Elaboração do Relatório de Avaliação do PRDA, Estabelecimento de Diretrizes e Prioridades FNO, Acesso e Assinatura de Usuário Externo no SEI, Elaboração de Relatório de Avaliação de Incentivos Fiscais, Elaboração de Relatório de Avaliação do FNO, Elaboração de Avaliação do FDA, Curadoria de dados SIAV, Elaboração de Parecer sobre Relatório Circunstanciado FNO, Elaboração de Estudos sobre os Fundos de Desenvolvimento e Financiamento e Incentivos

Fiscais e Financeiros, Arquivamento e Desarquivamento de Documentos e Solicitação de Serviços de TI.

### **3.1. Principais riscos e oportunidades identificados**

A partir da revisão dos documentos que compõem o arcabouço normativo interno referente à Gestão de Riscos, Integridade e Controle, a Sudam iniciará as ações para a identificação e avaliação dos riscos existentes na instituição. Entretanto, os trabalhos realizados nos últimos anos na autarquia pelas unidades responsáveis permitiram a identificação de alguns riscos, que, em parte dos casos, é comum a vários órgãos da administração pública: cortes ou alterações orçamentárias, redução do quadro de servidores, mudanças nas legislações, perda de gerência sobre instrumentos de ação e não renovação dos incentivos fiscais.

Para lidar com esses riscos, a Sudam tem buscado realizar parcerias com outras organizações públicas e privadas para inserir a instituição não apenas nas discussões afetas aos temas relacionados com sua missão institucional, mas também com vistas a otimizar seus instrumentos de maneira a executá-los e direcioná-los para que tenham maior efetividade junto à população que vive na Amazônia, seja por meio da revisão de seus projetos na carteira do PRDA, seja na proposição de novos projetos, ou ainda com a revisão de processos com vistas ao aprimoramento.

Para os próximos anos, a Sudam encontra-se frente a oportunidades de grande relevância, com destaque para o aumento dos esforços de cooperação entre os entes subnacionais, o que oportuniza maior atuação em prol do fortalecimento das capacidades governativas na Amazônia, e também a intensificação de investimentos nacionais e internacionais na região, o que pode proporcionar novas parcerias e vínculos desta Superintendência. Ademais, os avanços na área de tecnologia e inovação oferecem melhores possibilidades para a utilização das potencialidades da região e para o seu desenvolvimento sustentável.

### **3.2. Desafios e Perspectivas**

A Sudam deve reforçar o diálogo com os governadores da sua área de atuação e com as representatividades que compõem o Conselho Deliberativo, de modo que seja possível aproximar os esforços da Sudam às necessidades emergentes dos efeitos econômicos, sociais

e institucionais das realidades locais, setoriais e regional abrangidas pela instituição. Da mesma forma, a aproximação da sociedade, do público-alvo das políticas públicas, dos servidores, colaboradores e demais parceiros institucionais através do reforço aos canais de comunicação e interação e de unidades como a Ouvidoria e a Corregedoria, ratifica-se o compromisso de colaboração e fomento de políticas, programas, projetos e ações que promovam a continuidade do desenvolvimento socioeconômico sustentável e da inclusão social.

Pretende-se, ainda, implementar melhorias na estrutura administrativa e no funcionamento sistemático da governança e da gestão de riscos, em nível tático, e nos processos da Sudam, em nível operacional. Trazer maior eficiência administrativa para os procedimentos e controles internos e efetividade nos resultados para sociedade e partes interessadas são alguns dos objetivos do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), ao qual a Sudam aderiu em 2021 e avançou em sua implementação ao longo de 2022.



# **GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO**

#### **4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO**

##### **4.1. Planejamento e cumprimento da missão**

Em consonância com o disposto na Instrução Normativa nº 24/2020, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do Planejamento Estratégico Institucional dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG, estruturado nos termos do art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, a Sudam elaborou seu Planejamento Estratégico Institucional para o período de 2021 a 2024.

A construção deste Planejamento Estratégico contou com a contribuição de representantes de todas as unidades da Sudam, sendo aprovado pela Diretoria Colegiada por meio da Resolução nº 458, de 05 de novembro de 2021.

Em sua nova identidade institucional, a Sudam apresenta como missão “Promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal”. Possui, ainda, como visão de futuro o objetivo de “ser protagonista em ações voltadas para o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal”, com base nos valores de integridade, inovação, excelência, valorização das pessoas, responsabilidade socioambiental e fortalecimento institucional.

Para a materialização da missão e visão institucionais, a Sudam dispõe em seu planejamento estratégico de 6 (seis) artefatos essenciais: Cadeia de Valor Simplificada, Mapa

Estratégico, Objetivos Estratégicos, Indicadores, Entregas Estratégicas e Plano de Ação. O documento contendo o Planejamento Estratégico da Sudam 2021-2024 encontra-se disponível no sítio institucional por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/planejamento-estrategico/>.

Instituído o Planejamento Estratégico, faz-se necessário acompanhar sua execução ao longo do período de vigência, visando avaliar o cumprimento das metas e objetivos estratégicos estabelecidos, bem como identificar possíveis falhas de forma tempestiva e oportunidades de melhorias, permitindo que a Organização possa efetuar os ajustes necessários no tempo certo.

Para isto, a instituição tem realizado o monitoramento deste planejamento por meio da elaboração de relatórios contendo os resultados alcançados pelas unidades, com o objetivo de subsidiar a alta administração de informações a respeito da execução das ações planejadas e do alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos. O relatório de monitoramento de 2021 encontra-se disponível no sítio institucional, no link acima, e o referente ao ano de 2022 encontra-se em tramitação interna para ser submetido à apreciação da Diretoria Colegiada da autarquia.

Figura 5 – Mapa Estratégico Sudam 2021-2024



Fonte: Planejamento Estratégico Institucional/Sudam 2021-2024

#### 4.2. Objetivos estratégicos, responsáveis, indicadores e metas de desempenho do exercício

Os objetivos estratégicos constituem-se em fins a serem alcançados por uma determinada organização para o cumprimento de sua missão e atingimento de sua visão de futuro. Desta forma, é o detalhamento dos desafios a serem superados dentro de um período de tempo determinado pela própria organização. Constituem-se, ainda, como a ligação entre as diretrizes da instituição e seu referencial estratégico.

De acordo com o Planejamento Estratégico da Sudam 2021-2024, foram definidos 20 (vinte) objetivos estratégicos, organizados em 5 (cinco) perspectivas. Para cada objetivo estratégico, foram elaborados indicadores e metas para cada exercício. No quadro a seguir, apresenta-se o Painel de Desempenho Estratégico da Sudam com os resultados alcançados até 2022:

**Quadro 3** – Painel de Desempenho Estratégico da Sudam

Perspectiva Impacto Sócio-Econômico					
Objetivo Estratégico	Entregas Estratégicas	Unidade Responsável	Indicadores	2022	
				Meta Anual Acumulada	Resultado Alcançado
Fortalecer a infraestrutura regional com foco na melhoria de qualidade de vida da população e no ambiente de negócios.	Execução de programas e/ou instrumentos voltados à inclusão social.	DPROS	Número de planos, programas e/ou projetos apoiados	2	2
Promover a proteção da biodiversidade.	Execução de planos, programas e/ou projetos voltados à proteção da biodiversidade.	DPROS	Número de planos, programas e/ou projetos apoiados	2	1
Desenvolver e incorporar tecnologias sustentáveis.	Implantação de programas e/ou projetos voltados à inovação sustentável.	DPROS	Número de projetos apoiados	2	2
Fortalecer a economia local e regional.	Efetivo repasse de recursos ao setor produtivo local e regional.	DGFAI	Taxa de Execução do orçamento do FNO*	100%	111%
Perspectiva Resultados Institucionais					
Sistematizar e avaliar resultados e impactos econômicos, sociais e ambientais dos instrumentos de ação da Sudam	Redução da quantidade de empresas com informações inconsistentes no SIAV - Incentivos.	DPLAN	Aprimoramento do SIAV - Incentivos	33%	15%
Financiar a execução de projetos estratégicos e conceder incentivos fiscais para empreendimentos (novos e atuais).	Celebração e/ou ampliação de parcerias, acordos de cooperação e convênios com instituições com instituições para divulgação dos incentivos fiscais	DPLAN	Número de Parcerias, Acordos de Cooperação e Convênios Celebrados/ampliados	3	0
	Aprimoramento dos processos de análise e concessão de incentivos fiscais.	DGFAI	Pleitos com Análises Iniciais realizadas no prazo*	80%	41,69%
			Manifestações Técnicas Pós-vitorias elaborados no prazo*	80%	76,47%
	Projetos estratégicos para a Amazônia Legal financiados com recursos do FDA.	DGFAI	Projetos estratégicos financiados com recursos do FDA	22	21

	Diminuição do tempo de análise de pleitos relacionados ao FDA.	DGFAI	Tempo médio de resolução de pleitos relacionados ao FDA*	26	18
Fortalecer o Sistema Regional de Ciência, Pesquisa e Inovação.	Formação de Massa Crítica e Modernização da infraestrutura de CT&I.	DPROS	Coefficiente de Bolsas (B) e Equipamentos (E)	1	3,21
Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas.	Desenvolvimento e incorporação de tecnologias sustentáveis, proteção da biodiversidade e fortalecimento da economia local e regional.	DPROS	Nº de Produtos (Px), Processos (Py) e/ou Serviços (S)	2	2
Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais.	Projetos de Fortalecimento do setor produtivo apoiados.	DPROS	Número de projetos apoiados	3	1
Formular estratégias para o desenvolvimento regional.	Planos, Programas, Estudos, Diretrizes, Acordos de Cooperação.	DPLAN	Quantidade de planos e projetos apoiados / articulados	6	6
	Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.	DPROS	Percentual de atividades executadas para a elaboração do programa de CT&I	50%	50%
Fortalecer a articulação institucional junto aos parceiros estratégicos.	Parcerias Institucionais estabelecidas.	Gabinete	Parcerias Institucionais Firmadas	8	13
<b>Perspectiva Processos Internos</b>					
Otimizar a gestão dos recursos com foco na efetividade do gasto público.	Aumento da execução do orçamento público.	DIRAD	Índice de Execução Orçamentária*	95%	95,3%
Ampliar a captação de recursos para a execução de projetos prioritários.	Aumento de recursos orçamentários.	DPLAN	Índice de disponibilização de orçamento*	2%	105,46%
Desenvolver a Comunicação Estratégica.	Plano de Comunicação Estratégica da Sudam	ASCOM	Número de eventos internos realizados	4	8
			Percentual de Elaboração do Plano de Comunicação Estratégica da Sudam	10%	10%
Aperfeiçoar o sistema de avaliação dos instrumentos da Sudam.	Aprimoramento da Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos.	Auditoria	Auditorias e Consultorias realizadas - Instrumentos de Avaliação	8	7
Fortalecer os mecanismos de Controles Internos com ênfase na transparência e integridade.	Aprimoramento da Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos.	Auditoria	Auditorias e Consultorias realizadas - Controles Internos	6	5
Aprimorar processos de gestão institucional.	Padronização dos processos.	CGEST	Processos mapeados	22	25
<b>Perspectiva Infraestrutura e Inovação</b>					
Prover soluções de tecnologia da informação modernas e adequadas aos processos de trabalho.	Aprimoramento do atendimento aos chamados de TI.	DIRAD	Índice de satisfação dos clientes de TIC*	70%	88,45%
	Modernização dos sistemas.	DIRAD	Índice de satisfação dos clientes de TIC*	70%	87,75%
	Desenvolvimento dos sistemas.	DIRAD	Quantidade de sistemas desenvolvidos	2	0
	Modernização do parque tecnológico da Sudam.	DIRAD	Nº de aquisições de itens para modernização do parque computacional implantados	1	1
	Modernização da infraestrutura de redes, Datacenter e Telecom.	DIRAD	Nº de aquisições de itens para modernização da infraestrutura implantados	1	2

	Garantia da segurança da informação.	DIRAD	Nº de recursos de segurança da informação implantados	2	4
	Modernização da Gestão e Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.	DIRAD	Quantidade de normas aprovadas	2	0
	Aquisição de softwares de prateleira, assinaturas de serviços periódicos e postais.	DIRAD	Quantidade de software adquiridos	1	2
	Contratação de serviços administrativos.	DIRAD	Total de Serviços contratados	2	4
Executar reformas estruturais e otimizar a ocupação das áreas de trabalho.	Reforma dos pavimentos do Bloco C.	DIRAD	Quantidade de pavimentos reformados	1	0
	Aprimoramento das áreas ocupadas pelos servidores da Sudam.	DIRAD	Área disponibilizada pela Sudam para outros órgãos da União (m²)	600	0
	Disponibilização das áreas não utilizadas pela Sudam com outros órgãos da União.				
<b>Perspectiva Aprendizado e Crescimento</b>					
Promover a valorização das pessoas com foco na excelência da prestação dos serviços.	Norma que estabeleça os perfis desejáveis para ocupação de cargos de chefia por servidores da Sudam. Implementação da gestão por competências. Implementação do plano de cargos dos servidores da Sudam. Implantação do programa de gestão. Capacitações.	DIRAD	Índice de Valorização*	10%	0%

Fonte: CGEST/SUDAM

\*Indicadores que não possuem mensuração cumulativa

Em relação à avaliação de desempenho institucional referente ao ciclo de 2022, estruturada em consonância com o Planejamento Estratégico atual (2021-2024), a Sudam obteve um resultado de 89%, conforme quadro a seguir:

**Quadro 4 – Metas Globais da Sudam em 2022**

Meta Global	Unidades Organizacionais Relacionadas às Metas Intermediárias	Peso	Resultado Alcançado
Planejar, articular e fomentar ações voltadas para o desenvolvimento incluyente e sustentável na Amazônia	CGPLA, CGAVI, CGFIN, CGINF, CASP E CAPI	60	52%
Otimizar os processos internos com foco em resultados	AUD, GAB, ASCOM, CGOFI, CLC, CGEST, CGPRO, CGA, CGPES, DGES, CAPO, CCON, PF, OUV	20	17%
Desenvolver e valorizar o capital humano da instituição	CGPES	10	10%
Modernizar a infraestrutura física e tecnológica da instituição	CGTIC, CGA	10	10%
<b>TOTAL</b>		<b>100</b>	<b>89%</b>

Fonte: CGEST/SUDAM

### **4.3. Apoio da estrutura de governança para o cumprimento dos objetivos estratégicos**

#### **4.3.1. Conselho Deliberativo – CONDEL**

O Conselho Deliberativo da Sudam – CONDEL foi instalado no dia 30 de maio de 2008, em cerimônia presidida pelo presidente da república à época. O Conselho é um Órgão colegiado da Sudam que, dentre outras atribuições, tem a competência de acompanhar e avaliar a execução dos planos dos programas regionais da Amazônia, determinando as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento dos objetivos, diretrizes e metas da Instituição.

A indicação para composição do Conselho Deliberativo da Sudam é feita conforme elencado abaixo:

- **Dos Ministros de Estado, dos governadores dos estados da Amazônia Legal, do Superintendente da Sudam e do Presidente do Banco da Amazônia:** decorre da ocupação de cargo, ou seja, os titulares destes cargos serão efetivamente membros do CONDEL, com fundamento no Decreto nº 11.230, de 07/10/2022 e no Regimento Interno do CONDEL/SUDAM.
- **Dos representantes da classe empresarial, da classe dos trabalhadores e das prefeituras municipais:** é realizada por meio de indicação das classes e prefeituras, sendo nomeados por Portaria Ministerial assinada pelo Ministro do Desenvolvimento Regional, que ocupa a função de Presidente do CONDEL.

As informações detalhadas sobre o Conselho estão disponíveis no sítio institucional:

<https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/condel>.

#### **4.3.2. Diretoria Colegiada**

A Diretoria Colegiada da Sudam é um órgão colegiado criado pela Lei Complementar nº 124, de 03/01/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 11.230, de 07/10/2022. É composta por um Superintendente que a preside e por quatro diretores, sendo eles: Diretor de Administração, Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas, Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos e Diretor de Promoção do Desenvolvimento Sustentável, ressaltando que as competências previstas para esta Diretoria serão exercidas pela Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas, até que esteja plenamente

instalada, conforme disposto no Parágrafo único do art. 17, do anexo I do Decreto nº 11.230, de 07/10/2022. A indicação dos membros para a Diretoria Colegiada da Sudam é feita por meio de Decreto da Presidência da República.

Dentre suas competências, é responsável por assistir ao CONDEL, exercer a administração da Sudam, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento da área de atuação da autarquia, consolidando propostas no PRDA; bem como elaborar relatório anual de avaliação da ação federal na área de atuação da Sudam.

#### **4.3.3. Auditoria-Geral**

A Unidade de Auditoria-Geral da Sudam tem suas competências explicitadas no artigo 14 do Anexo I do Decreto nº 11.230, de 07/10/2022.

Em conformidade com o parágrafo 3º do Decreto nº 3.591/2000 e com a instituição do Decreto nº 11.230, de 07/10/2022, a Auditoria-Geral (AUD) encontra-se vinculada à Diretoria Colegiada da Sudam, cuja redação consta no Regimento Interno da Instituição, aprovado pelo Órgão Colegiado através da Resolução nº 07, de 03 de junho de 2022 e está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos termos do caput do artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000.

A Auditoria-Geral é exercida por uma unidade sistêmica e constituída por um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, e tem como principal finalidade o fortalecimento da gestão, com o acompanhamento de seus resultados e atos, monitorando as ações de controle, propondo melhorias e ações corretivas, além de realizar o acompanhamento do cumprimento das deliberações do TCU e das recomendações da CGU.

#### **4.3.4. Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - CETI**

Este Comitê é responsável, dentre outras competências, pela priorização dos sistemas que devem ser desenvolvidos pela fábrica de software; priorização das ações orçamentárias que devem ser executadas ao longo da vigência do PDTIC; a diminuição da periodicidade entre as reuniões do próprio comitê; entre outros.

O Comitê é composto por 6 (seis) membros que representam a interdisciplinaridade da Sudam: Diretor de Administração; Coordenador de Gestão de Tecnologia da Informação;

Coordenador-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento; Coordenador de Planejamento e Programação Orçamentária; Chefe da Assessoria de Gestão Institucional; e Chefe da Assessoria de Comunicação e Marketing.

#### **4.3.5. Comitê de Segurança da Informação e Comunicação - CSIC**

Instância responsável pelo estudo, planejamento e controle previsto nos termos da Política de Segurança da Informação e Comunicação - POSIC. Dentre suas competências, destacam-se a assessoria na implementação de ações da POSIC; elaboração de normativos e políticas de uso dos recursos de informação; propor e acompanhar planos de ação para aplicação da Política, assim como campanhas de conscientização de usuários; e deliberar sobre questões relacionadas à segurança da informação e comunicação no âmbito da Sudam.

#### **4.3.6. Corregedoria**

Com a vigência do Decreto nº 11.230, de 07/10/2022, foi instituída a Corregedoria da Sudam, ligada diretamente ao dirigente máximo do órgão, em conformidade com o disposto pelo Sistema Nacional de Correição do Poder Executivo Federal. Dentre as competências atribuídas cabe a execução de atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito da Sudam, tais como a apuração de denúncias, instauração de processos e a atuação visando a prevenção de irregularidades. identificação de riscos e orientação aos agentes públicos sobre as infrações administrativas e como evitá-las, em parceria com as demais instâncias de integridade do órgão.

#### **4.3.7. Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles**

O Comitê tem como função, dentre outras, aprovar os normativos relacionados à governança, riscos e controles no âmbito da Sudam, assim como avaliar, revisar e monitorar o processo de gestão de riscos. Constitui-se em colegiado, de caráter deliberativo e atua como instância de governança estratégica, tendo como dirigentes o Superintendente da Sudam, que o preside, os titulares das Diretorias e os titulares representantes dos órgãos de assistência direta e imediata ao Superintendente.

Conforme a Política de Gestão de Riscos, são atribuições do CGIRC, dentre outras, promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos; institucionalizar estruturas de governança, gestão de riscos e controles internos; incentivar a adoção de boas

práticas de governança, riscos e de controles internos; garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público; supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que possam comprometer a prestação de serviços de interesse público; liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos.

#### **4.3.8. Ouvidoria**

Tem por finalidade promover ações de atendimento junto à sociedade e aos colaboradores da Sudam. Dentre suas competências, destacam-se o recebimento, tratamento e resposta às manifestações dos interessados (pessoas físicas e jurídicas), objetivando: mediar situações de conflitos; fortalecer a cidadania e a democracia participativa; agir em defesa imparcial da comunidade/sociedade/cidadão; ampliar o espaço público à participação da sociedade civil; manter a ética e a excelência nos serviços prestados.

#### **4.3.9. Unidade de Gestão da Integridade**

A Unidade de Gestão da Integridade, auxiliar do Comitê de Governança, Integridade e Controles, constitui-se em instância com atribuições para coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito da Sudam. Dentre as competências principais destacam-se a coordenação da implementação do programa de integridade e seu monitoramento contínuo, visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos; orientação e treinamento dos servidores da Sudam com relação aos temas vinculados à integridade; diagnosticar as unidades relacionadas ao programa de integridade e, caso necessário, propor ações para sua (re)estruturação ou fortalecimento; e propor estratégias para expansão do programa de integridade para fornecedores e terceiros que se relacionam com a Sudam.

#### **4.3.10. Comissão de Ética**

Atua como instância consultiva dos dirigentes e dos respectivos servidores e tem como objetivo promover os princípios da conduta ética do servidor no âmbito do relacionamento e do patrimônio público. Responsável por acolher e analisar denúncias, instaurar processo de apuração, bem como de realizar diligências. Cabe, ainda, à Comissão, o estabelecimento de

normas internas e procedimentos de prevenção a eventuais conflitos de interesse aos ocupantes de cargos cujo exercício proporcione acesso à informação privilegiada.

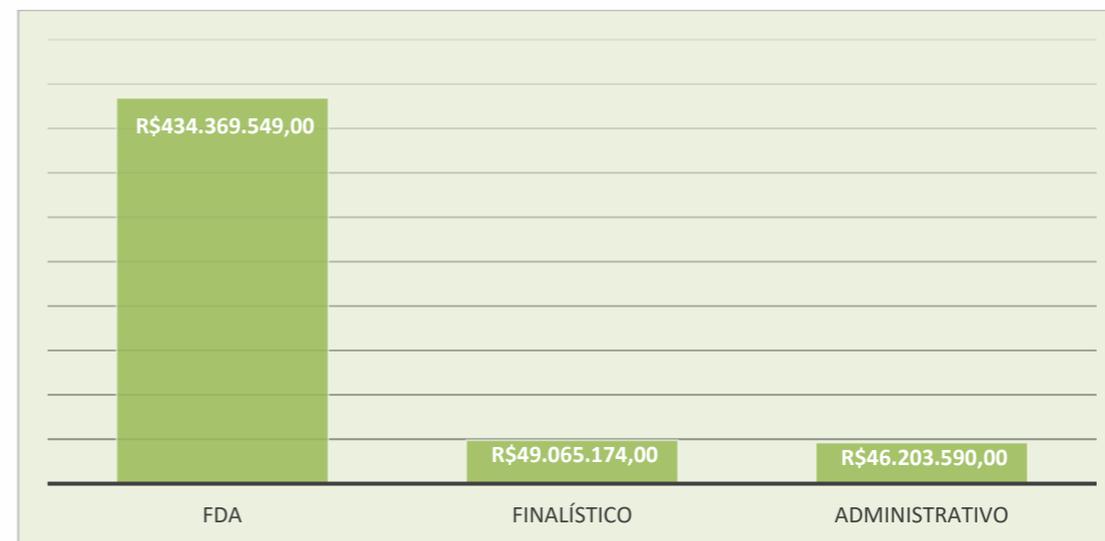
#### 4.4. Principais programas, projetos e iniciativas

##### 4.4.1. Ações Previstas na Lei Orçamentária Anual 2022

A gestão das ações finalísticas da Sudam, em 2022, coube à Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas - DPLAN. Nesse sentido, o orçamento da Instituição, via Lei Orçamentária Anual – LOA 2022, foi composto pelos seguintes programas: 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo; 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano e; 2219 – Mobilidade Urbana.

A LOA 2022 destinou ao orçamento da Autarquia o montante de R\$ 529.638.313 (dotação inicial). Desse total, 9,26% corresponde a recursos finalísticos, inclusive emendas parlamentares; 8,72% de apoio administrativo, compreendendo despesas obrigatórias e discricionárias; e 82,01% para o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. A distribuição dos recursos pode ser vista no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Dotação Orçamentária Sudam 2022 (R\$)



Fonte: LOA, 2022

Em se tratando de orçamento discricionário (exclui-se as despesas obrigatórias de pessoal), as dotações iniciais para os processos finalístico e administrativo da Sudam foram de R\$ 49.065.174,00 e R\$ 8.597.509,00, respectivamente. Destes, no que tange ao processo finalístico, tem-se que R\$ 42.004.348,00 refere-se a emendas parlamentares alocadas no orçamento da autarquia e R\$ 7.060.826,00 a despesas finalísticas com o orçamento da própria instituição.

Ao longo do exercício, foram realizados bloqueios orçamentários no orçamento finalístico do próprio do órgão (exclui-se as emendas parlamentares), o que ocasionou uma diminuição de dotação desse orçamento de R\$ 7.060.826,00 para R\$ 2.748.529,00. Desse último, foram efetivamente empenhados R\$ 2.060.000,00 ou 74,95% da dotação atualizada, conforme verifica-se na tabela a seguir.

**Tabela 1 - Dotação e Despesas – Orçamento próprio finalístico Sudam 2022 (R\$)**

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	00SY - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	254.592,00	130.971,00	0,00	0,00	0,00
	20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	4.742.834,00	2.557.738,00	2.000.000,00	1.609.000,00	1.609.000,00
	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	1.010.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4542 - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica	1.053.400,00	60.000,00	60.000,00	11.103,50	11.103,50
TOTAL		7.060.826,00	2.748.529,00	2.060.000,00	1.620.123,50	1.620.103,50

Fonte: Tesouro Gerencial, 2023.

Com relação às Emendas Parlamentares, a Sudam tinha uma previsão orçamentária, conforme a LOA 2022, de R\$ 42.004.348,00, distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 3.300.000,00 provenientes de indicações de 02 (dois) parlamentares;
- R\$ 38.704.348,00 de emendas obrigatórias da Bancada do estado do Amazonas.

O aporte de recursos de emendas parlamentares foi destinado a 03 (três) ações orçamentárias: 00SY, 214S e 00T1 (conforme Tabela 2). Ao final do exercício, a dotação atualizada foi menor do que a inicial, pois houve remanejamento de recurso das emendas de bancadas da Sudam para o MDR, a pedido da própria bancada, o que resultou na grande redução nos valores de emendas executados pela Sudam, no ano de 2022. Os detalhes acerca da dotação e execução orçamentária podem ser vistos na tabela a seguir.

**Tabela 2 - Dotação e Despesas – Emendas Parlamentares 2022 (R\$)**

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	00SY - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	2.900.000,00	2.900.000,00	2.900.000,00	0,00	0,00
	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas	400.000,00	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
2219 – Mobilidade Urbana	00T1 – Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	38.704.348,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		42.004.348,00	3.300.000,00	3.300.000,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2023.

No exercício de 2022, o orçamento finalístico próprio da Sudam apresentava o montante de R\$ 24.585.212,67 inscritos e reinscritos em Restos a Pagar (RP), processados e não processados. Esses recursos estavam no Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, no Programa 2052 - Pesca e Aquicultura e no Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, em sete ações orçamentárias: 20WQ, 214S, 6553, 7K66, 8902, 20NE e 4542 (Tabela 3). Ao longo do ano, a Sudam pagou o total de R\$ 836.884,12 referentes a RP de seu orçamento próprio.

**Tabela 3 - Restos a Pagar – Orçamento próprio Sudam 2022 (R\$)**

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC. E NÃO PROC.)
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	1.033.168,96	0,00	4.168,96	0,00	1.029.000,00
	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	15.459.257,35	0,00	339.978,89	336.884,12	14.782.394,34
	6553 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira	1.900.000,00	0,00	0,00	0,00	1.900.000,00
	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	436.944,60	0,00	0,00	0,00	436.944,60
	8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	1.834.000,00	0,00	0,00	0,00	108.000,00
2052 - Pesca e Aquicultura	20NE - Apoio a Projetos de Pesquisa e Capacitação de Recursos Humanos nas Fases da Cadeia Produtiva da Pesca	108.000,00	0,00	0,00	0,00	108.000,00
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	0,00	1.609.000,00	1.609.000,00	0,00	0,00
	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	1.704.925,00	263.841,76	624.000,00	263.841,76	1.080.925,00
	4542 - Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica	236.075,00	0,00	0,00	0,00	236.075,00
<b>TOTAL</b>		<b>22.712.370,91</b>	<b>1.872.841,76</b>	<b>2.577.147,85</b>	<b>836.884,12</b>	<b>21.345.357,38</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2023.

Ainda com relação aos restos a pagar, no que diz respeito a Emendas Parlamentares, a Sudam iniciou o exercício de 2022 com um volume de R\$ 219.473.832,20 em restos a pagar inscritos e reinscritos, processados e não processados, e pagou, desse montante, o total de R\$ 26.088.635,36 (Tabela 4). Os recursos de restos a pagar inscritos estavam alocados no Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial e no Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, em cinco ações orçamentárias: 214S, 7K66,

8902, 10T2 e 20NK, com destaque para a Ação 10T2, que detinha um valor total de R\$ 100.445.824,61 – correspondendo a um percentual de aproximadamente 47,72% do total de RP inscritos e reinscritos.

Destaca-se, também, o volume de RAP cancelados, que ultrapassaram os R\$ 50 milhões (R\$ 51.774.764,45). Ao final do exercício, restou um estoque de R\$ 142.047.376,99 de RAP a pagar, montante 32,5% menor do que o registrado ao final do ano de 2021.

**Tabela 4 - Restos a Pagar – Emendas Sudam 2022 (R\$)**

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR REINSCRITOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
<b>2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial</b>	<b>214S</b> - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	11.675.052,60	0,00	2.600.000,00	0,00	9.075.052,60
	<b>7K66</b> - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	47.690.726,91	0,00	11.855.000,00	13.468.401,49	22.804.270,02
	<b>8902</b> - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	12.072.781,32	0,00	3.100.000,00	2.708.583,61	6.264.197,71
<b>2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano</b>	<b>10T2</b> - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	94.955.831,61	5.489.993,00	14.890.789,83	1.490.358,13	84.064.676,65
	<b>20NK</b> - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
	<b>214S</b> - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	24.571.906,31	0,00	5.653.056,62	6.392.981,38	12.525.868,31
	<b>7K66</b> - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	18.917.540,45	3.500.000,00	13.675.918,00	2.028.310,75	6.713.311,70
<b>TOTAL</b>		<b>210.483.839,20</b>	<b>8.989.993,00</b>	<b>51.774.764,45</b>	<b>26.088.635,36</b>	<b>142.047.376,99</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2022.

O perfil consolidado dos gastos na Sudam é apresentado por meio das tabelas referentes à Execução Orçamentária e Financeira da autarquia, presentes no Anexo I deste relatório, com dotação atualizada, despesas empenhadas, liquidadas e pagas, dos exercícios de 2020 a 2022.

Em relação a execução orçamentária e financeira, registra-se que o ano de 2022 apresentou diversas dificuldades, iniciando-se pelos bloqueios às despesas discricionárias da Autarquia, o que impactou a execução de projetos finalísticos da Instituição. Esses bloqueios acabaram por dificultar a execução do planejamento institucional, o que demandou diversas

alterações orçamentárias complexas, em sua maior parte, por projeto de lei, que dadas as suas características, tiveram seus recursos liberados tardiamente e, em alguns casos, sequer foram autorizados, prejudicando o atingimento de metas na execução de projetos para a sociedade.

Além disso, há que se destacar um cenário de crise fiscal contínua e aumento das taxas de juros que reprimiu investimentos e, certamente, teve impacto na execução do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, que teve um volume de despesas empenhadas de apenas R\$ 187.849.876,68, ou seja, 41,25% da dotação prevista para o exercício.

Para 2023 em diante, é esperado um aumento nas dotações orçamentárias do órgão, uma vez que, com a aprovação da LOA 2023, já se registra um orçamento quase 70% maior

que o de 2022, sobretudo, por conta do orçamento de investimentos do FDA, que saltou de R\$ 434.369.549,00 para R\$ 815.906.253,00. Com isso, aliado a um novo planejamento estratégico da Autarquia, para o período de 2021 a 2024, espera-se o aumento das execuções orçamentária e financeira.

Assim sendo, passa-se a apresentar a execução detalhada das Ações de Programas Finalísticos, no exercício de 2022, sob responsabilidade da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas:

**Quadro 5 – Resumo das Ações Previstas na LOA em 2022**

Ação Orçamentária	Análise Crítica	Destinação dos Recursos/Projetos Apoiados
<b>00SY</b> - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	A ação 00SY apresentou dotação final de R\$ 3.154.592,00, sendo empenhado o valor de R\$ 2.900.000,00 para apoio a 03 (três) projetos.	Localizador 6000 - Houve bloqueio de dotação pelo MDR, ocasionando inexecução da ação, em virtude de valor insuficiente para obras de engenharia (Conforme Portaria nº 424/2016).  Localizador 0051 - Empenhado o montante de R\$ 2.900.000,00 para apoio a 3 (três) projetos de municípios do Estado de Mato Grosso (Município de Jaciara/MT, Município de Nossa Senhora do Livramento/MT e Município de Barra do Bugres/MT). No entanto, não houve execução financeira (liquidação), pois a celebração dos convênios ocorreu no final do exercício de 2022.
<b>20WQ</b> - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	A ação 20WQ apresentou dotação inicial de R\$ 4.742.834,00, sendo empenhado parte desse valor conforme dados abaixo. No que diz respeito à Execução Física, informa-se que a ação 20WQ não possui meta.	Localizador 6000 - Empenhado o valor de R\$ 2.000.000,00 e pago o montante de R\$ 1.609.000,00 para apoio ao projeto de Acordo de Cooperação SUDAM-PNUD.
<b>214S</b> - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	A ação 214S apresentou dotação de R\$ 1.410.000,00, dos quais foram empenhados R\$ 400.000,00 para apoio a 1 (um) projeto. Não houve despesa liquidada no exercício de 2022, portanto, na execução física, a meta realizada ficou zerada.	Localizador 6000 - Bloqueio de dotação pelo MDR impossibilitou apoiar projetos nesta ação. Não houve execução neste localizador.  Localizador 0016 - Não houve execução neste localizador. Projeto do SEBRAE do Estado do Amapá apresentou óbice para celebração de convênio.
<b>00T1</b> - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	A ação 00T1 apresentou dotação de R\$ 38.704.348,00, valor referente a emendas de bancada do estado do Amazonas. Entretanto houve remanejamento para o MDR a pedido da própria bancada.	-
<b>4542</b> - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica	A ação 4542 apresentou dotação inicial de R\$ 1.053.400,00, sendo parte deste valor empenhado para apoio a 1 (um) projeto. Entretanto, houve bloqueio de dotação pelo MDR, inviabilizando apoiar outros projetos nesta ação.	Empenhado o montante de R\$ 60.000,00 e liquidado o valor de R\$ 11.103,50 para apoio ao projeto de “Produção de cristais de β-caroteno de elevado grau de pureza a partir da casca da pupunha ( <i>Bactris gasipaes</i> )”, da Universidade Federal do Pará – UFPA, firmado por meio de descentralização de créditos.

Fonte: CGPOL/DPLAN/SUDAM, 2023

#### 4.4.2. Ações Não Previstas na LOA do Exercício - Restos a Pagar - OFSS

As Ações Orçamentárias não previstas na Lei Orçamentária Anual 2022, mas que apresentaram recursos inscritos em Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, são as seguintes:

- a) **Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano:** Ação 10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas; Ação 20NK - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais; Ação 7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado;

- b) **Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial:** Ação 20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial; Ação 214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional; Ação 6553 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira; Ação 7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado; Ação 8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica.

**Quadro 6 – Resumo das Ações Não Previstas na LOA 2022 – Restos a Pagar (RP)**

Ação Orçamentária	Análise Crítica	Destinação dos Recursos/Projetos Apoiados
<b>10T2</b> - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	Na Ação 10T2, o total de recursos em 1º de janeiro de 2022, de RP não processados, foi de R\$ 100.445.824,61. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 1.490.358,13 para pagamento de 2 (dois) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 14.890.789,83.	Localizador 0051 - Cancelamento de R\$ 1.050.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenhos, por extinção de convênios dos Municípios de Nossa Senhora do Livramento/MT e Santo Antônio do Leverger/MT.  Localizador 0012 - Cancelamento de R\$ 1.750.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenhos de convênios do Estado do Acre e do Município de Senador Guimard/AC.  Localizador 0244 – Liquidado valor de RP não processados de R\$ 1.490.358,13 para pagamento de 2 (dois) projetos apoiados, objetivando Reforma do Terminal Rodoviário e Implantação de Iluminação Pública, no Município de Mucajaí/RR. Valor cancelado de R\$ 4.556.139,83 em RP não processados, referente a cancelamento de empenhos de convênios do Município de Mucajaí/RR.  Localizador 0166 - Cancelamento de R\$ 7.534.650,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenho, por extinção de convênio do Município de Rio Branco/AC.
<b>20NK</b> - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais	Na Ação 20NK, o total de recursos em 1º de janeiro de 2022 de RP não processados foi de R\$ 600.000,00.	Não houve valor liquidado nem cancelado no decorrer do exercício.
<b>7K66</b> - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	Na Ação 7K66 (Programa 2217), o total de recursos em 1º de janeiro de 2022, de RP não processados, foi de R\$ 22.417.540,45. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 2.028.310,75 para pagamento de 5 (cinco) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 13.675.918,00.	Localizador 0051 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 1.500.618,66 para pagamento de 2 (dois) projetos apoiados, objetivando Aquisição de Maquinário e Aquisição de Patrulha Mecanizada Agrícola. Os beneficiários são o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal/MT e o Município de Colniza/MT. Valor

		<p>cancelado de R\$ 740.227,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenhos de convênios dos Municípios de Barra do Bugres/MT, Figueirópolis D'Oeste/MT e Mirassol D'Oeste/MT.</p> <p>Localizador 0014 - Valor cancelado de R\$ 600.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenho de convênio do Município de Normandia/RR.</p> <p>Localizador 0012 - Valor cancelado de R\$ 1.400.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenhos, por extinção de convênios dos Municípios de Feijó/AC e Plácido de Castro/AC.</p> <p>Localizador 0017 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 527.692,09 para pagamento de 3 (três) projetos apoiados, objetivando Aquisição de Patrulha Mecanizada Agrícola, Aquisição de Veículo Rodoviário e Construção de Feira. Os beneficiários são os Municípios de Ponte Alta do Tocantins/TO, Rio da Conceição/TO e Sampaio/TO. Valor cancelado de R\$ 500.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenhos, por extinção de convênios dos Municípios de Porto Alegre do Tocantins/TO e Taguatinga/TO.</p> <p>Localizador 7014 - Valor cancelado de R\$ 10.435.691,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenho, por extinção de convênio do Estado de Mato Grosso.</p>
<b>20WQ</b> – Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	Na Ação 20WQ, o total de recursos em 1º de janeiro de 2022, de RP não processados, foi de R\$ 1.033.168,96. Não houve valor liquidado. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 4.168,96.	Localizador 6000 - O montante de R\$ 4.168,96 corresponde a cancelamento de RP não processados, desbloqueados nos termos do § 4 do Artigo 68 do Decreto nº 93.872/86, e que não foram liquidados até o dia 31 de dezembro do ano subsequente ao do bloqueio; exceção saúde RP 6, 2016-2018.
<b>214S</b> - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas	Na Ação 214S, o total de recursos em 1º de janeiro de 2022, de RP não processados, foi de R\$ 22.091.838,07. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 8.888.667,72 para pagamento de 5 (cinco) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 2.939.978,89.	<p>Localizador 0001 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 8.888.667,72 para pagamento de 5 (cinco) projetos apoiados, objetivando Pavimentação de Vias, Construção de Shopping Popular, Construção de Usina de Reciclagem, Pavimentação de Vicinais e Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo Indígena do Acre. Os beneficiários são os Municípios de Ferreira Gomes/AP, Macapá/AP, Mucajaí/RR, Tartarugalzinho/AP e Senador Guiomard/AC. Cancelamento dos RP não processados, desbloqueados nos termos do § 4 do Artigo 68 do Decreto 93.872/86, e que não foram liquidados até o dia 31 de dezembro do ano subsequente ao do bloqueio; exceção saúde RP 6, 2016-2018. O valor cancelado foi de R\$ 339.978,89.</p> <p>Localizador 0021 - Cancelamento de R\$ 1.000.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenho de convênio do Município de Rosário/MA.</p> <p>Localizador 0277 - Cancelamento de R\$ 1.000.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenho, por extinção de convênio do Município de Breu Branco/PA.</p>

		Localizador 0225 - Cancelamento de R\$ 600.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento do empenho em função da extinção do convênio do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM.
<b>6553</b> – Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira	A Ação 6553 apresentou um montante de recursos em 01/01/2022, de RP não processados, foi de R\$ 1.900.000,00.	Não houve valor liquidado nem cancelado no decorrer do exercício.
<b>7K66</b> - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	Na Ação 7K66 (Programa 2029), o total de recursos em 1º de janeiro de 2022, de RP não processados, foi de R\$ 44.044.848,38. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 12.773.885,03 para pagamento de 29 (vinte e nove) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 11.005.000,00.	<p>Localizador 0051 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 849.655,64 para pagamento de 5 (cinco) projetos apoiados, objetivando Aquisição de Patrulha Mecanizada, Aquisição de Caminhão Caçamba, Aquisição de Maquinário, Pavimentação de Vias Públicas e Construção do Galpão da Coop. de Prod. de Mat. Reciclável. Os beneficiários são os Municípios de Brasnorte/MT, Colniza/MT, Comodoro/MT, Marcelândia/MT e Tangará da Serra/MT. Valor cancelado de R\$ 1.900.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenhos de convênios dos Municípios de Garantã do Norte/MT e Matupá/MT.</p> <p>Localizador 0014 – Valor liquidado de RP não processados de R\$ 4.502.766,08 para pagamento de 4 (quatro) projetos apoiados, objetivando Recuperação de Estradas Vicinais, Pavimentação de Vias Públicas, Instalação de Rede de Distribuição de Energia Elétrica e Eletrificação Rural. Os beneficiários são os Municípios de Bonfim/RR, Cantá/RR, Caroebe/RR e Pacaraima/RR. Valor cancelado de R\$ 860.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenho de convênio do Município de Iracema/RR.</p> <p>Localizador 0012 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 1.595.695,32 para pagamento de 4 (quatro) projetos apoiados, objetivando Ampliação do Mercado Municipal, Construção da Casa de Apoio ao Produtor Rural, Aquisição de Maquinário e Construção de Feira. Os beneficiários são os Municípios de Assis Brasil/AC, Manoel Urbano/AC, Marechal Thaumaturgo/AC e Rio Branco/AC. Valor cancelado de R\$ 950.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenhos de convênios dos Municípios de Brasileira/AC e Santa Rosa do Purus/AC.</p> <p>Localizador 0016 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 330.978,71 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Construção de Feira, no Município de Macapá/AP. valor cancelado de R\$ 400.000,00 em restos a pagar não processados, referente a cancelamento de empenho, por extinção de convênio do Município de Amapá/AP.</p> <p>Localizador 0021 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 565.671,72 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Pavimentação de Vias Públicas. O beneficiário é o Município de São Raimundo do Doca Bezerra/MA. Valor cancelado de R\$ 1.600.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenhos de convênios dos Municípios de Bequimão/MA, Pirapemas/MA e Rosário/MA.</p>

		<p>Localizador 0015 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 1.619.734,24 para pagamento de 5 (cinco) projetos apoiados, objetivando Aquisição de Veículos Rodoviários e Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água. Os beneficiários são os Municípios de Cumaru do Norte/PA, Eldorado dos Carajás/PA, Floresta do Araguaia/PA, Primavera/PA e Salvaterra/PA. Valor cancelado de R\$ 910.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenhos de convênios dos Municípios de Chaves/PA e Oeiras do Pará/PA.</p> <p>Localizador 0017 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 1.347.997,41 para pagamento de 6 (seis) projetos apoiados, objetivando Construção de Cais de Pescadores, Aquisição de Veículo Rodoviário, Pavimentação de Vias Públicas, Aquisição de Maquinário, Construção de Feira e Aquisição de Patrulha Mecanizada Agrícola. Os beneficiários são os Municípios de Caseara/TO, Dueré/TO, Esperantina/TO, Juarina/TO, Palmeirópolis/TO e Tocantínia/TO. Valor cancelado de R\$ 485.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenhos de convênios dos Municípios de Cariri do Tocantins/TO e Lagoa da Confusão/TO.</p> <p>Localizador 0236 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 119,76 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Aquisição de Veículos Rodoviários. O beneficiário é o Município de Amajari/RR.</p> <p>Localizador 0240 - Valor cancelado de R\$ 1.000.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenho de convênio do Município de Cantá/RR.</p> <p>Localizador 0243 - Valor cancelado de R\$ 2.900.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenhos, por extinção de convênios do Município de Iracema/RR.</p> <p>Localizador 0166 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 1.600.000,00 para pagamento de 1 projeto apoiado, objetivando Aquisição de Maquinário, no Município de Rio Branco/AC.</p> <p>Localizador 0757 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 361.266,15 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Pavimentação de Via Pública. O beneficiário é o Município de Turilândia/MA.</p>
<p><b>8902 – Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica</b></p>	<p>Na Ação 8902, o total de recursos em 1º de janeiro de 2022, de RP não processados, foi de R\$ 11.872.480,94. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 2.708.583,61 para pagamento de 6 (seis) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 3.100.000,00.</p>	<p>Localizador 0051 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 1.000.000,00 para pagamento de 2 (dois) projetos apoiados, objetivando Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais e Aquisição de Veículo Rodoviário. Os beneficiários são os Municípios de Alta Floresta/MT e Nova Bandeirantes/MT. Houve valor cancelado de R\$ 500.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenhos de convênios dos Municípios de Dom Aquino/MT e São José do Xingu/MT.</p>

		<p>Localizador 0015 - Valor cancelado de R\$ 2.300.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento de empenhos de convênios dos Municípios de Chaves/PA, Curralinho/PA, Curuá/PA e Uruará/PA.</p> <p>Localizador 0017 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 303.609,02 para pagamento de 2 (dois) projetos apoiados, objetivando Pavimentação de Vias Públicas. Os beneficiários são os Municípios de Chapada da Natividade/TO e Lagoa do Tocantins/TO. Houve valor cancelado de R\$ 300.000,00 em RP não processados, referente a cancelamento do empenho em razão do cancelamento do convênio do Município de Rio Sono/TO.</p> <p>Localizador 0239 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 680.000,00 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Pavimentação de Vias Públicas. O beneficiário é o Município de Bonfim/RR.</p> <p>Localizador 0402 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 724.974,59 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Readequação da Iluminação Pública da Orla do Município. O beneficiário é o Município de Macapá/AP.</p>
--	--	---

Fonte: CGPOL/DPLAN/SUDAM, 2023

#### 4.4.3. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA (2020 – 2023)

Instrumento de planejamento regional que objetiva orientar a atuação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade, a partir dos preceitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e o cujo eixo central é a redução das desigualdades econômicas e sociais. O Plano conta com Carteira de Projetos, construída em conjunto com os estados da Amazônia Legal, e foi aprovado pelo CONDEL em 2019, porém encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o projeto que o institucionaliza por força de lei. Constituem eixos do PRDA:

- Ciência, tecnologia e inovação;
- Educação e qualificação profissional;
- Infraestrutura econômica e urbana;
- Desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais;
- Fortalecimento das capacidades governativas.

Em 2022, a Sudam dedicou esforços à sensibilização acerca da importância da aprovação do Projeto de Lei nº 6.162/2019, que institucionaliza o PRDA 2020-2023, a partir da

realização de reuniões junto à parlamentares do Congresso Nacional, ministérios setoriais e MIDR. Assim, buscou-se potencializar o direcionamento de recursos orçamentários em prol da execução dos projetos da Carteira, o que também se promoveu a partir da qualificação dos projetos, de forma a aderi-los ao PPA vigente.

Ainda neste ano, a Sudam deu início aos trabalhos de elaboração do novo PRDA para o período de 2024 a 2027, a partir de metodologia discutida em conjunto com o MIDR e demais vinculadas, estudos realizados e informações prestadas por atores internos e externos. Para o novo ciclo, a Sudam contará com o suporte de consultoria externa, contratada por meio de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para alcançar maior assertividade na elaboração, implementação e monitoramento/avaliação.

#### 4.4.4. Expedição Sudam

Em 2022, a Sudam buscou interiorizar ainda mais suas visitas, conhecendo in loco as realidades das mesorregiões e seus municípios, levantando informações, promovendo um diálogo com os prefeitos e associações, além de conhecer os gargalos existentes acerca da

infraestrutura local, do setor produtivo e da governança municipal. Assim como ocorreu no evento Sudam nos Estados, realizado em 2021, a Expedição Sudam buscou uma imersão na realidade da Amazônia, de forma que as experiências e os conhecimentos obtidos no território proporcionem um melhor planejamento regional.

O projeto Expedição Sudam teve como objetivo geral subsidiar o planejamento regional a partir do conhecimento in loco das realidades amazônicas. E como objetivos específicos: promover a aproximação entre a gestão federal e os gestores municipais; fortalecer a capacidade governativa dos entes subnacionais; realizar o diagnóstico situacional da dimensão mesorregional; gerar subsídios junto aos atores locais com vistas a otimizar a interiorização dos instrumentos da Sudam; promover o diálogo com os gestores municipais, associações e instituições regionais acerca da infraestrutura, setor produtivo e governança municipal; e levantar as possibilidades de intervenção com políticas públicas direcionadas.

Inicialmente foram definidas quatro mesorregiões alvos das ações do Expedição Sudam: Transamazônica, Oiapoque, Bico do Papagaio e Alto Solimões. Estas regiões foram identificadas devido às suas dinâmicas econômicas e questões socioambientais, que exigem um olhar especial da gestão pública.

A região Transamazônica foi a primeira a receber o projeto, no município de Altamira, no Pará, em junho de 2022. A agenda conseguiu reunir instituições locais importantes, sendo considerada exitosa por permitir um diagnóstico mais próximo da realidade vivida pelas pessoas que habitam na nesta região, sendo possível ainda levar ao conhecimento de tal público a forma de atuação da Sudam no contexto atual.

#### **4.4.5. Matriz Insumo-Produto da Amazônia Legal – MIP**

A Sudam, por meio da contratação da FIPE/USP, promoveu treinamentos sobre a elaboração da Matriz Insumo-Produto da Amazônia Legal. O contrato contemplou a elaboração de relatórios e o curso de capacitação na instrumentalização da ferramenta. Os primeiros módulos do contrato começaram em 2019, de forma presencial, e finalizaram em outubro/2021, de forma virtual, por conta da pandemia do COVID-19.

A Matriz Insumo-Produto - MIP é uma ferramenta utilizada, entre outras coisas, para analisar a estrutura produtiva de uma região e estimar impactos de choques na demanda final da economia. Por esse motivo é uma metodologia que auxilia a aferição de impactos nos indicadores econômicos oriundos de financiamentos ou projetos apoiados pelo setor público.

Em 2022, a Sudam promoveu treinamento sobre a MIP aplicada ao Turismo para o Observatório do Turismo do Amazonas, por meio de Acordo de Cooperação Técnica com a Suframa.

#### **4.4.6. Elaboração das Diretrizes e Prioridades do FNO 2023**

Com base nas diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827/1989, nos dispositivos dos art. 2º e 4º da Lei nº 13.636/2018 que trata do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, em consonância com a PNDR, com o PRDA 2020-2023, e observadas as diretrizes e orientações gerais contidas na Portaria MDR nº 1.369/2021, a Sudam, em conjunto com o MDR, elaborou a proposta de diretrizes e prioridades do FNO para o exercício de 2023, que foi aprovada pelo presidente do Condel/Sudam, conforme Resolução Ad Referendum nº 99, de 15 de agosto de 2022.

#### **4.4.7. Elaboração das Diretrizes e Prioridades do FDA 2023**

Com base no Art. 1º, do Anexo, do Decreto nº 10.053/2019, em consonância com a PNDR, com o PRDA 2020-2023, e observadas as diretrizes e orientações gerais contidas na Portaria MDR nº 1.369/2021, a Sudam elaborou proposta de diretrizes e prioridades do FDA para o exercício 2023, que foi aprovada pelo presidente do Condel/Sudam através da Resolução Ad Referendum nº 100, de 15 de agosto de 2022.

#### **4.4.8. Programa Abrace o Marajó**

Instituído pelo Decreto nº 10.260 de 03/03/2020, o Programa Abrace o Marajó, de caráter intersetorial, tem como estratégia o desenvolvimento socioeconômico dos Municípios que compõem o Arquipélago do Marajó, localizado no Estado do Pará. O Programa teve sua concepção a partir do Projeto-Piloto instituído pela Portaria nº 2.856 de 24/10/2019 do então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com o intuito de ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos para a população do Marajó, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos.

O Plano de Ação do Marajó estabeleceu 4 (quatro) Eixos de Ação: o de Desenvolvimento Produtivo, Desenvolvimento Institucional, de Infraestrutura e de Desenvolvimento Social. A Sudam firmou compromisso de atuação nos dois primeiros eixos.

Ao longo de 2022, foram realizadas várias atividades no âmbito do Programa. A Sudam participou ativamente de reuniões virtuais do Comitê Gestor e do Grupo Executivo – GEX. Em março de 2022, foram realizadas entregas referentes ao Plano de Ação do Programa, incluindo o repasse de computadores para escolas públicas dos municípios do arquipélago, em evento realizado na Sudam, com a presença dos titulares das pastas do Ministério das Comunicações e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A Sudam também participou da Semana de Capacitação para Agentes Municipais, que teve o objetivo intensificar o aprimoramento do acesso às políticas públicas ofertadas aos municípios brasileiros, em especial àqueles localizados no arquipélago do Marajó-PA, incluídas ou não no Plano de Ação 2020/2023 do Programa Abrace o Marajó. Mais de 130 (cento e trinta) agentes públicos marajoaras participaram da qualificação, que foi sediada em Belém, com a presença in loco de técnicos do Governo Federal. Na oportunidade, a Sudam ministrou o curso de Capacitação na Plataforma Mais Brasil, no seu laboratório de informática, no período de 08 a 10/11/2022. Tratou-se de um curso prático, no qual o aluno teve acesso à plataforma e realizou simulações de convênios, bem como obteve informações dos ministérios e sobre as formas de acesso aos recursos federais não obrigatórios.

#### **4.4.9. Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira**

Projeto que tem por finalidade a instituição de Zona de Desenvolvimento Sustentável – ZDS ao sul do Amazonas, leste do Acre e noroeste de Rondônia, a fim de mitigar dois grandes problemas identificados na região, quais sejam o ambiental (pressão sobre a floresta Amazônica) e o socioeconômico (baixos Índices de Desenvolvimento Humano-IDH). Para se constituir como uma resposta a esses grandes desafios, a proposta é fomentar o desenvolvimento sustentável dos municípios abrangidos no projeto e criar um cinturão de proteção à floresta amazônica referente àquela área, por meio de ações sistêmicas, multissetoriais e integradas, com foco em dois macro eixos: o desenvolvimento produtivo (bioeconomia, agronegócio, indústria e turismo) e infraestrutura econômica e urbana (logística e transporte, energia, e telecomunicações).

O projeto foi desenvolvido ao longo de 2021 e lançado oficialmente no dia 14/12/2021. Em 2022, a Sudam atuou na elaboração de documentos para viabilizar a emissão, por parte do Governo Federal, de Decreto para institucionalizar a referida ZDS. Ademais, a Sudam participou de reuniões junto a atores locais e de eventos, nos quais promoveu o projeto.

Ainda em 2022, a Sudam realizou tratativas com o Estado do Amazonas para apoiar o projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE da sub-região dos Purus, a qual contempla parte das áreas da ZDS Abunã-Madeira. O projeto está estimado em R\$ 1.500.000,00, sendo um terço deste valor a ser apoiado pela Sudam e o restante pelo governo estadual.

#### **4.4.10. Projeto de Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD**

O projeto de cooperação técnica internacional - PCT “BRA/021/005 – Fortalecimento da Capacidade Técnica-Institucional da Sudam” é fruto de uma parceria entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este projeto tem como objetivo ampliar e fortalecer, por meio de cooperação técnica, a capacidade institucional da Sudam para o cumprimento de sua missão, voltada a promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia, assegurando a mitigação da miséria e a redução das desigualdades intra e inter-regionais. O projeto tem como produtos:

- Produto 1 – Capacidades institucionais aprimoradas para a formulação e condução de processos de desenvolvimento regional sustentável;
- Produto 2 – Mecanismos de governança e operacionalização do PRDA fortalecidos;
- Produto 3 – Estudos especializados sobre arranjos e cadeias produtivas amazônicas para o desenvolvimento sustentável da região realizados;
- Produto 4 – Qualidade do projeto assegurada para garantir a efetividade da cooperação técnica.

Em 2022, foi firmado contrato com empresa especializada para a execução do Produto 1. O início dos trabalhos ocorreu com a realização de workshops para alinhamento de informações com a empresa contratada, nos meses de novembro e dezembro do referido ano. As primeiras entregas estão previstas para 2023.

#### **4.4.11. Acordo de Cooperação com o BNDES**

A Sudam e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES celebraram o Acordo de Cooperação nº 20.2.0465.1, em 09/02/2021, para a avaliação preliminar e identificação de projetos constantes na carteira do Plano Regional de

Desenvolvimento da Amazônia – PRDA que, eventualmente, tenham capacidade de serem estruturados via desestatização.

Em 2022, dando continuidade ao Plano de Trabalho do Acordo, a Sudam realizou rodadas de reuniões com os estados da Amazônia Legal, tendo a presença do BNDES, para que o Banco apresentasse as propostas de estruturação dos projetos e os critérios utilizados. As reuniões possibilitaram, além de projetos do PRDA selecionados, o apoio do BNDES a outras ações dos estados.

#### **4.4.12. Acordo de Cooperação Técnica com o INCRA**

Em 2022, a Sudam e o INCRA iniciaram tratativas para elaborar um ACT com a finalidade de implementar a regularização fundiária nos Estados da Amazônia Legal. O INCRA informou da existência da Plataforma de Governança Territorial e realizou capacitação relativa ao sistema, que oferece serviços de consulta de dados, emissão de documentos, entre outros serviços referentes à regularização fundiária para ocupantes de áreas rurais da União e assentamentos da reforma agrária. Os termos do referido ACT e respectivo Plano de Trabalho encontram-se em análise.

Em abril do referido ano, ocorreu a ação denominada "Pacotão Sudam", envolvendo a Sudam, Basa e Embrapa para entrega de títulos provisórios e definitivos (regularização fundiária), tendo como organizador o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

#### **4.4.13. Programa Norte + Sustentável**

A Sudam participou de oficinas técnicas organizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, voltadas para a elaboração de um diagnóstico socioeconômico e definição das cadeias agropecuárias e territórios prioritários que serão atendidos pelo Plano Norte + Sustentável. Nas oficinas, a Sudam apresentou a importância do PRDA como orientador de políticas e planos, a carteira de projetos do PRDA, além da atuação da Sudam na articulação de ações e projetos.

#### **4.4.14. Colaboração na elaboração da Carta Brasileira Cidades Inteligentes**

A Sudam está inserida nos grupos temáticos para a elaboração da Carta Brasileira Cidades Inteligentes, iniciativa da Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Regional e Urbana da

SMDRU/MDR, onde estão expressos o conceito de “cidades inteligentes” para o Brasil e uma agenda para a transformação digital das cidades brasileiras na perspectiva do desenvolvimento urbano sustentável.

Em 2022, a Sudam participou do “Seminário Cidades Inteligentes Sustentáveis: o estado da arte e perspectivas futuras para o Brasil”, realizado em fevereiro, que teve como foco debater as recentes pesquisas, estudos, metodologias e plataformas para cidades inteligentes sustentáveis. O objetivo foi apresentar o estado da arte de governança pública brasileira, a partir da perspectiva dos diferentes Ministérios e também o modelo de maturidade de cidades inteligentes sustentáveis, elaborado pelos pesquisadores do Laboratório de Instrumentos de Políticas para Tecnologias da Informação e Comunicação.

#### **4.4.15. Elaboração de proposta de Revisão de Setores Prioritários dos Incentivos Fiscais**

Atualmente, a Sudam operacionaliza os seus incentivos fiscais a partir dos setores prioritários definidos pela Medida Provisória nº 2199-14/2001. Neste sentido, a Sudam estabeleceu proposta técnica de revisão dos setores prioritários com o objetivo de incentivar atividades alinhadas ao desenvolvimento regional e uso da riqueza regional de maneira sustentável.

A proposta está aprovada pela Diretoria Colegiada da Sudam a partir do Ato Ad Referendum nº 83, de 22 de dezembro de 2022 e deve ser apresentada ao MIDR.

#### **4.4.16. Aprovação da Síntese de Indicadores da Amazônia Legal**

A Sudam desenvolveu e aprovou a Síntese de Indicadores da Amazônia Legal, aprovada pela Resolução Dicol nº 04/2022, com o intuito de fornecer dados básicos da região e de cada estado, podendo fornecer um panorama geral da região de maneira ágil.

### **4.5. Resultados Alcançados no Exercício**

#### **4.5.1. Macroprocessos Finalísticos**

##### **4.5.1.1. Incentivos Fiscais**

Os incentivos fiscais administrados pela Sudam tem previsão de encerramento das concessões em 2023, conforme Lei nº 13.799, de 4 de Janeiro de 2019, que altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a

renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Dentro da estrutura da Sudam, compete à Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos – DGFAI ser a executora dos instrumentos explícitos da PNDR para a Amazônia Legal, quais sejam: o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e os Incentivos Fiscais (IRPJ). Para coordenar as atividades relativas aos incentivos fiscais, a DGFAI dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros – CGINF.

### Pleitos Aprovados e Investimentos Realizados

Em 2022, foram analisados no sistema SIN Sudam 242 (duzentos e quarenta e dois) pleitos. Destes, 23 (vinte e três) pleitos de reinvestimento, dos quais resultaram 17 (dezessete) Resoluções aprovando a liberação de recursos de Reinvestimento de 30% do IRPJ. Além disso, foram emitidos 165 (cento e sessenta e cinco) Laudos Constitutivos, referentes à Redução fixa de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis, sendo realizadas 37 (trinta e sete) viagens de servidores para a realização de 114 (cento e quatorze) vistorias técnicas em empreendimentos situados nos estados da Amazônia Legal.

As tabelas a seguir contemplam o quantitativo de contribuintes (pessoas jurídicas), que obtiveram seus pleitos de incentivos fiscais aprovados pela Sudam. Cabe ressaltar que, no caso da Redução de 75% e Isenção do IRPJ, a empresa deve se dirigir à Receita Federal para reconhecimento do laudo constitutivo e receber a homologação do incentivo, para usufruir da renúncia fiscal, deixando de recolher o valor total do imposto devido aos cofres públicos, distribuídos por Unidade da Federação, no exercício de referência do Relatório de Gestão e nos dois exercícios imediatamente anteriores.

**Tabela 5** - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Redução e Isenção de IRPJ de 2020 a 2022

Pessoas Jurídicas						
UF	2022		2021		2020	
	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado
AC	0	*	2	*	0	*

AM	50	*	44	*	19	*
AP	1	*	1	*	0	*
MA	1	*	1	*	0	*
MT	29	*	42	*	28	*
PA	11	*	17	*	10	*
RO	4	*	7	*	6	*
RR	1	*	1	*	0	*
TO	6	*	3	*	2	*
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>*</b>	<b>118</b>	<b>*</b>	<b>65</b>	<b>*</b>

Fonte: DGFAI/Sudam

\* A apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as empresas que tiveram pleitos aprovados é realizada pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente à tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

**Tabela 6** - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Reinvestimento de 30% do IRPJ de 2020 a 2022

Pessoas Jurídicas						
UF	2022		2021		2020	
	Qtde.	Valores Liberados*	Qtde.	Valores Liberados*	Qtde.	Valores Liberados
AC	0	-	0	-	0	-
AM	7	46.571.341,16	3	R\$ 4.801.173,76	12	R\$ 39.669.973,30
AP	0	-	0	-	0	-
MA	0	-	0	-	0	-
MT	5	26.348.238,36	0	-	11	R\$ 7.069.061,87
PA	3	2.755.739,02	2	R\$ 1.358.221,70	8	R\$ 74.863.463,67
RO	1	495.706,47	0	-	2	R\$ 2.403.978,65
RR	0	-	0	-	0	-
TO	1	3.962.383,07	1	R\$ 172.889,22	2	R\$ 473.907,65
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>80.133.408,08</b>	<b>6</b>	<b>R\$ 6.332.284,68</b>	<b>35</b>	<b>R\$ 124.480.385,14</b>

Fonte: DGFAI/Sudam

\* Valores Liberados = 30% do IRPJ devido acrescido de 50% de recursos próprios, conforme previsto no art. 19 da Lei 8.167, de 1991.

**Tabela 7 - Pleitos aprovados e empresas beneficiadas no ano de 2022**

Estados	Pleitos Aprovados			Total de empresas beneficiadas*
	Redução de 75% do IRPJ	Iseção do IRPJ	Reinvestimento de 30% do IRPJ	
Acre	0	0	0	0
Amazonas	52	0	7	57
Amapá	1	0	0	1
Maranhão	1	0	0	1
Mato Grosso	29	0	5	34
Pará	12	0	3	14
Rondônia	4	0	1	5
Roraima	1	0	0	1
Tocantins	6	0	1	7
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>120</b>

Fonte: DGFAI/Sudam

\* O total de empresas beneficiadas é menor que o somatório identificado em cada tipo de incentivo, já que uma única pessoa jurídica pode ter mais de um tipo de pleito aprovado.

**Tabela 8 - Incentivos Aprovados em 2022 (Laudos Constitutivos e Resoluções Emitidas)**

Estados	Redução de 75% do IRPJ	Iseção do IRPJ	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Total de incentivos aprovados
Acre	0	0	0	0
Amazonas	78	0	7	85
Amapá	1	0	0	1
Maranhão	1	0	0	1

Mato Grosso	55	0	5	60
Pará	14	0	3	17
Rondônia	5	0	1	6
Roraima	1	0	0	1
Tocantins	10	0	1	11
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>182</b>

Fonte: DGFAI/Sudam

### Indicadores de Desempenho do Exercício

**Quadro 7 - Índices de desempenho alcançados no período (Incentivos Fiscais)**

Denominação	Índice de Referência (2021)	Índice Observado (2022)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
<b>Volume de pleitos atendidos</b>	52,07%	56,16%	Anual	VA = N° de laudos e resoluções emitidos no exercício / N° de pleitos existentes menos os arquivados ou indeferidos
<b>Capacidade de atendimento</b>	38,64%	50%	Anual	CA = N° de pleitos aprovados no exercício / N° de pleitos com entrada no exercício menos os arquivados ou indeferidos
<b>Tempo médio de tramitação de processos</b>	254 dias	201 dias	Anual	TMTP = soma da duração de processos solucionados com sucesso / N° de processos solucionados com sucesso

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM

Ao analisar os resultados dos indicadores de desempenho, observa-se que, apesar do corpo técnico reduzido da unidade competente, os índices alcançados em 2022 foram melhores que os do ano anterior.

### Desafios e Ações Previstas

Para o ano de 2023, reitera-se a necessidade da recomposição do quadro técnico da CGINF, em virtude da redução significativa do número de servidores nos últimos anos. A

unidade conta, atualmente, com apenas 5 (cinco) servidores para efetuar as análises e vistorias dos pleitos demandados.

Para este próximo ano contempla-se ainda a necessidade de aprovação de dois normativos importantes para a unidade. O primeiro com o objetivo de aprimorar o processo de concessão de incentivos e dar maior clareza aos itens do roteiro de projeto e documentação solicitados às empresas requerentes para apresentação de pleitos de incentivos fiscais. O segundo normativo trata dos procedimentos e fluxos operacionais contemplando as etapas de análise e mecanismos de controle do processo de concessão de incentivos, os quais foram mapeados com o intuito de implementar um Manual de Normas e Procedimentos - MNP, o qual estabelecerá as diretrizes, critérios e padrões de análise de pleitos de incentivos fiscais no âmbito da Sudam. As propostas para estes normativos estão em tramitação interna, aguardando apreciação da Diretoria Colegiada da Sudam.

Mais uma perspectiva importante refere-se à manutenção do teletrabalho, regulamentado pela Portaria nº 236, de 13 de Dezembro de 2021, que estabeleceu os procedimentos gerais para instituição do Programa de Gestão nesta autarquia e, considerando que esta ferramenta trouxe maior flexibilidade no horário de trabalho dos servidores, sem que houvesse impacto negativo na produtividade da equipe técnica, havendo o controle das metas estipuladas no plano de trabalho pela chefia e gerando redução de custos da instituição com materiais diversos e energia elétrica.

Há também a intenção de criação de uma nova meta intermediária que avalie o tempo de análise das respostas das empresas pleiteantes de incentivos às notificações de pendências encaminhadas pela CGINF, para que, dessa forma, todas as fases do processo de análise e concessão de incentivos fiscais possam ser medidas e melhoradas a partir dos resultados obtidos. Entretanto, o reduzido quadro de pessoal da unidade torna-se um obstáculo para a criação desta meta.

### **Avaliação dos Incentivos Fiscais**

Para acompanhar as atividades desenvolvidas com a aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e financiamento e dos benefícios e incentivos fiscais e financeiros administrados pela Sudam e avaliar a relevância para o desenvolvimento da região dos resultados obtidos, a DPLAN dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Avaliação de Planos, Programas e de Instrumentos de Desenvolvimento – CGAVI.

A CGAVI busca, anualmente, fazer consultas às empresas beneficiadas com incentivos fiscais concedidos pela Sudam, a fim de apurar os resultados socioeconômicos, bem como à Receita Federal para o compartilhamento de dados de tais benefícios.

Um dos grandes avanços obtidos em 2022 diz respeito à aprovação do Manual de Avaliação dos Incentivos Fiscais. A metodologia aprovada permite analisar a política pública de concessão de incentivos fiscais na Amazônia Legal a partir de um ciclo avaliativo composto de três etapas/anos:

- a) avaliação executiva, que visa apresentar um amplo panorama sobre os principais gargalos da política;
- b) avaliação de resultados, que aborda indicadores de desempenho; e
- c) avaliação complementar, baseada nos achados anteriores de forma a dotar o processo avaliativo de um olhar mais micro e acurado.

Os resultados são essenciais para tornar mais eficaz a política de concessão dos incentivos fiscais na Amazônia, existente desde os anos 1960. Assim, o propósito do manual é deixar diretrizes para avaliar os resultados da política de incentivos fiscais sob gestão da Sudam, de modo institucional, impessoal e que permita o refinamento constante da política pública, a fim de promover a máxima efetividade.

Com relação à curadoria dos dados de incentivos fiscais, obtidos através do sistema de avaliação - SIAV, houve avanço quanto à elaboração e incrementação do script de validação dos dados em tempo real, que bloqueia o recebimento de informações discrepantes na base de dados, assim como foi elaborado também script para o cálculo dos indicadores, conforme manual de avaliação aprovado, a ser incorporado ao sistema.

Ademais, encontra-se em tramitação interna na autarquia a proposta de atualização da regulamentação do Calendário Anual de Envio de Informações- CAEI, que cria regras para o envio e retificação de informações, bem como a proposta de normativo para o Cadastro de Inadimplentes da Sudam, CAINS, com penalidades para o descumprimento do envio das informações, visando um maior engajamento das empresas incentivadas e melhor qualidade dos dados informados.

Com relação ao convênio firmado com a Receita Federal do Brasil para o envio de informações sobre as empresas beneficiadas e valores de incentivos concedidos na área da Sudam, após questionamentos da Sudam àquele órgão, foi esclarecido que os dados da Escritura Contábil Fiscal - ECF são protegidos por sigilo fiscal. Neste caso, seria possível a

solicitação de acesso à Escritura Contábil Digital – ECD, via ReceitanetBX, desde que a Sudam demonstre que se enquadre nas atividades de fiscalização ou regulação das empresas, conforme previsão do Decreto nº 6.022/2007 do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. No momento, a Sudam está avaliando a viabilidade, uma vez que a motivação inicial da solicitação era a obtenção dos dados em lote.

Em resumo, os principais desafios para 2023 na execução das atividades relacionadas aos incentivos fiscais na Sudam são:

- a) Submeter o relatório de avaliação executiva, correspondente ao primeiro ciclo de avaliação conforme manual de avaliação aprovado;
- b) Submeter à apreciação da Diretoria Colegiada as minutas de resolução do CAEI, do CAINS e a Instrução Normativa do CAEI;
- c) Adequar o sistema de avaliação, SIAV, para a notificação de empresas com pendências de envio de informações ou com inconsistências nas informações fornecidas;
- d) Adequar o quantitativo de servidores da unidade CGAVI, considerando as novas competências que serão atribuídas em virtude do novo Decreto de reestruturação da Sudam;

#### 4.5.1.2. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA

A gestão da Sudam em relação ao FDA se circunscreve, de forma resumida, desde as avaliações técnicas consultivas até às liberações de recursos e demais procedimentos que visam resguardar o retorno dos referidos recursos ao Fundo, na forma dos regulamentos estabelecidos, como é da responsabilidade e competência da Autarquia Federal.

Para coordenar as atividades relativas ao FDA, no âmbito da Sudam, a Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos - DGFAI dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN.

#### Pleitos Aprovados e Investimentos Realizados

Em 2022, foram protocoladas 4 (quatro) consultas prévias junto à Sudam, com objetivo de obter recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. Todas foram analisadas pela unidade competente (CGFIN) e, dentre estas consultas, 3 (três) foram aprovadas pela Diretoria Colegiada da Sudam.

Os resultados dos indicadores de desempenho da gestão do FDA estão quantificados a seguir:

**Quadro 8 – Resultados Indicadores de Desempenho FDA 2022**

Indicadores	Descrição	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
<b>CGA%</b>	Determinar se as consultas prévias protocoladas na Sudam no âmbito do FDA estão sendo analisadas no mesmo exercício	100%	100%	100%	anual	C.P. analisadas x 100/ Total de C.P. protocoladas
<b>PFA</b>	Determinar se a produtividade dos servidores na análise das consultas prévias tem aumentado	2,50 CP/téc.	> 1	1,33 CP/téc	anual	C.P. analisadas / nº de técnicos
<b>TCCP% *</b>	Determinar se as empresas têm encaminhado as consultas prévias dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela Sudam e se a qualidade técnica das consultas prévias apresentadas tem melhorado	20%	100%	75%	anual	C.P. aprovadas x 100 / Total C.P. analisadas

<b>TMTP dias</b>	Indicar o tempo médio de aprovação de uma consulta prévia	19 dias	< 30	23 dias	anual	Σ da duração de cada processo (dias) / Número de processos analisados
<b>TCP%</b>	Determinar se as consultas prévias aprovadas pela Sudam têm resultado em projetos analisados pelos agentes operadores e aprovados pela Diretoria Colegiada da Sudam	100%	-	33,33%	anual	Nº de projetos aprovados / nº de Consultas Prévias aprovadas
<b>ISA%</b>	Indicar se os projetos acompanhados (pelo agente operador) têm apresentados resultados positivos	-	100%	Aguardando informações	anual	Nº de projetos acompanhados c/ resultados positivos x 100 / nº de Projetos acompanhados

**Fonte:** CGFIN/DGFAI/SUDAM e Relatórios de Agentes Operadores

Obs.: Índice de referência: Índice observado no ano anterior.

**Legenda:**

**CGA%** – Capacidade Geral de Análise

**PFA** – Produtividade da Função Análise

**TCCP%** – Taxa de Consistência das Consultas Prévias

**TMTP dias** – Tempo Médio de Tramitação de Processos

**TCP%** – Taxa de Consistência de Aprovação de Consultas Prévias

**ISA%** – Índice de Sucesso dos Projetos Acompanhados (depende dos relatórios dos bancos operadores). Geralmente é encaminhado no final de março.

Analisando os resultados, conclui-se que os indicadores CGA% e PFA, atingiram os índices previstos para o exercício.

Com relação à Taxa de Consistência das Consultas apresentadas, o TCCP%, o resultado de 75% corresponde a três consultas prévias aprovadas das quatro analisadas. O resultado ficou acima do esperado, demonstrando que a maioria das consultas prévias apresentadas pelas empresas atenderam aos critérios técnicos estabelecidos pela Sudam e que a qualidade técnica das consultas prévias apresentadas melhorou, em relação ao ano anterior.

No exercício, o tempo médio de tramitação das consultas prévias, incluindo os procedimentos de análises até aprovação/devolução pela Sudam, foi de 23 (vinte e três) dias. No exercício, o tempo médio demandado exclusivamente pela unidade competente, CGFIN, para as análises das 4 (quatro) consultas prévias, foi de 20 (vinte) dias.

No exercício, 1 (um) projeto foi aprovado pelo Banco do Brasil, agente operador autorizado pelo Banco Central do Brasil a operar com recursos do FDA. Essa aprovação determinou 33,3% para a Taxa de Consistência de aprovação de CPs - TCP%, em 2022.

Ressalta-se que a sistemática do FDA observa algumas etapas com prazos extensos de análise e resposta, que tem como consequência, por vezes, a não efetivação de uma consulta prévia aprovada em projeto aprovado no mesmo exercício. Ou seja, das 3 consultas prévias aprovadas em 2022, conforme indicador TCCP%, uma já se efetivou em projeto aprovado e as outras duas CP's aprovadas estão em fase de elaboração do projeto definitivo por parte das empresas.

Desde 2005, a Sudam aprovou 93 (noventa e três) cartas-consultas e consultas prévias, tendo sido aprovados pelos agentes operadores 26 (vinte e seis) projetos, dentre os quais, alguns foram arquivados ou cancelados e outros 21 (vinte e um) foram implantados ou estão em implantação. Considerando essas informações do histórico de consultas e projetos, a Taxa de Consistência de aprovação TCP%, resultaria em 27,96%.

**Quadro 9 – Consultas prévias apresentadas e analisadas em 2022**

Nº	Empresa	Município	UF	Setor	Recursos (R\$ milhões)		Status	Objetivo
					FDA	Total		
01	Transnorte Energia S.A	Manaus / Boa Vista	AM / RR	INFRA	426,987	3.374,437	Aprovada	Implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica constituídas pela linha de transmissão Manaus-Boa Vista, 500 kV, Circuito Duplo - CD e subestações associadas.
02	Companhia de Eletricidade do Amapá	Macapá	AP	INFRA	309,848	516,414	Aprovada	Expandir e melhorar a qualidade de fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá através de intervenções em sua rede de distribuição, reduzir as perdas comerciais e técnicas de energia, ampliar a base de clientes e investir na otimização operacional do negócio.
03	Oiapoque Energia S.A. – PCH Cafesoca	Oiapoque	AP	INFRA	135,758	226,263	Aprovada	Implantação e operação de uma Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Salto Cafesoca (7,5 MW) e compra de novos geradores para UTE (Usina Termelétrica).
04	Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.	Cataguases	MG	INFRA	135,050	568,313	Devolvida	-
<b>TOTAL</b>					<b>1.007,643</b>	<b>4.685,427</b>		

Fonte: CGFIN/ DGFAI/SUDAM

Das consultas prévias apresentadas, uma foi devolvida à pessoa jurídica pleiteante, em razão de não ter apresentado documentos de anexação obrigatória à instrução processual, constantes no item 2 do Modelo de Consulta Prévia, conforme caput do art. 6º da Resolução Condel/Sudam nº 82/2019, e por não haver apresentado o roteiro do pleito com os dados e informações determinados no referido modelo.

No exercício, a Sudam aprovou a participação de recursos do FDA no Projeto Salto Cafesoca da empresa Oiapoque Energia S.A., com projeto previamente aprovado pelo agente operador do FDA, Banco do Brasil, em 2022.

Ao todo, ocorreram 2 (duas) liberações de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, no exercício 2022, que totalizaram R\$ 126.899.050,76 (cento e vinte seis milhões, oitocentos e noventa e nove mil, cinquenta reais e setenta e seis centavos), em favor da empresa beneficiária Azulão Geração de Energia S.A.

**Quadro 10 – Relação dos projetos que tiveram liberação de recursos no exercício**

Nº	Empresa	UF	Setor	Recursos do FDA (R\$ milhões)			Objetivo
				FDA	Liberado em 2022	Saldo a liberar	
01	Azulão Geração de Energia S.A.	AM	INF	286,12	126,89	87,09	Sistema de Geração de Energia - Produção de gás natural por concessão no campo de Azulão, em Silves/AM e Termelétrica Jaguatirica, em Boa Vista/RR
<b>TOTAL</b>				<b>286,12</b>	<b>126,89</b>	<b>87,09</b>	

Fonte: CGFIN/DGFAI/SUDAM

Obs.: Nos valores liberados não estão incluídos os 2% de remuneração da Sudam.

## Programação e Execução das Despesas

### Demonstração dos saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores relacionados ao FDA

No exercício de 2022, foram empenhados R\$ 187.849.876,68; desse montante não houve liquidações e pagamentos, de modo que o total empenhado foi integralmente inscrito em restos a pagar não processados, conforme Quadro 11.

**Quadro 11** – Despesas Executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Despesas por Grupo e Elementos de Despesas – Créditos Originários – Total								
Unidade Orçamentária: FDA			Código UO: 53202			UGO: 533008		
DESPESAS DE CAPITAL (valores em R\$ 1,00)								
Grupo de Despesa	Empenhada		Liquidada		Paga		RP Não Processados	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
5- Inversões Financeiras								
66- Concessões Empréstimos e Financiamentos	187.849.876,68	291.851.574,90	0,00	73.564.823,29	0,00	73.564.823,29	187.849.876,68	218.286.751,61

Fonte: SIAFI

A seguir, apresenta-se o quadro de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores. O montante de R\$ 218.286.751,61 de RP Não Processados corresponde ao saldo empenhado e não liquidado em 2021. Desse valor, foram pagos R\$ 129.436.294,83, restando um saldo a pagar de R\$ 88.850.456,78 para o exercício seguinte.

**Quadro 12** – Restos a Pagar inscritos em Exercícios anteriores

Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores					
Restos a Pagar Processados	Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2022	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2022
	2019		49.789.033,35	0,00	49.789.033,35
Restos a Pagar Não Processados	Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2022	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2022
	2021		218.286.751,61	129.436.294,83	0,00

Fonte: Coordenação de Operações Financeiras – COF/DIRAD/Sudam

### Desafios e Ações Previstas

As principais dificuldades detectadas para realização dos objetivos do FDA e sua adequada operacionalização, no exercício de referência, foram:

- Governança insuficiente acerca das ações e decisões da competência do CONDEL/Sudam;
- Concorrência/sobreposição na operacionalização dos recursos do FDA e FNO. Ambos os Fundos foram criados para serem complementares, no propósito de

desenvolver a Região e contribuir para redução da desigualdade regional e da pobreza extrema na Amazônia.

- O desconhecimento por parte do empresariado sobre o regulamento do FDA, inclusive quanto às áreas prioritárias para implantações dos projetos de empreendimentos passíveis de serem beneficiados, assim como outros importantes aspectos relacionados aos encaminhamentos dos pleitos. Em 2022, a Sudam realizou duas ações (Paragominas/PA e Cacoal/RO), com objetivo de divulgar os seus instrumentos de ação às entidades do setor produtivo.
- Dificuldades relatadas pelo público usuário, na obtenção de informações acerca do FDA no site institucional, no acesso aos links, para obtenção de dados e documentos.
- Pouco interesse de potenciais Agentes Operadores em operar com recursos oriundos do FDA. Em 2022, a Sudam realizou o processo para o credenciamento da Caixa Econômica Federal, que aguarda posicionamento jurídico da instituição financeira, para finalização. E novas tratativas foram iniciadas com o Banco da Amazônia S.A.
- Contingenciamento de recursos orçamentários da Sudam, situação que interfere na programação, cumprimento e superação das metas estabelecidas para a unidade, bem como nas realizações de ações de divulgação do FDA.
- Ausência de ferramentas informatizadas para monitoramento pela Sudam, em tempo real, tendo em vista as dificuldades na obtenção de respostas tempestivas junto aos agentes operadores do FDA.
- Implementação de fluxo operacional para recepção, tramitação, análise e aprovação de consultas prévias, utilizando ferramentas disponibilizáveis pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI.
- Reduzido quadro de pessoal e falta de programa de capacitação específico aos poucos servidores regimentalmente competentes para realizar as análises técnicas e tratativas necessárias aos atos de gestão do FDA, em processos de alta complexidade com expressivos valores envolvidos.
- Ambiente econômico externo, que interfere negativamente na atração de investimentos em empreendimentos para financiamento com recursos do FDA.

Dentre os desafios remanescentes e ações previstas para os próximos exercícios, elencam-se as ações pactuadas para o alcance dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico Institucional, quais sejam:

- Habilitação de instituições financeiras a operar com recursos do FDA;
- Realização de ações de divulgação do FDA;
- Utilização das ferramentas disponibilizáveis pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI – para protocolo, análises e acompanhamento de Consultas Prévias do FDA por usuários internos e externos;
- Normatização, alteração e simplificação das normas de procedimentos relacionados ao FDA;
- Aprimoramento e sistematização dos procedimentos para monitoramento e controle de projetos já financiados.

#### **4.5.1.3. Fundo Constitucional do Norte – FNO**

Além do FDA, a Sudam compartilha com o Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR o papel de gestora do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, exercido por meio do seu Conselho Deliberativo.

As atribuições da Sudam relacionadas ao FNO são divididas entre três Coordenações-Gerais, duas pertencentes à Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas - DPLAN, a Coordenação-Geral de Planejamento Regional – CGPLA e Coordenação-Geral de Avaliação de Planos, Programas e de Instrumentos de Desenvolvimento – CGAVI; e uma pertencente à Diretoria de Gestão de Fundos e Incentivos e Atração de Investimentos - DGFAI, a Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento – CGFIN.

No que se refere ao acompanhamento do FNO, a definição de um modelo de relatório trimestral de acompanhamento da aplicação dos recursos, com base em indicadores selecionados e que visam monitorar aspectos críticos da atuação do BASA como agente operador, caracterizou um importante passo no sentido de se instituir na Sudam esta rotina de acompanhamento da execução dos recursos do Fundo, fazendo com que a Autarquia aperfeiçoe seu papel na gestão compartilhada do instrumento.

Quanto ao Plano de Trabalho para o FNO, a Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905, de 22 de junho de 2022, estabeleceu as diretrizes gerais para as atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes das aplicações de recursos dos Fundos

Constitucionais de Financiamento. As atividades de avaliação deverão ser contratadas pelas Superintendências de Desenvolvimento Regional, permitindo a aferição da eficácia, da eficiência, e da efetividade das aplicações, considerando um ciclo avaliativo de dois anos, que irá se iniciar em 2023.

Nesse contexto, foi apresentado ao ministério propostas de plano de trabalho para avaliação das aplicações dos recursos do FNO, dividida em dois temas: Avaliação de Impacto Econômico e Social do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte nos setores agropecuário, indústria e serviços no Estado do Tocantins; e Avaliação da Eficiência, eficácia, efetividade e retorno econômico e social da aplicação dos recursos do FNO, no setor agropecuário para os estados do Pará, Rondônia e Acre, para posterior contratação pela Sudam e pagamento pelo Banco Administrador do Fundo, no ciclo avaliativo que se inicia em 2023.

O Plano de trabalho foi analisado pelo então MDR, o qual sugeriu algumas inclusões para aperfeiçoamento da avaliação, as quais já estão sendo trabalhadas pela Sudam para prosseguimento do processo.

### Resultados Operacionais

No exercício de 2022, foi elaborado o Parecer Conjunto SUDAM/MDR nº 02/2022-GAB/SUPERIN, aprovado pela Resolução nº 591, de 18 de novembro de 2022, destacando que a forma e a qualidade da apresentação das informações no relatório produzido pelo Banco da Amazônia para o exercício de 2021 melhoraram consideravelmente em relação ao apresentado no relatório do exercício de 2020. Concluiu-se que foi possível verificar a aderência das diretrizes, prioridades e metas, com o que foi definido pelo Condel/Sudam, conforme recomendado na análise do Relatório Circunstanciado de 2020.

Conforme verificado, no Relatório Circunstanciado de 2021, o FNO contemplou todos os 07 (sete) Estados da Região Norte, possuindo registro de contratações em todos 450 (quatrocentos e cinquenta) municípios da região e alcançou todos os 97 (noventa e sete) municípios localizados na Faixa de Fronteira da região.

Em relação às diretrizes, observou-se que 3 (três) entre 17 (dezessete) diretrizes estabelecidas pelo CONDEL/Sudam não foram superadas. Assim como 4 (quatro) dos 15 (quinze) setores priorizados não tiveram sua meta atingida. Verificou-se ainda que ambas as prioridades espaciais tiveram suas metas de aplicação atingidas em 2021. Desta forma,

concluiu-se que as contratações do FNO atenderam parcialmente às diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL/Sudam para o exercício de 2021, definidas no Ato CONDEL nº 50, de 15/08/2020. Desta forma, foram feitas recomendações no sentido de reforçar a necessidade de atendimento às demais diretrizes e prioridades para a redução da disparidades intra-regionais.

A taxa de execução do orçamento do FNO em 2022 atingiu o percentual de 111,1%, evidenciando a boa execução do Fundo por parte do agente operador Banco da Amazônia, muito embora os resultados e a avaliação final do banco somente serão do conhecimento da Sudam e do MIDR ao final de abril, na ocasião em que o banco encaminhará o Relatório Circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos em 2022, o qual será analisado pela Superintendência em conjunto com o MIDR.

### Desafios e Ações Previstas

Para o exercício de 2023, planeja-se fazer uma consulta de preços e formalizar processo visando a contratação de empresa para a realização de avaliação do FNO, nos termos da Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905, de 22 de junho de 2022.

#### 4.5.1.4. Convênios e Transferências Voluntárias

Em 2022, a Sudam recebeu 8 (oito) propostas para celebração de convênios. Destas, foram celebrados 3 (três) convênios, por meio de Emenda Parlamentar Individual, totalizando R\$ 2.900.000,00 em valor de repasse a ser realizado para 3 (três) municípios do estado do Mato Grosso, conforme tabela a seguir.

Tabela 9 – Convênios celebrados pela Sudam em 2022 por tipo de objeto e valor

Tipo	Nº de convênios celebrados	Valor de Repasse	UF
Obras	3	R\$ 2.900.000,00	Mato Grosso

Fonte: Painel de Transferências Abertas +Brasil

Em 2022, a Sudam efetuou o repasse de mais de 132 (cento e trinta e dois) milhões de reais para convenientes, contemplando recursos referentes a 97 (noventa e sete) convênios firmados. No mesmo exercício, 87 (oitenta e sete) convênios firmados com a Sudam foram

concluídos, o que significou um montante de investimentos na ordem de mais de 60 milhões de reais, conforme dados extraídos do Painel de Transferências Abertas.

A Sudam encerrou o exercício de 2022 com 203 (duzentos e três) convênios vigentes, distribuídos por todos os 9 (nove) estados da Amazônia Legal, conforme tabela abaixo. Os convênios da Sudam que estão vigentes representam o compromisso de investimento de R\$ 622,2 milhões, dos quais R\$ 216,5 milhões já foram liberados.

**Tabela 10** – Convênios vigentes na Sudam por tipo e estado

Estado	Tipo			Total
	Estudos e Pesquisas	Aquisição	Obras	
Acre	2	33	13	48
Amazonas	0	3	1	4
Amapá	2	5	9	16
Maranhão	0	0	3	3
Mato Grosso	0	15	15	30
Pará	0	8	15	23
Rondônia	0	0	3	3
Roraima	0	2	44	46
Tocantins	0	9	21	30
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>75</b>	<b>124</b>	<b>203</b>

Fonte: Painel de Transferências Abertas +Brasil

A seguir, apresenta-se tabela com o resumo dos instrumentos celebrados pela Sudam nos últimos 3 (três) anos:

**Tabela 11** – Resumo dos instrumentos celebrados pela Sudam nos últimos 3 anos

Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes de Repasse dos Convênios Celebrados (em R\$ 1,00)		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Convênio	133	27	3	247.872.146	20.039.993	2.900.000

Fonte: Painel de Transferências Abertas +Brasil

#### 4.5.1.5. Planejamento Regional

##### 4.5.1.5.1. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA

Nos últimos anos, a Sudam tem atuado em várias frentes visando a implementação do PRDA. Em 2022, foram encaminhados ofícios aos deputados federais e senadores da República, informando da janela de apresentação de emendas parlamentares. Ademais, procedeu-se com a atualização do sítio [prda.sudam.gov.br](http://prda.sudam.gov.br), e das cartilhas com os novos projetos encaminhados por 4 (quatro) estados - AC, AM, RO e RR, em atendimento à solicitação da Sudam, conforme tabela abaixo:

**Quadro 13:** Novos Projetos do PRDA 2020-2023

UF	Ciência, Tecnologia e Inovação	Desenvolvimento Produtivo	Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais	Infraestrutura Econômica e Urbana	Total
AC	1	3	2	-	6
RO	-	-	1	11	12
RR	1	4	-	3	8
AM	-	-	1	-	1
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>14</b>	<b>27</b>

Fonte: CGPLA/DPLAN/Sudam

A implementação do PRDA exige esforços que envolvem a União, estados, municípios, além da captação de recursos internos e externos. Nesse sentido, a Sudam vem realizando tratativas para atrair parceiros para a execução da carteira de projetos do Plano, dentre os quais está o Fundo pela Amazônia JBS, uma associação civil sem fins lucrativos que gera

impacto para toda a sociedade. Tal fundo tem como objetivo promover o uso sustentável de recursos naturais na Amazônia, em conjunto com instituições existentes, com ênfase no impacto social, geração de conhecimento, renda e conexão com os mercados, fortalecendo a agenda climática. A Sudam selecionou e apresentou os projetos que mais se enquadravam aos objetivos do fundo aos respectivos gestores. Não obstante, a autarquia fez contato também com outras instituições e apresentou os projetos no stand virtual do Brasil Fórum Investment - BIF 2022.

Em 2022, foi elaborado o Relatório Anual de Avaliação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), referente aos exercícios de 2020 e 2021. No que se refere aos dispositivos do Relatório, cumpre destacar que o período analisado de implementação do PRDA 2020-2023 coincide com o do surgimento da Pandemia de Covid-19 que, conforme verificado na análise de conjuntura da região amazônica, criou um ambiente bastante desafiador para a implementação de políticas.

Outra questão relevante apontada pelo relatório é que, de forma ampla, a Sudam mostrou proatividade em diversas iniciativas estratégicas relacionadas à consecução do PRDA, o que permite a obtenção de um ambiente de melhores oportunidades a serem aproveitadas pela instituição e pelos seus parceiros na promoção do Plano de Desenvolvimento Regional. Foram apontados elementos do desenho da política que precisam de ajustes e que poderão melhorar a execução do Plano e a atuação da Sudam no cumprimento do Plano Regional.

O relatório destaca que o marco lógico do PRDA não está devidamente implementado, isto é, não há a definição clara dos insumos, atividades, produtos e resultados, contendo em cada nível os indicadores mais importantes para mensuração, o que impede uma avaliação mais precisa. Apesar disto, nota-se que a existência dos instrumentos de ação da Sudam (FNO, FDA, incentivos fiscais, transferências voluntárias, ou outras fontes de recursos, e os planos regionais de desenvolvimento) cumprem o papel de insumos e seus números alcançados podem ser vistos como produtos que, implicitamente, relacionam-se com um modelo lógico de uma política pública ainda que não estabelecido. Nesse sentido, pode-se identificar que os dados e informações apresentados possuem conexão com o que a política aponta como formas de atuação.

Este relatório encontra-se em tramitação na autarquia e será submetido à apreciação da Diretoria Colegiada e, posteriormente, ao Condrel/Sudam e ao Congresso Nacional.

#### **4.5.1.5.2. Sistemas Produtivos**

Em 2022, a Sudam, através da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável - CGDES e da Coordenação de Apoio aos Sistemas Produtivos - CASP, desenvolveu diversas ações em fomento às atividades produtivas, tanto de caráter orçamentário como não orçamentário. A unidade atua através da articulação com entes federados atuantes na região, para apoio técnico e financeiro a projetos e ações de fortalecimento do setor produtivo e de seus atores, por meio de TED's firmados com recursos do OGU. Portanto, as ações promovidas estão alinhadas e vinculadas à Lei nº 13.971/ 2019 (PPA 2020-2023), ao "Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano" e à Ação Orçamentária "214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas", a qual apresenta as diretrizes para apoio a projetos relacionados aos setores produtivos.

#### **Ações Orçamentárias**

- ✓ **Projeto Casa de Vegetação SUDAM – EMBRAPA:** apoio na estruturação e aquisição de equipamentos para instalação de Casa de Vegetação na Embrapa Pesca e Aquicultura do Tocantins, objetivando o estudo e estabelecimento de protocolos de manejo do percevejo castanho, praga que afeta a cadeia produtiva da pecuária de corte e leite no Estado, no valor de R\$ 174.925,08. Em 2022, ocorreu o acompanhamento da execução do projeto "Infraestrutura para apoio a cadeia da pecuária no Tocantins" e a instalação da Casa de Vegetação, com diversos equipamentos, nas dependências da CNPASA/EMBRAPA TO;
- ✓ **Projeto BRA/21/005 SUDAM – PNUD 2021-2023:** Projeto de Cooperação Técnica que objetiva fortalecer as capacidades institucionais da Sudam na operacionalização de processos de planejamento, tendo como principais produtos: (1) a elaboração de metodologia e capacitação da equipe da DPLAN na formulação, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento, (2) a elaboração do Programa de Ciência e Tecnologia da Sudam e, (3) a realização de estudo sobre arranjos produtivos estratégicos para o desenvolvimento regional, com disponibilização do valor de R\$ 1.609.000,00. Em 2022, foram realizadas diversas reuniões de articulação entre a Sudam e o PNUD para o planejamento das ações, levantamento de necessidades da

equipe técnica da autarquia e treinamentos nos Sistemas do PNUD (Atlas, Acesso Externo e JOF). Foram firmados 2 (dois) contratos: um para a execução do produto 1, no valor de R\$ 449.400,00, em outubro de 2022; e outro para a execução do produto 2, no valor de R\$ 413.542,68, em novembro de 2022.

Outras iniciativas tomadas esbarraram na indisponibilidade de recursos, tais como: Seleção de projetos para o Fundo JBS; detalhamento do Projeto Casa do Açaí; e articulação e contribuições para os projetos Viveiro de Mudanças, Olericultura Mecanizada e Manejo de Açaizais no Marajó.

#### **Ações Não Orçamentárias**

Não obstante às dificuldades orçamentárias encontradas em 2022, a Sudam buscou soluções alternativas frente aos desafios apresentados, com a implementação de ações não orçamentárias, com destaque para:

- ✓ **Ranqueamento, seleção e execução de projetos das carteiras da Coordenação de Apoio aos Sistemas Produtivos – CASP:** levantamento de projetos voltados para os setores produtivos, junto aos NEAPL's/Secretarias Estaduais de Agricultura da Amazônia Legal, utilizando o “Documento de Ranqueamentos de Projetos” para selecionar 22 (vinte e dois) projetos admissíveis para apoio em 2023, entre julho e novembro/22.
- ✓ **Acompanhamento dos programas e iniciativas federais que atuam nos setores produtivos na região:** acompanhamento constante das ações dos Comitês Gestores dos Polos das Rotas do: Açaí (polos Baixo Tocantins/PA, Nordeste Paraense/PA, Marajó/PA, Tucujú/AP), Cacau (polo Transamazônica/PA), Biodiversidade (polo Bioamazonas/AM) e Mel (polo Sudeste Paraense/PA), através de reuniões por videoconferência ou presenciais; participação no Comitê Supervisor da Estratégia Rotas de Integração Nacional e nos Seminários regionais (Sul, Nordeste e Norte) e internacionais para lançamento da Plataforma Rota-S, através de videoconferências; participação na elaboração da Portaria MDR nº 299, de 4 de

fevereiro de 2022, com encaminhamento de contribuições via email ao MIDR; e acompanhamento constante das ações nos Núcleos Estaduais de Arranjos Produtivos Locais, no Pará e em Tocantins, através de videoconferências.

- ✓ **Expedição Sudam/Transamazônica:** foram realizadas reuniões preparatórias, pesquisas sobre os setores produtivos, elaboração de programação, roteiro de viagem e questionário para os produtores/instituições atuantes no local; visita técnica em Altamira/PA e região Transamazônica (instituições municipais, estaduais e federais, cooperativas e indústrias participantes do arranjo produtivo cacauero), aplicação de entrevistas e elaboração de relatório sobre o diagnóstico e proposição de ações para os setores produtivos locais.
- ✓ **Elaboração de Banco de Dados sobre setores produtivos:** Levantamento de informações sobre o circuito produtivo do cacau, ocorrendo as ações: pesquisa secundária de dados, elaboração de formulários e ofícios para os estados, pesquisa junto aos órgãos oficiais (sem retorno, por conta do período eleitoral e mudanças nas equipes de governo), sistematização dos dados em formulários por estado e, elaboração de banco de dados sobre o cacau, em dezembro de 2022.

#### **Desafios de atuação em 2023**

- Quantitativo reduzido da equipe para a execução das metas e ações previstas para o exercício.
- Disponibilização de recursos, articulação e apoio à projetos em tempo hábil no exercício.
- Disponibilização de recursos e desenvolvimento dos produtos em andamento e novos produtos do PCT SUDAM-PNUD).

#### **Ações previstas para 2023**

- Apoio a projeto de fortalecimento do setor produtivo.

- Acompanhamento do PCT SUDAM-PNUD: finalizar os contratos em andamento (Instituto Publix e GD Consult) e iniciar etapas para realização de nova contratação de consultoria.
- Acompanhamento de programas e iniciativas governamentais relacionadas aos setores produtivos regionais (Rotas de Integração/MIDR, NEAPL's/MDIC, Programa Abrece o Marajó/MDH, etc).
- Contribuições para a elaboração PRDA 2024-2027;
- Ranqueamento de Projetos admitidos para Carteira de Projetos da unidade;

- Realização de estudos, pesquisas e levantamento de informações sobre os setores produtivos regionais, visando subsidiar apresentações, eventos e demais ações institucionais da Sudam.

#### 4.5.1.5.3. Inovação e Desenvolvimento Sustentável

Através da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável – CGDES e da Coordenação de Apoio à Inovação – CAPI, a Sudam planejou e executou ações a partir do PRDA 2020-2023 e da Ação Orçamentária 4542 – Fomento à pesquisa, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável da biodiversidade amazônica.

**Quadro 14** – Ações voltadas para Inovação e Desenvolvimento Sustentável

Ações	Relação com a Missão Institucional	Valor Aplicado	Resultados Alcançados
Apoio ao projeto - “Produção de cristais de β-caroteno de elevado grau de pureza a partir da casca da pupunha ( <i>Bactris gasipaes</i> )”	Almeja o desenvolvimento incluyente e sustentável, à medida que busca a proteção da biodiversidade, além de agregar valor a uma matéria-prima da biodiversidade Amazônica, com vistas a melhorar a qualidade de vida da população, por intermédio do desenvolvimento de processos para a obtenção de um produto natural de elevado valor comercial agregado a partir de matéria-prima de baixíssimo custo (a casca de pupunha).	R\$ 60.000,00	Em execução
Apoio ao projeto: “Transferência de tecnologias sustentáveis para restauração de APP’s e RL’s das nascentes que compõem a bacia hidrográfica do rio Marapanim, região de integração do Guamá”.	Demonstra relevância do ponto de vista social, econômico e ambiental. Pois almeja capacitar agentes multiplicadores em técnicas sustentáveis que visam a restauração de Áreas de Preservação Permanente - APP’s e Reserval Legal-RL’s, ou seja, visa criar uma conscientização ambiental. Adiciona-se ainda o fato que tais agentes multiplicadores serão capacitados em técnicas sustentáveis que têm como pressupostos princípios ecológicos, citam-se as tecnologias de Sistemas Agroflorestais e de Integração-Lavoura PecuáriaFloresta e suas variações, as quais poderão ser repassadas, aos produtores e agentes envolvidos para que as APP’s e RL’s sejam efetivamente restauradas.	R\$ 633.438,38	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ativação da base física do Campo Experimental de Terra Alta enquanto Centro de Capacitação e Transferência de Tecnologia Permanente da Embrapa Amazônia Oriental.</li> <li>- 5 (cinco) capacitações realizadas para um total de 151 pessoas.</li> <li>- Apresentação das principais perspectivas agrícolas da região.</li> <li>- Elaboração de mapas visando subsidiar ações de revitalização da bacia hidrográfica (APPs, classes de solo, aptidão agrícola, cobertura vegetal e proposta de gestão das APPs).</li> <li>- Detalhamento das cadeias potenciais e aptidão municipal.</li> <li>- Materialização de uma unidade demonstrativa de restauração de mata ciliar, atrativas e replicáveis à realidade dos</li> </ul>

			pequenos agricultores rurais da Bacia do rio Marapanim. - Implementação de 4 módulos de Sistema Agroflorestal (SAFs) envolvendo 6 espécies.
Implementação de portfólio de projetos de pesquisa, ciência, desenvolvimento tecnológico e/ou inovação, a partir da elaboração de proposta de chamamento público e elaboração de Portaria estabelecendo as diretrizes para utilização de consultoria ad hoc	Ao implementar o portfólio de projetos de pesquisa, ciência, desenvolvimento tecnológico e/ou inovação (e todas as etapas descritas), ou seja, a parametrização do processo de recepção, análise, aceite e acompanhamento de projetos da temática de CT&I, objetiva-se a promoção de desenvolvimento incluyente e sustentável.	Sem envolvimento de recursos	- Elaboração de roteiro de análise de propostas de projetos recepcionados (critérios de admissibilidade e priorização) e elaboração de modelo de plano de trabalho. - Elaboração de minuta de edital de chamamento público e de portaria para consultores externos.
Elaboração do Programa de Desenvolvimento, Científico e de Inovação da Amazônia.	Tem como objetivo fortalecer o PRDA, assim como ser instrumento norteador para as ações relacionadas a temática na Amazônia. Ao elaborar o Programa de Desenvolvimento, Científico e de Inovação da Amazônia, pretende-se que como estratégia para o desenvolvimento regional o mesmo contribua para a promoção de desenvolvimento incluyente sustentável.	R\$ 413.542,68	Em execução

Fonte: CAPI/CGDES, 2023

Ademais, outras iniciativas relacionadas às temáticas foram realizadas ao longo de 2022, tais como:

- ✓ Início das tratativas de inclusão da Sudam à Plataforma de Ciência, Tecnologia & Inovação Rhisa, em visita à sede da mesma em Manaus (AM) em 21/09/2022.
- ✓ Realização da “Expedição Sudam” no período de 19 a 23/06/2022 nas cidades de Altamira e Medicilândia, Estado do Pará (Região da Transamazônica). A participação da unidade CAPI/CGDES neste evento teve por objetivo aproximar a academia e outras instituições de ensino e pesquisa da região com gestores e demais atores, para a busca de dados, boas práticas e projetos relacionados ao desenvolvimento social e econômico local, além de conhecer os projetos e as pesquisas que estão em andamento com a temática desta Coordenação: inclusão social e desenvolvimento sustentável e fazer levantamentos de dados para elaborar um diagnóstico das instituições de pesquisa e em locais de produção da matéria-prima local (cacau) no que tange as áreas de Ciência,

Tecnologia, Inovação para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social. E por fim, a partir dos dados coletados, traçar estratégias para a elaboração de medidas afim de conter possíveis gargalos no âmbito e no que compete esta coordenação.

- ✓ Participação no I Encontro de Agenda Estratégica de Diversificação Econômica para o Desenvolvimento no contexto do Projeto Amazônia 2040", realizado no Auditório Floriano Pacheco na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) nos meses de julho e setembro de 2022. Neste, participaram diversos atores de importante relevância também do setor político, empresarial e acadêmico; e também na Expo Amazônia Bio&Tic, no qual a Sudam marcou presença, apresentando seus instrumentos de ação e o Projeto da Zona Sustentável Abunã-Madeira (ZDS).

Um dos desafios para os próximos exercícios é manter uma ação orçamentária vinculada à atuação da coordenação, assim como a manutenção dos recursos orçamentários na referida ação.

#### 4.5.2. Gestão

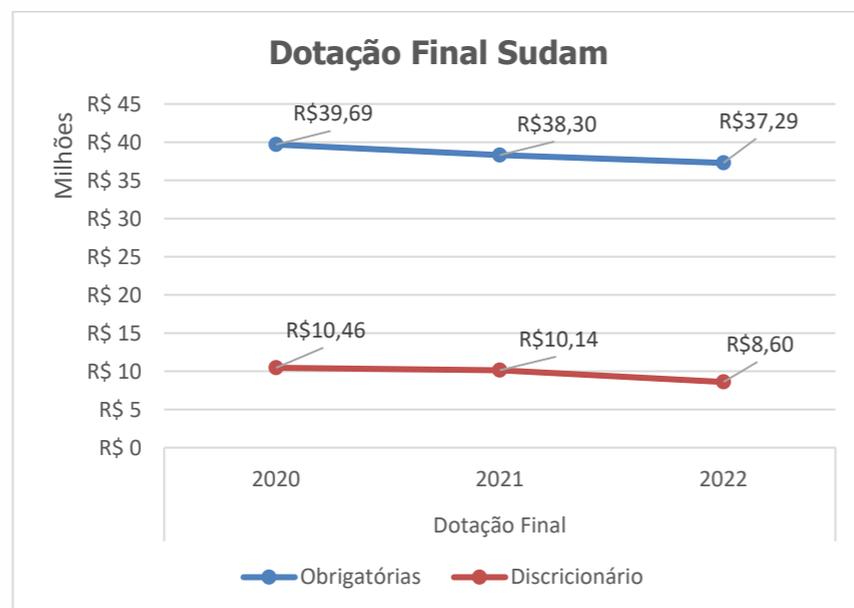
##### 4.5.2.1. Gestão Orçamentária e Financeira

No que concerne à gestão orçamentária e financeira, em 2022, a Sudam apresentou o desempenho sob as diferentes perspectivas apresentadas a seguir.

#### Dotação Orçamentária: Despesas Obrigatórias, Discricionárias e Finalísticas

A dotação da Sudam para a realização de Despesas Obrigatórias diminuiu cerca de 6% de 2020 para 2022, enquanto a dotação para Despesas Discricionárias reduziu cerca de 17% no mesmo período, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 – Despesas Obrigatórias e Discricionárias 2020 – 2022

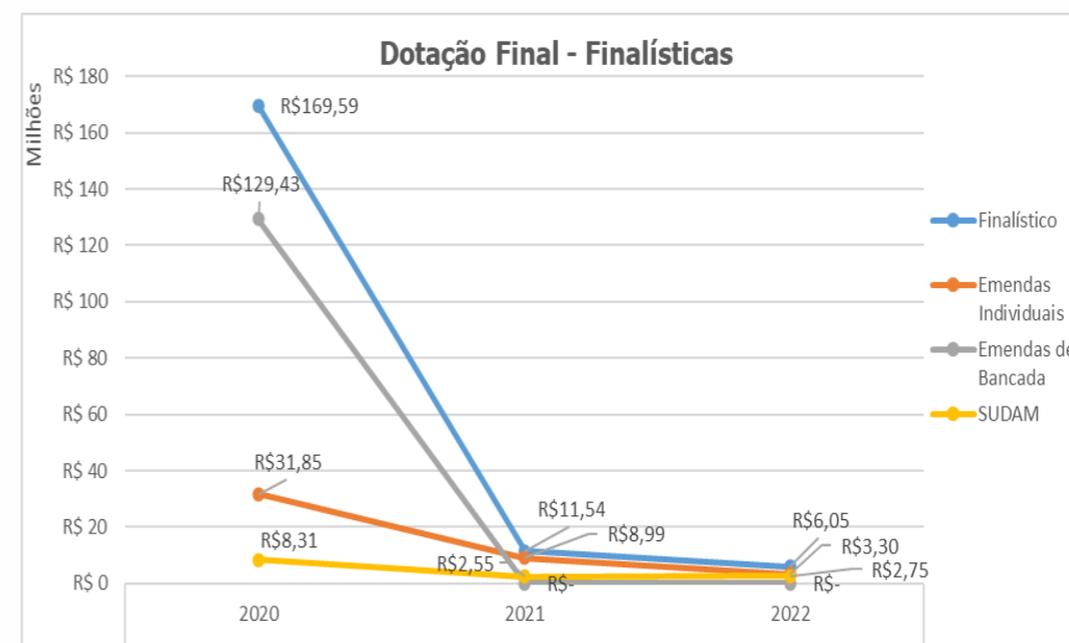


Fonte: Tesouro Gerencial 2020 a 2022.

A dotação orçamentária do Finalístico próprio da Sudam sofreu considerável redução de 2020 para 2021: de R\$ 8,3 milhões para R\$ 2,5 milhões. De 2021 para 2022, houve discreto aumento de dotação de R\$ 2,5 milhões para R\$ 2,7 milhões.

A dotação orçamentária do Finalístico Externo, formada por emendas parlamentares individuais e de bancada, reduziu de R\$ 161,27 milhões em 2020 para cerca de R\$ 8,9 milhões em 2021 e para R\$ 3,3 milhões em 2022.

Gráfico 3 – Dotação Finalístico 2020 – 2022



Fonte: Tesouro Gerencial 2020 a 2022.

A dotação orçamentária do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia teve, ao contrário, um aumento nos últimos exercícios, saindo de R\$ 358 milhões em 2020 para R\$ 455 milhões em 2022.

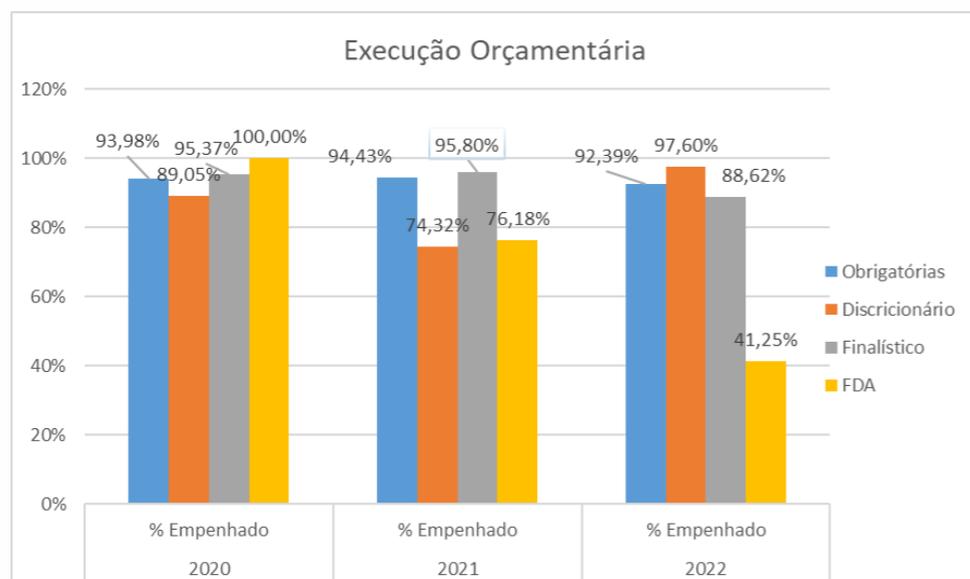
### Execução Orçamentária

A execução do orçamento finalístico da Sudam nos últimos três exercícios não teve variação significativa: foram empenhados 95,37% da dotação em 2020, 95,80% em 2021 e 88,62% em 2022.

O total empenhado da dotação do Administrativo Obrigatório também não teve variação significativa ao longo dos últimos três exercícios: 93,98% empenhado em 2020, 94,43% em 2021 e 92,39% em 2022. Por outro lado, a execução orçamentária da dotação do Administrativo Discricionário oscilou mais ao longo dos últimos três exercícios: 89,05% em 2020, 74,32% em 2021 e 97,60% em 2022.

Os dados demonstram melhoria na execução orçamentária do administrativo discricionário em 2022. Os procedimentos administrativos adotados neste exercício, como reuniões semanais para acompanhamento dos processos de compras e contratações e o acompanhamento regular da execução do orçamento surtiram algum efeito positivo no volume total empenhado e pago.

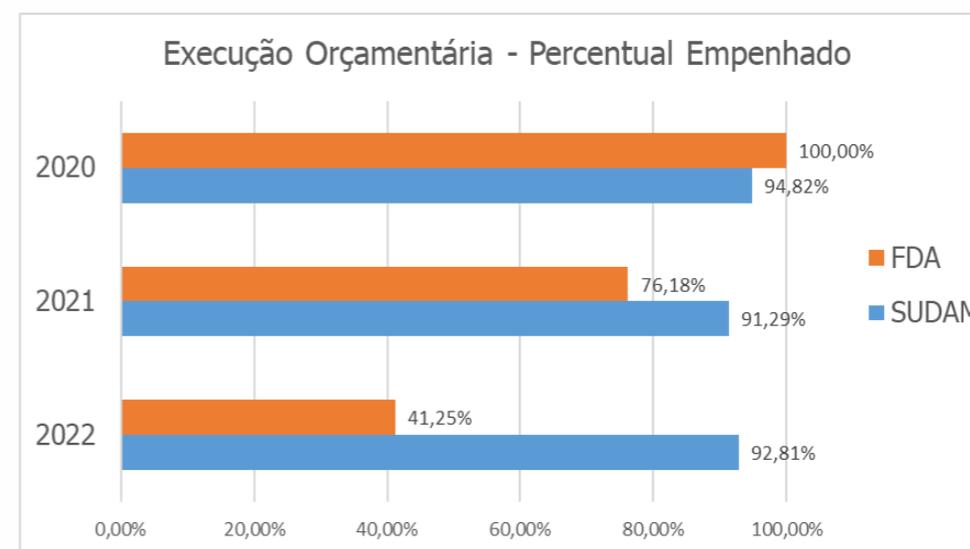
Gráfico 4 – Execução Orçamentária 2020 – 2022



Fonte: Tesouro Gerencial 2020 a 2022.

Ao agregar Obrigatórias, Discricionárias e Finalístico da Sudam, separando-os apenas do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia (FDA), percebe-se pequena variação no percentual de dotação total empenhada da Sudam (Obrigatórias, Discricionárias e Finalístico) entre 2020 e 2022, com o total oscilando entre 91 e 95%, enquanto há grande variação no percentual empenhado na dotação do FDA, oscilando de 100%, em 2020, para 41,25% em 2022.

Gráfico 5 – Execução Orçamentária Sudam x FDA 2020 – 2022



Fonte: Tesouro Gerencial 2020 a 2022.

A razão para a grande variação na execução orçamentária da dotação do FDA deve-se à dependência existente em relação aos bancos operadores do Fundo para a realização dos financiamentos aos grandes projetos na região amazônica. Isto é, a execução do orçamento do FDA não depende apenas da própria Sudam, que administra os recursos.

Ressalta-se que a dotação orçamentária da Sudam para o Finalístico (exceto o FDA) é consignada, em sua maioria, em despesas de investimentos, enquanto as despesas do administrativo obrigatório e administrativo discricionário, em sua maioria, são consignadas

em custeio. Não é possível analisar de forma segmentada os dados em custeio e em investimento, pois, normalmente, os percentuais de orçamento em custeio tanto no Finalístico quanto no Administrativo Obrigatório e Discricionário são muito baixos.

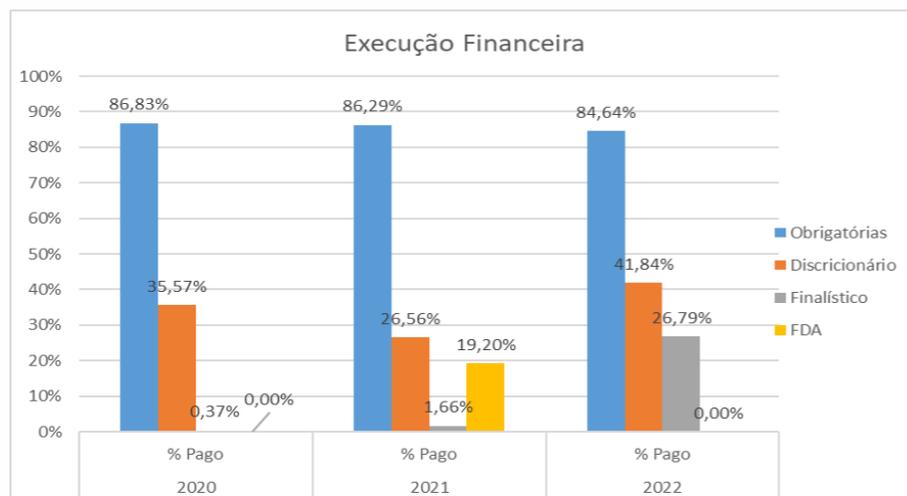
### Execução Financeira

A característica da dotação orçamentária do finalístico é a de execução financeira em exercícios posteriores. Na prática, o percentual do orçamento pago no mesmo exercício é sempre muito baixo. Assim, foram pagos no mesmo exercício somente 0,37% da dotação em 2020, 1,66% em 2021 e 26,79% em 2022.

Por outro lado, a característica do Administrativo Obrigatório, ao contrário do que ocorre no caso do Finalístico, é a de execução financeira no mesmo exercício. No total, 86,83% da dotação foi paga no mesmo exercício em 2020, 86,29% em 2021 e 84,64% da dotação em 2022.

No caso do Administrativo Discricionário, a situação costuma variar razoavelmente conforme o exercício em análise. Em 2020, foram pagos 35,57% da dotação. Em 2021, 26,56% e em 2022, 41,84%.

**Gráfico 6 – Execução Financeira 2020 – 2022**



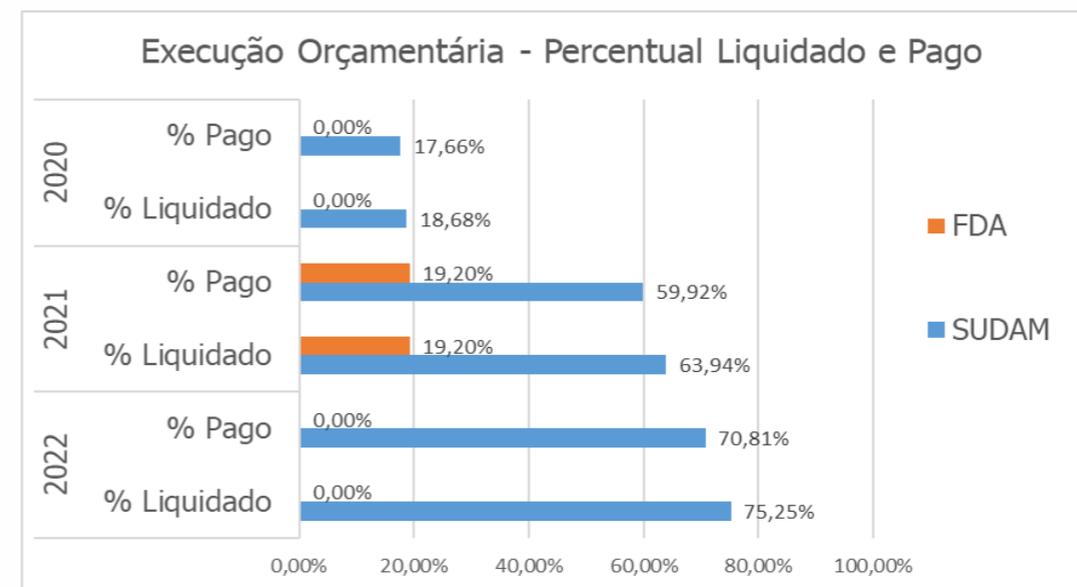
Fonte: Tesouro Gerencial 2020 a 2022.

Excluindo da análise o FDA, os dados da execução financeira demonstram significativa melhora nos percentuais liquidados e pagos da dotação da Sudam no período de 2020 a 2022. O percentual liquidado aumentou de 18,68% em 2020 para 75,25% em 2022, enquanto o percentual pago elevou de 17,66% para 70,81%.

A melhora tem forte relação com a redução do orçamento consignado à Sudam por emendas parlamentares, visto que são despesas de finalístico, isto é, são liquidadas e pagas somente em exercícios posteriores, normalmente.

Com relação a execução financeira do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, a realização dos pagamentos no mesmo exercício não é comum, ocorrendo apenas em 2021, quando foram pagos 19,20%

**Gráfico 7 – Execução Orçamentária – Percentual Liquidado e Pago 2020 – 2022**

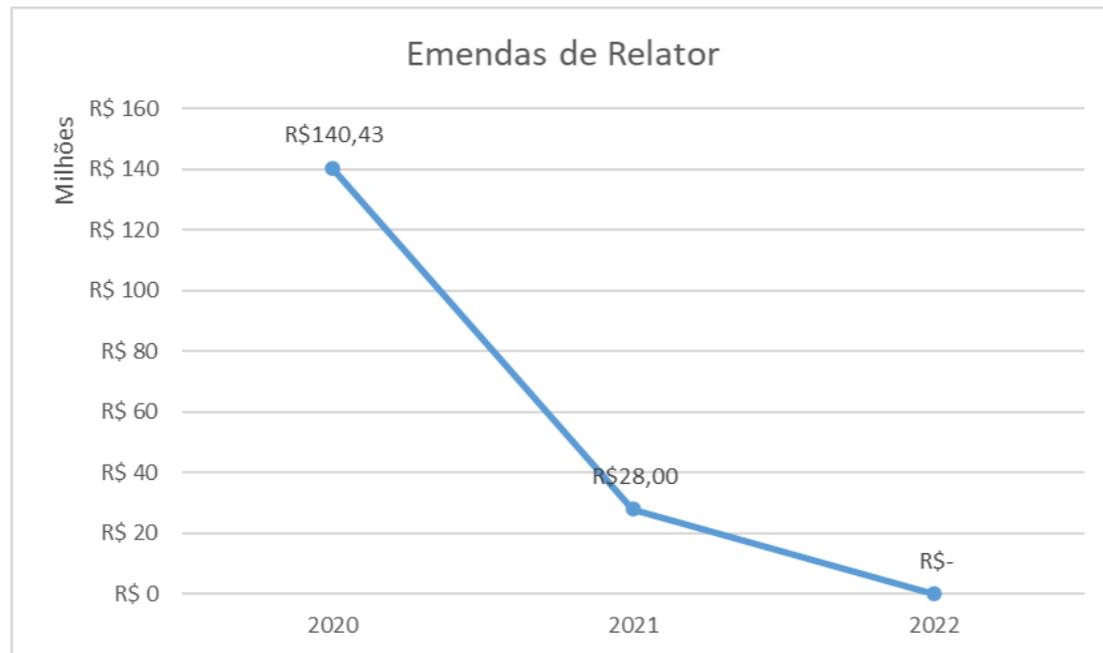


Fonte: Tesouro Gerencial 2020 a 2022.

### Emendas de Relator

Em números absolutos, identificou-se que o orçamento próprio da Sudam sofre poucas alterações ano a ano. Já o volume de crédito consignado à Sudam por Emendas Individuais, Emendas de Bancada e Emendas de Relator, no entanto, sofreu forte diminuição no período de 2020 a 2022. As emendas de Relator, por exemplo, reduziram de R\$ 140 milhões em 2020 para R\$ 0,00 em 2022.

Gráfico 8 – Emendas de Relator 2020 – 2022



Fonte: Tesouro Gerencial 2020 a 2022.

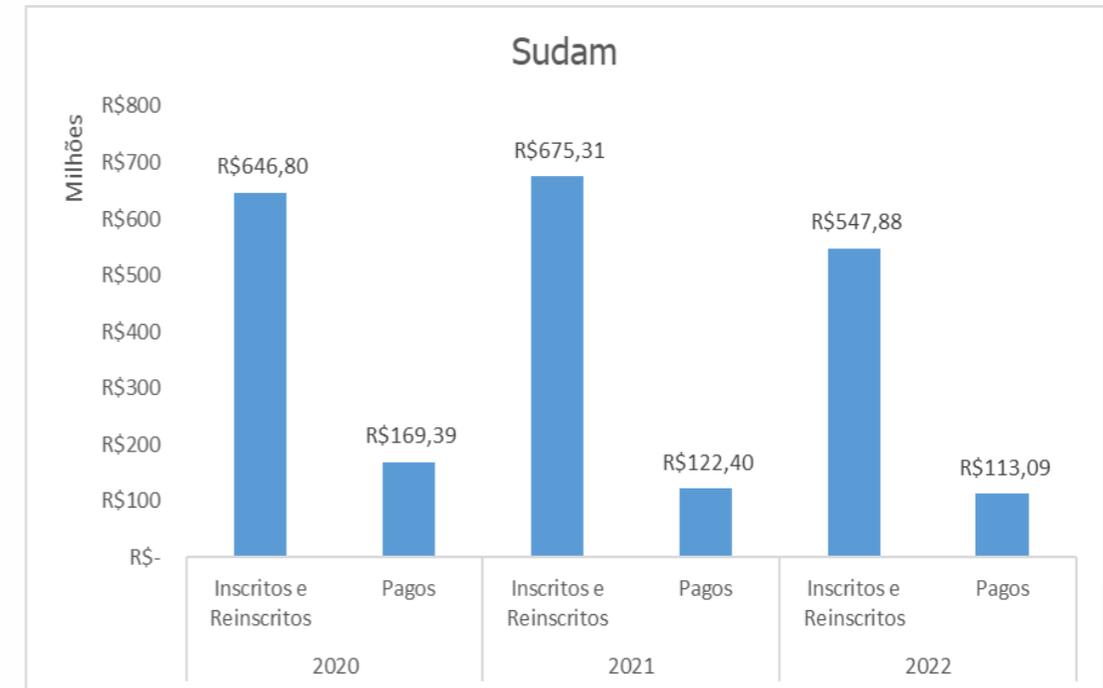
### Restos a Pagar

Com a diminuição do volume de recursos oriundos de emendas parlamentares consignados à Sudam, principalmente as emendas de bancada e de relator, há uma tendência de redução dos Restos a Pagar inscritos e reinscritos da autarquia. O volume inscrito e reinscrito em Restos a Pagar subiu de 2020 para 2021, de R\$ 646,80 milhões para R\$ 675,31

milhões. De 2021 para 2022, o volume inscrito e reinscrito em Restos a Pagar reduziu de R\$ 675,31 milhões para R\$ 547,88 milhões, queda de aproximadamente 19%.

O volume de Restos a Pagar pagos também vem diminuindo ao longo do tempo, saindo de R\$ 169,39 milhões em 2020 para R\$ 113,09 milhões em 2022, queda de 33,24%.

Gráfico 9 – Restos a Pagar Sudam 2020 – 2022

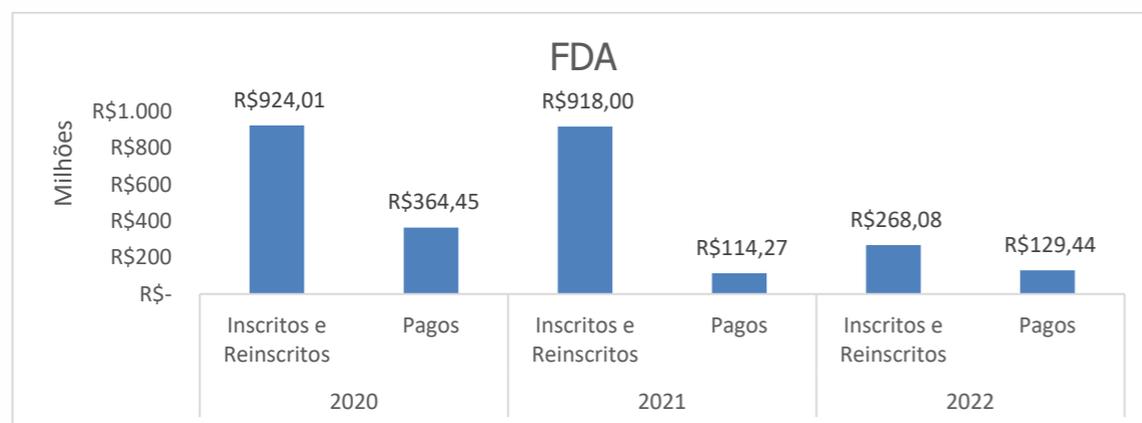


Fonte: Tesouro Gerencial 2020 a 2022.

No caso do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia, o volume de empenhos inscritos em Restos a Pagar iniciou o período de três anos com uma leve redução, de R\$ 924 para R\$ 918 milhões, entre 2020 e 2021. O movimento de queda acelerou entre 2021 e 2022, saindo de R\$ 918 milhões para R\$ 268 milhões inscritos e reinscritos em Resto a Pagar. A redução foi provocada pela anulação de empenhos emitidos em 2019 e 2021, no valor aproximado total de R\$ 753 milhões. A anulação dos empenhos foi realizada no exercício de 2021.

No que diz respeito ao pagamento dos Restos a Pagar, houve redução de 2020 para 2021, de R\$ 364 milhões para R\$ 114 milhões. De 2021 para 2022, houve pequeno aumento, saindo de R\$114 para R\$129 milhões.

**Gráfico 10 – Restos a Pagar FDA 2020 – 2022**



Fonte: Tesouro Gerencial 2020 a 2022.

### Recursos da Conta Única Aplicados: Fundo do Desenvolvimento da Amazônia

O saldo da conta contábil de Recursos da Conta Única Aplicados, 111110206, do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia apresentou um aumento de 545% de 31/12/2016 a 31/12/2022, evoluindo de R\$ 627.890.687,33 para R\$ 4.049.445.146,36. O saldo da conta é proveniente das aplicações de financeiro realizadas na medida em que são recebidos pelo Fundo os pagamentos dos financiamentos às empresas beneficiárias, acrescida do rendimento das aplicações realizadas.

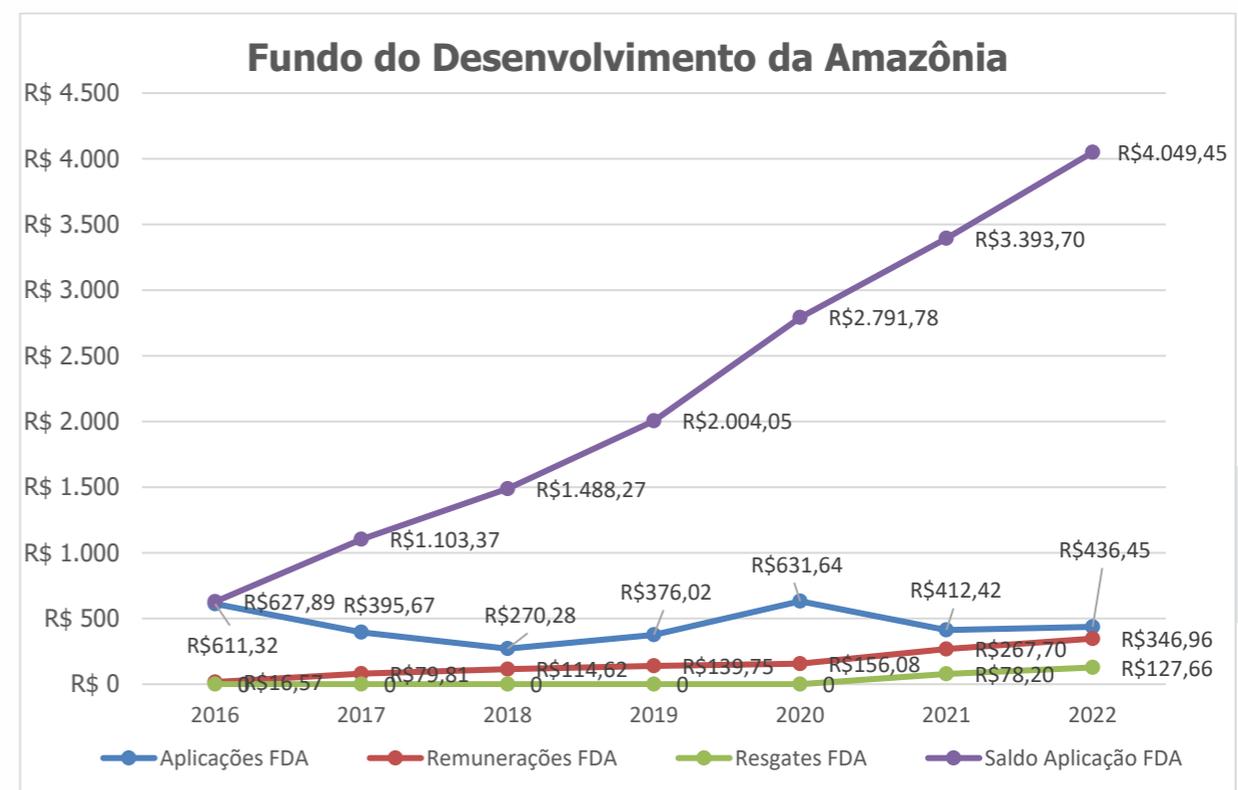
As aplicações realizadas oscilaram entre R\$ 270 e R\$ 436 milhões a cada ano de 2016 a 2022, atingindo um pico de R\$ 631 milhões em 2020. Os rendimentos da conta variaram, em tendência crescente, de R\$ 16 a R\$ 346 milhões de 2016 a 2022, conforme o gráfico abaixo.

O ano de 2021 foi o primeiro ano desde 2016 em que foram realizados resgates na conta de Recursos da Conta Única Aplicados, 111110206. Antes, não era necessário realizar resgates, pois o orçamento do Fundo era formado quase integralmente por recursos do Tesouro. Os resgates evoluíram de R\$ 78 milhões para R\$ 127 milhões de 2021 a 2022. A partir

de 2020, a participação dos recursos do Tesouro na disponibilidade orçamentária diminuiu consideravelmente. Assim, a tendência é de que nos próximos exercícios o volume de resgates seja consideravelmente maior.

Os dados apresentados demonstram que os recursos financeiros do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia estão em tendência crescente, seja em razão do aumento/manutenção do fluxo de recebimentos dos financiamentos, seja em razão da alta remuneração da conta de aplicações.

**Gráfico 11 – Recursos da Conta Única Aplicados: FDA 2016 – 2022**



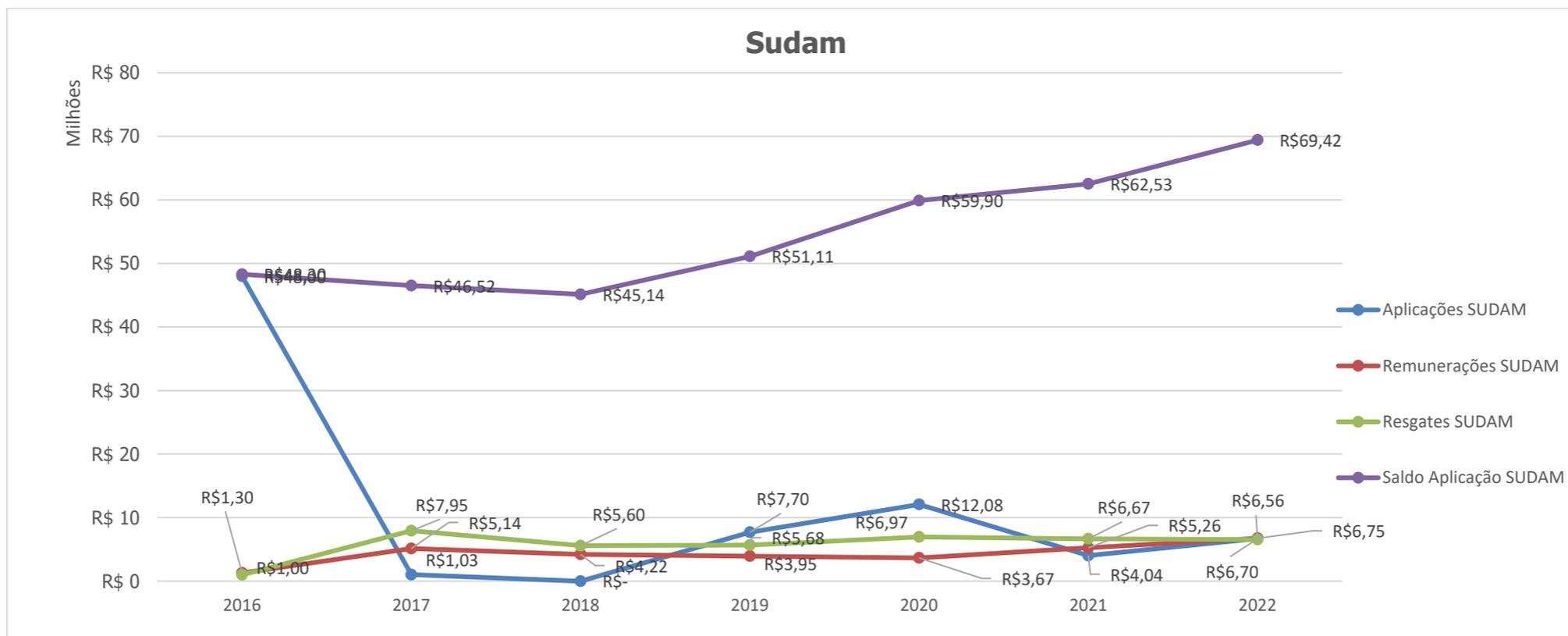
Fonte: Tesouro Gerencial 2016 a 2022.

O saldo da conta de Recursos da Conta Única Aplicados da Sudam apresentou aumento de cerca de 43,73% de 2016 a 2022, saindo de R\$ 48 milhões para R\$ 69 milhões. O volume de resgates anuais oscilou consideravelmente no período e está intimamente relacionado com o orçamento da Sudam aprovado com a Lei Orçamentária Anual. Ressalta-se que quanto maior o volume de recursos orçamentários disponibilizados em fontes próprias, maior a necessidade de resgates.

O saldo da conta de aplicações financeiras da Sudam depende fundamentalmente do volume de aplicações realizadas e da remuneração da conta de aplicações. O volume das

aplicações está relacionado ao recebimento das remunerações das liberações do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia e das liberações do incentivo fiscal do Reinvestimento. Nos últimos exercícios, entre 2019 e 2022, apesar de haver alguma oscilação anual no volume de recursos aplicados, houve melhora em relação aos exercícios anteriores, o que aliado ao aumento dos juros das remunerações das aplicações, justificou o aumento de 43% em sete exercícios, de 2016 a 2022, do saldo das aplicações.

**Gráfico 12 – Recursos da Conta Única Aplicados – Sudam 2016 – 2022**



Fonte: Tesouro Gerencial 2016 a 2022.

**Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.**

Excluindo da análise o FDA, os dados demonstram que a Sudam esteve próxima, porém não atingiu a meta estabelecida no Planejamento Estratégico de executar 95% de sua dotação orçamentária. O resultado foi 94,82% em 2020; 91,29% em 2021 e 92,81% em 2022.

O principal desafio para os próximos exercícios consiste em estabelecer práticas e metodologias que melhorem os percentuais empenhados das suas diferentes dotações orçamentárias. Para isto, faz-se necessário realizar estudos sobre as causas que proporcionam um aumento no percentual empenhado e, a partir dos resultados, adotar metodologia ou práticas semelhantes para as demais dotações orçamentárias administradas pela autarquia.

**4.5.2.2. Gestão de Pessoas**

No eixo Gestão de Pessoas, a situação da força de trabalho tem sido o maior fator de criticidade, com risco de comprometer as atividades desta autarquia, motivo pelo qual as ações do exercício focaram na sua recomposição, com a solicitação de concurso público e elaboração de proposta de ingresso no plano de carreiras da Superintendência da Zona Franca de Manaus-Suframa que trata a Lei n. 11.356/2006.

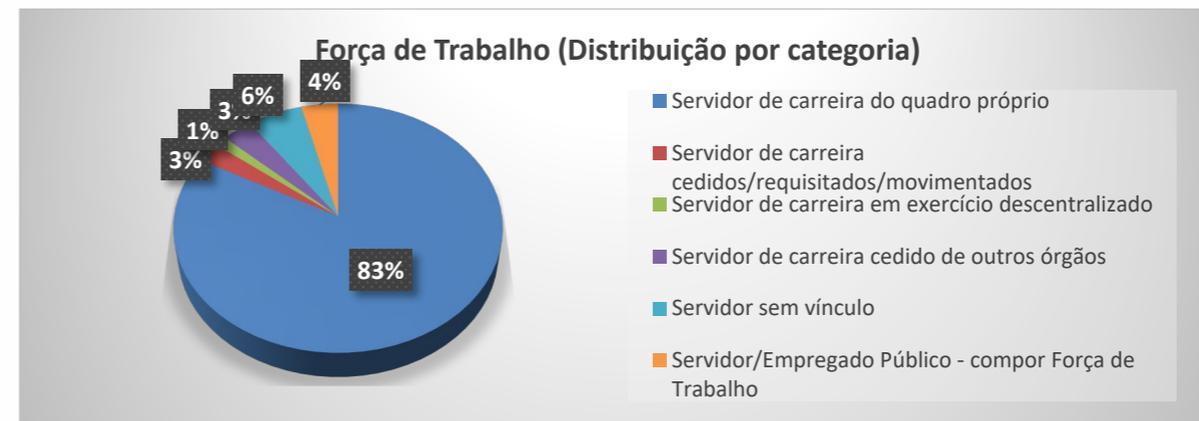
Com relação à força de trabalho, atualmente a Sudam conta com o seguinte quadro funcional:

**Tabela 12 – Efetivo Força de Trabalho**

Categorias	Quant.
Servidores de carreira	126
Servidores de carreira cedidos/movimentados	4
Servidores de carreira em exercício descentralizado (PF)	2
Servidores de carreira cedidos de outros órgãos	5
Servidores sem vínculo com a Administração Pública	9
Empregados públicos / Servidores movimentados	6
<b>TOTAL</b>	<b>152</b>

Fonte: SIAPE, 2022.

**Figura 6 – Efetivo Força de Trabalho Situacional (%)**



Fonte: SIAPE 2022.

Como é possível observar, a Sudam atua com uma força de trabalho incompatível para exercer sua missão, tendo dificuldades em manter uma base sólida formada por profissionais de carreira, em razão da elevada rotatividade de pessoal, ocasionada pela ausência de uma carreira especializada que corrija as distorções salariais existentes em comparação a outras carreiras já estruturadas. Essa dificuldade de retenção do capital intelectual compromete a realização de atividades da área finalística e da área meio, comprometendo a governança institucional.

Consoante as dificuldades apontadas, entende-se como necessária a implementação de carreira especializada, inclusive, para a realização de concurso público pois representa um fator de atratividade estimulando o ingresso e reduzindo a rotatividade. Ademais, a perda prematura de servidores representa de forma cabal o desperdício de treinamento e de esforços consideráveis para formar e manter um quadro funcional de excelência.

Analisando a evolução da força de trabalho da Sudam desde 2013, demonstra-se que esta teve seu ápice no exercício de 2016, após ingresso dos servidores oriundos do concurso público, e que retomou o declínio logo no ano posterior, 2017. Demonstra-se ainda que a força de trabalho atual é menor que a força de trabalho do período anterior ao ingresso dos

servidores advindos do concurso público, impactando a manutenção de uma base sólida formada por profissionais de carreira que fortaleça o desempenho institucional.

**Tabela 13** - Evolução da Força de Trabalho (2013-2022)

Categorias	QUANTIDADE									
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Servidores de carreira	136	188	203	207	193	186	158	146	136	130
Servidores de carreira em exercício descentralizado (PF)	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Servidores de carreira cedidos de outros órgãos	3	3	2	1	5	5	10	8	9	5
Servidores sem vínculo com a Administração Pública	15	17	20	14	15	15	18	18	16	9
Empregados públicos / Servidores movimentados	0	0	0	0	9	7	5	4	5	6
<b>TOTAL</b>	<b>156</b>	<b>210</b>	<b>227</b>	<b>224</b>	<b>224</b>	<b>215</b>	<b>193</b>	<b>178</b>	<b>168</b>	<b>152</b>

Fonte: SIAPE 2022.

**Figura 7** - Evolução da Força de Trabalho – Servidores de Carreira (2013-2022)



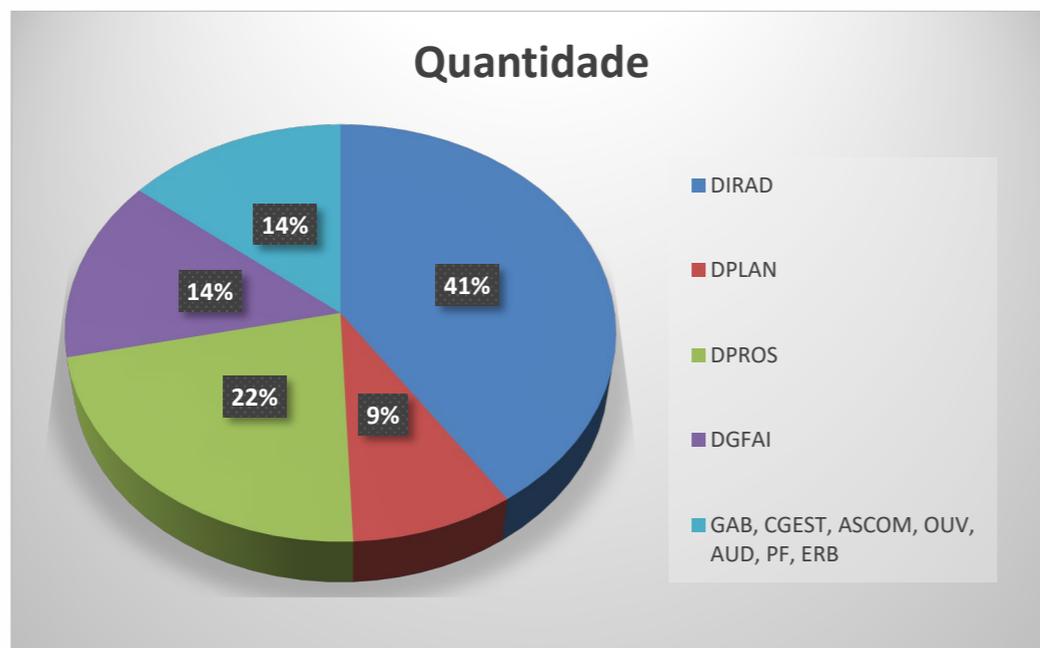
Fonte: SIAPE, 2022

**Tabela 14** - Força de Trabalho (Distribuição por áreas).

Área	Unidades	Quantidade
ÁREA MEIO	DIRAD	60
	DPLAN	13
ÁREA FINALÍSTICA	DPROS	33
	DGFAI	21
ÁREA DE ACESSORIA	GAB, CGEST, ASCOM, OUV, AUD, PF, ERB	21
<b>TOTAL</b>		<b>148</b>

Fonte: SIAPE 2022.

**Figura 8 - Força de Trabalho (Distribuição por áreas).**



Fonte: SIAPE 2022.

Atualmente, não há na instituição políticas de recrutamento e alocação de pessoas. No exercício de 2022, foram divulgados 02 (dois) editais, sendo 1 (um) para estágio obrigatório e 1 (um) para estágio não obrigatório, que resultou na seleção de 4 (quatro) estagiários ao longo do exercício, encerrando o exercício com 8 (oito) estagiários.

Quanto aos servidores em condições de aposentadoria, destaca-se que 23% do quadro próprio estão de abono permanência, evidenciando o risco de comprometer as atividades desta autarquia.

No que tange ao detalhamento da despesa de pessoal, houve redução das despesas com pessoal ativo e, conseqüentemente, aumento das despesas com aposentadoria e pensões

civis, ocasionadas pela concessão de 1 (uma) aposentadoria e 1 (uma) pensão civil neste exercício, conforme demonstrado na Tabela e Gráfico a seguir.

**Tabela 15 – Despesa com Pessoal Ativo (2021-2022).**

DESPESA DE PESSOAL	2021	2022
Aposentadoria e pensões civis	R\$ 8.489.871,62	R\$ 8.980.833,18
Ativos civis	R\$ 19.322.688,88	R\$ 18.305.557,07

Fonte: SIAPE 2022.

**Gráfico 13 – Despesa com Pessoal Ativo (2021-2022).**



Fonte: SIAPE 2022.

Assevera-se que não há ferramentas de controle internas aplicadas à folha de pagamento e gestão de pessoas. Entretanto, existem as ferramentas externas: trilha preventiva na folha de pagamento, realizada pelo então Ministério da Economia, e gestão da folha de pagamento e gestão de pessoas, realizadas pelo TCU por meio do E-pessoal.

Com relação à adoção de estratégias de valorização por desempenho, a Sudam executou, ao longo de 2022, o Programa de Gestão, implementado por meio da Portaria nº 236, de 13/12/2021. Tal ferramenta possibilita o exercício de atividades em que os resultados possam ser efetivamente mensurados, cuja execução possa ser realizada pelos participantes por meio do teletrabalho.

Quanto à capacitação, em 2022, foram realizados 22 (vinte e dois) cursos com ônus para a autarquia, em diversas temáticas tais como: Licitações e Contratos, Transferências de Recursos, Elaboração e Análise de Projetos, Gestão de Pessoas, Gestão de Processos, Governança e Gestão de Riscos, dentre outras, totalizando um investimento da instituição de cerca de R\$ 188 mil em capacitação para os servidores. Em relação aos cursos sem ônus, foram realizados 29 (vinte e nove) eventos com a participação dos servidores da Sudam. Ao todo, foram contabilizadas 190 (cento e noventa) participações de servidores nestes cursos. Registra-se que o relatório de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP para o exercício de 2022 encontra-se em fase de elaboração.

Em setembro de 2022, foi elaborado o PDP para o exercício de 2023, conforme estabelecido no Decreto nº 9.991/2019 e IN nº 21/2021, a partir do levantamento das capacidades que precisam ser aprendidas ou aprimoradas para que a organização alcance seus objetivos. A construção contou com a participação de servidores (pontos focais) de todas as unidades da Sudam, que realizaram o registro das necessidades de capacitação no Portal SIPEC, a partir de reuniões e discussões realizadas em suas respectivas equipes.

Os principais desafios para os próximos exercícios referem-se à identificação de ações para reduzir os impactos ocasionados pela redução da força de trabalho e à aprovação da proposta conjunta Sudam, Sudene e Sudeco, de ingresso no plano de carreiras da Superintendência da Zona Franca de Manaus-Suframa que trata a Lei nº 11.356/2006.

#### **4.5.2.3. Gestão de Licitação e Contratos**

##### **Conformidades Legais**

O processo de trabalho relativo às atividades de licitações e contratos tem como base os pressupostos estabelecidos na legislação vigente, tais como a Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações), a Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), o Decreto nº 1.024/2019 (Pregão eletrônico),

a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), o Decreto nº 9.507/2018 (terceirização), o Decreto nº 7.892/2013, a IN/SEGES/MPDG nº 05 de 2017 (Contratação de serviços), a IN nº 01/SEGES/2019, a IN SEGES nº 73/2020, a IN SEGES nº 40/2020, a IN SEGES/ME nº 65/2021, a IN SEGES/ME nº 67/2021, a Portaria nº 443, de 27.12.2018, e a Orientação Normativa/SEGES nº 02, de 06 de junho de 2016. A atuação nessas atividades acompanha as mudanças advindas na legislação.

A Sudam conta com Procuradoria Federal-PF, vinculada à Procuradoria-Geral Federal, que contribui para que os processos que tratam da matéria ganhem segurança jurídica, uma vez que a análise e o opinamento nos mesmos possibilitam ganhos na conformidade das contratações com as normas, principalmente com a legislação relativa a licitações e contratações públicas.

Além disto, a Auditoria-Geral contribui para melhoria da governança e gestão das aquisições de bens e serviços, bem como para a licitação e gestão dos contratos, quando dos trabalhos operacionais realizados nas áreas. A referida unidade orienta e solicita correções a fim de que todas as características, critérios e parâmetros exigidos sejam alcançados, contribuindo para conformidade e aperfeiçoamento da gestão.

Nas Licitações, adotam-se as listas de verificação instituídas pela Orientação Normativa SEGES/DELOG/MP nº 02/2016. Os pregoeiros, a fim de racionalizar procedimentos, seguem a orientação de adotar as padronizações de minutas de editais da Advocacia-Geral da União relativo às licitações.

Nos casos de ocorrência de infração às obrigações ou do comportamento de licitantes nas licitações, a autarquia, por meio das unidades que possuem a gestão contratual, tem aberto os procedimentos para aplicação das sanções previstas com a formalização de processo administrativo e com devido exercício da garantia do contraditório e da ampla defesa pelas empresas envolvidas.

##### **Resumo dos Valores de Contratações:**

As contratações concluídas em 2022, no geral, favorecem tanto as áreas de suporte quanto as áreas finalísticas da instituição e estão descritas no quadro a seguir:

**Quadro 15** – Resumo dos Valores de Contratações

Objeto	Tipo	Valor (R\$)
Prestação de serviços terceirizados de natureza contínua, na área de apoio administrativo e atividades auxiliares:	SERVIÇO	<b>1.389.016,35</b>
Prestação de serviços de mão-de-obra especializada em desenvolvimento e manutenção de software e infraestrutura lógica e de segurança da informação	SERVIÇO	<b>484.879,80</b>
Prestação de serviços continuados de manutenção predial, com emprego de mão de obra, fornecimento de materiais, peças e equipamentos.	SERVIÇO	<b>325.621,87</b>
Contratação de serviços de aquisição, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais.	SERVIÇO	<b>512.005,00</b>
Aquisição de material permanente de TI.	BENS	<b>492.300,00</b>
Prestação de forma contínua de serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio diário.	SERVIÇO	<b>862.980,00</b>
Aquisição de direito de uso dos Softwares Microsoft	SERVIÇO	<b>151.000,00</b>
Contratação de serviços comuns de engenharia para a revitalização de áreas.	SERVIÇO	<b>665.863,71</b>

**Fonte:** SIASG/Comprasnet adaptado pela DIRAD/CGACL/ CLC

#### **Contratações mais relevantes**

A contratação mais relevante no exercício de 2022 foi a celebração da Ata de Registro de Preços nº 01/2022, que possui como o objeto o registro de preço para contratação de serviços comuns de engenharia para a revitalização de áreas do complexo predial da Sudam, no valor de R\$ 2.165.123,98, permitindo a realização de revitalizações de diversas áreas no complexo predial dessa instituição.

No exercício em espécie foi contratada empresa para fornecimento de 04 (quatro) postos especializados em desenvolvimento e manutenção de software e infraestrutura lógica e de segurança da informação baseados em práticas ágeis, ITIL v3. e de CobIT. Essa contratação permitirá a autarquia prover serviços de desenvolvimento, manutenção e monitoramento de sistemas de informação para as áreas finalísticas, bem como oferecer suporte as demais unidades da autarquia.

Também foi realizado investimento no parque tecnológico, com a aquisição de diversos equipamentos totalizando R\$ 540.903,28. Essa iniciativa é essencial não somente para que se garanta a produtividade da Sudam, mas para que agregue também qualidade, estabilidade, escalabilidade e segurança no provimento de serviços de TI. O produto esperado é garantir o pleno funcionamento das diversas pastas de trabalho das unidades da autarquia.

### Contratações diretas

As dispensas de licitação foram realizadas tanto pela Lei nº 8.666/93 quanto pela Lei nº 14.133/2021, conforme quadro abaixo.

**Quadro 16** – Dispensas de Licitações em 2022

Modalidade	Lei nº	Quantidade	Valor (R\$)
Dispensa inciso II, art. 24	8.666/93	02	<b>11.013,00</b>
Dispensa inciso I, art. 24	8.666/93	-	-
Dispensa inciso IV, art. 24	8.666/93	01	<b>137.390,46</b>
Dispensa, inciso XVI, art. 24	8.666/93	02	<b>6.286,50</b>
Dispensa inciso II, art. 75	14.133/2021	20	<b>320.576,50</b>
Dispensa inciso I, art. 75	14.133/2021	-	-
<b>Total Geral da Modalidade</b>			<b>475.266,46</b>

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela DIRAD/CGACL/ CLC

A despesa de maior valor diz respeito ao contrato emergencial realizado para suprir as necessidades da limpeza e asseio na instituição, considerando que a prestadora que executava os serviços anteriormente não concordou em prorrogar o ajuste. Os outros eventos, em sua maioria, foram realizados por dispensa em razão do valor, seja pela nova ou antiga lei de licitações e contratos. Outras duas dispensas, realizadas com fundamento no inciso XVI do art. 24 da Lei nº 8.666/93, foram contratações para fornecimento de serviços de emissão de certificados digitais, dentro das normas do ICP-BRASIL.

No exercício 2022 foram realizados 24 (vinte e quatro) eventos na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, sendo 23 (vinte e três) relacionados à participação de servidores

em treinamentos e aperfeiçoamentos, conforme o Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP. E o outro caso diz respeito à renovação de periódico.

**Quadro 17** - Tipos De Inexigibilidades – 2022

Modalidade	Lei nº	Quantidade	Valor
Inciso II, art. 25	8.666/93	23	<b>R\$191.461,40</b>
Caput, art. 25	8.666/93	01	<b>R\$9.766,00</b>
<b>Total Geral da Modalidade</b>			<b>R\$201.227,40</b>

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela DIRAD/CGACL/ CLC

**Quadro 18** – Resumo das Contratações Diretas – 2022

Modalidade	Total	%	Quantidade
Dispensa	R\$ 475.266,46	6,23	25
Inexigibilidade	R\$ 201.227,40	2,64	24
<b>Total Contratação Direta</b>	<b>R\$ 676.493,86</b>	<b>8,87</b>	<b>49</b>
<b>Total Geral das Modalidades</b>	<b>R\$ 7.628.385,19</b>	-	-

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela DIRAD/CGACL/ CLC

### Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.

A Sudam, ao longo dos últimos anos, tem alcançado metas e desafios para a área de contratações e renovações de instrumentos voltados para sua manutenção geral e as atividades finalísticas, por meio do atendimento das demandas. A busca pela melhor solução envolve todos os atores, a fim de cristalizar as demandas contidas no plano anual de compras e renovações contratuais elaborado para cada exercício.

Os principais desafios na gestão de licitações e contratos são:

- Adequar a instrução processual com base nas disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);
- Redesenhar os fluxos de licitações à luz da nova lei de licitações;

- Produzir norma para o plano anual de contratações;
- Manter o acompanhamento (monitoramento) dos processos de contratações previstas no PAC a fim de que 80% das novas contratações sejam efetivadas até 29/09/2023;
- Elaborar instrumentos de governança nas contratações (Manuais de Gestão e Fiscalização dos Contratos, de Sanções e Indicadores de Gestão de Contratos).

No que se refere às ações e perspectivas, sob a ótica das licitações, entende-se que a Sudam deverá ultimar esforços em relação aos desafios enumerados, a fim superá-los a partir da:

- Elaboração de manuais que auxiliem a consecução dos processos com maior eficiência;
- Capacitação dos agentes requisitantes, a fim de mitigar problemas de construção do termo de referência ou projeto básico ou da formação do valor do procedimento licitatório, agregando eficiência na instrução processual.
- Treinamento dos servidores em gestão de contratos, a fim de que as competências de fiscalização técnica, administrativa e setorial sejam adequadas para o acompanhamento do objeto.

#### 4.5.2.4. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

**Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle e prevenção de falhas e irregularidades**

A conformidade da Gestão Patrimonial e de Infraestrutura da Sudam se deu pela observância das seguintes normas e mecanismos de controle: Constituição Federal de 1988, em especial os artigos 22 e 37; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da CF e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, que regulamenta a implantação do SISG; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Nº 9.373, de 11 de maio de 2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis da Administração Pública Federal; Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica; Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a Nova lei de licitações; Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que trata da governança das contratações públicas; Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, que dispõe sobre o plano de contratações anual e institui o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal; Instruções Normativas nº 05/2017, 40/2020; 65/2021, 67/2021, 72/2021 e 58/2022; Regimento Interno da SUDAM; Relatórios de Auditoria Interna; Sistemas Eletrônicos: SEI, ComprasNet e seus módulos, SGG e Fonte de Preços.

#### **Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos**

No tocante a investimento de capital – infraestrutura, foram celebradas três contratações, demonstradas no quadro abaixo:

**Quadro 19 – Investimentos de capital em 2022: Infraestrutura**

Objeto	Área de Intervenção	Valor Anual Contratado (R\$)	Valor Executado (R\$)
Serviços comuns de engenharia para a revitalização de áreas do complexo predial da SUDAM.	Recepção e Guarita do térreo.	14.652,10	0,00
	3º e 6º andares do Bloco C.	665.863,71	0,00
Elaboração de projetos de layout, elétrico e luminotécnico, cabeamento lógico e instalações telefônicas e climatização para 01 (um) andar.	Bloco C	45.750,00	0,00

Fonte: CGALC/DIRAD/SUDAM, 2023

Ainda sobre investimentos de capital, vale ressaltar que no Plano de Contratações (PGC) para o ano de 2022 foram previstas 55 (cinquenta e cinco) contratações, das quais foram efetivadas 44 (quarenta e quatro), sendo que destas, 5 (cinco) não estavam inicialmente previstas. E a economia entre a previsão inicial de contratação e os valores efetivamente executados ao longo de 2022 foi de 24,64%, conforme é demonstrada no quadro abaixo.

**Quadro 20 – Contratos Executados em 2022**

OBJETO	CONTRATO	VALOR PREVISTO PGC 2021 / 2022 (R\$)	VALOR EXECUTADO 2022 (R\$)	ECONOMIA (R\$) / %	
Serviço de limpeza, conservação e asseio.	Contrato nº 09/2021	960.000,00	815.328,83	144.671,17	15,1%
	Contrato nº 09/2022				
	Contrato nº 12/2022				
Serviço de apoio administrativo.	Contrato nº 02/2022	1.462.638,60	1.439.876,16	22.762,44	1,6%
Serviço de vigilância armada.	Contrato nº54/2018	1.188.000,00	925.413,70	262.586,30	22,1%
Serviços de locação de 02 (dois) equipamentos reprográficos	Contrato nº 13/2019	37.250,00	27.778,86	9.471,14	25,4%
Serviços de apoio administrativo (Técnico em Artes Gráficas)	Contrato nº 67/2018	71.936,40	61.936,44	9.999,96	13,9%
Serviço de transporte terrestre no município de Belém e região metropolitana.	Contrato nº 04/2022	9.984,00	2.801,80	7.182,20	71,9%
Serviço de transporte terrestre em Brasília/DF e região metropolitana (ERDF).	Contrato nº 01/2020	1.000,00	-	1.000,00	100,0%
Serviços de transporte interestadual de mobiliários em geral de bens pertencentes a servidor da Sudam	Contrato/Empenho nº 2022NE000242	-	16.680,00	-	Não prevista
	Contrato/Empenho nº 2022NE000257		13.167,00		Não prevista
	Contrato nº 19/2022		53.910,00		Não prevista
Serviços de aquisição, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais.	Contrato nº 18/2029	512.000,00	126.989,17	148.155,95	28,9%
	Contrato nº 07/2023		236.854,88		
Aquisição de 530 kg de café (Ata de Registro de Preço Nº 02/2022/UFPA).	Contrato/Empenho nº 2022NE000227	-	7.817,50	- 7.817,50	Não prevista
Aquisição de 300 kg de açúcar refinado (por meio da Ata de Registro de Preço Nº 05/2022/UFPA).	Contrato/Empenho nº 2022NE000220	-	720,00	- 720,00	Não prevista
Serviços de carregador e montador de móveis.	Contrato nº 16/2022	26.400,00	-	26.400,00	Não executado
Serviços de jardinagem.	Contrato nº 17/2022	7.500,00	437,26	7.062,74	94,2%
Serviço de fornecimento de água e esgoto.	Contrato nº09/2018	44.000,00	78.818,88	- 34.818,88	-79,1%
Serviço de fornecimento de Energia Elétrica.	Contrato nº 35/2017	400.000,00	674.343,66	- 274.343,66	-68,6%
Serviços de controle de pragas urbanas.	Contrato nº 34/2019	20.000,00	3.480,00	16.520,00	82,6%
Serviços de manutenção preventiva de splits e aparelhos de ar-condicionado.	Contrato nº 13/2020	115.700,00	25.340,06	68.047,06	58,8%

Serviço de manutenção dos equipamentos de refrigeração.	Contrato nº 08/2022		22.312,88		
Serviço de Elaboração Projeto Prevenção Combate a Incêndio e Pânico + Proteção Descargas Atmosf.	Contrato nº 14/2020	58.190,25	-	58.190,25	<b>Não executado</b>
Serviços de manutenção preventiva e corretiva nos 04 elevadores de passageiros da Sudam	Contrato nº 70/2018	39.900,00	1.839,20	19.810,80	<b>49,7%</b>
	Contrato nº 03/2022		18.250,00		
Serviços de limpeza, higienização, desinfecção e análises bacteriológicas de reservatórios, caixas, poços e tubulação de esgoto da Sudam.	Contrato nº 15/2020	53.740,65	18.205,04	35.535,61	<b>66,1%</b>
Serviço na área de Engenharia elétrica e/ou mecânica com manutenção preventiva e corretiva de equipamentos eletromecânicos.	Contrato nº 02/2021	155.100,00	107.333,20	47.766,80	<b>30,8%</b>
Serviço de manutenção predial sob demanda.	Contrato nº 03/2021	400.000,00	12.278,59	298.961,69	<b>74,7%</b>
	Contrato nº 06/2022		88.759,72		
Serviço de modernização do controle de acesso de pedestres e veículos na Sudam.	Contrato nº 16/2021	38.400,00	14.609,14	23.790,86	<b>62,0%</b>
Serviço de cobertura de seguro veicular para a frota da Sudam.	Contrato nº 2022NE000034	2.675,00	2.145,00	530,00	<b>19,8%</b>
Aquisição de 4.000 garrafas de água mineral.	Contrato/Empenho nº 2022NE000041	28.620,00	4.500,00	16.647,30	<b>58,2%</b>
	Contrato/Empenho nº 2022NE000080		7.472,70		
Serviços de Chaveiro	Contrato/Empenho nº 2022NE000052	1.500,00	869,30	630,70	<b>42,0%</b>
Serviços especializados em elaboração de Layout e outros.	Contrato/Empenho nº 2022NE00173	48.815,42	-	48.815,42	<b>Não executado</b>
Serviço de análise de qualidade de ar, de acordo com a RE 09 de 16 de janeiro de 2003	Contrato/Empenho nº 2021NE000197	9.000,00	7.216,00	1.784,00	<b>19,8%</b>
Serviços comum de engenharia para revitalização de áreas do complexo predial da Sudam.	Contrato nº 13/2022	680.515,81	-	680.515,81	<b>Não executado</b>
Contratação de serviços comuns de engenharia para a revitalização de áreas do complexo predial da Sudam.	Contrato nº 18/2022		-		
Serviços de Poda e supressão de árvores, como fornecimento de materiais.	Contrato/Empenho nº 2022NE000212	25.000,00	-	25.000,00	<b>Não executado</b>
Serviço de recarga e teste hidrostático em 86 extintores de incêndio	Contrato/Empenho nº 2022NE000141	6.000,00	5.970,00	30,00	<b>0,5%</b>
Serviço + material de reparo de veículo da Sudam	Empenho/Suprimento nº 2022NE000221	5.000,00	2.500,00	2.500,00	<b>50,0%</b>
	Empenho/Suprimento nº 2022NE000225				
Serviço de substituição das portas de entrada do Bloco C e instalação de gradil no corredor de acesso ao lado do Bloco A	Contrato/Empenho nº 2022NE000155	20.000,00	18.550,00	1.450,00	<b>7,3%</b>
<b>Total</b>		<b>6.428.866,13</b>	<b>4.844.504,97</b>	<b>1.584.361,16</b>	<b>24,64%</b>

Fonte: CGALC/DIRAD/SUDAM, 2023

### Desfazimento de ativos

Em 2022, a Sudam detinha 2.073 (dois mil e setenta e três) itens entre mobiliários e equipamentos (informática, refrigeração, comunicação etc.) e 15.919 (quinze mil, novecentos e dezenove) itens de almoxarifado passíveis de desfazimento, conforme regramento legal vigente. Deste total, foi realizado o descarte ambientalmente adequado de 1.363 (mil, trezentos e sessenta e três) itens de almoxarifado, o que representou o desfazimento de 8,6% dos itens de almoxarifado e conseqüentemente 7,6% do total dos itens, em relação a 2021, conforme segue abaixo demonstrado.

Quadro 21 – Desfazimento de Ativos em 2022

Itens	2021	2022	Desfazimento Realizado	Saldo ao final de 2022
Itens Patrimônio	1.274	2.073	0	2.073
Itens Almoxarifado	15.919	15.919	- 1.363	14.556
<b>SOMA</b>	<b>17.193</b>	<b>17.992</b>	<b>17.992</b>	<b>16.629</b>

Fonte: CGALC/DIRAD/SUDAM, 2023

### Locações de imóveis e equipamentos

No ano de 2022 não houve locação de imóveis, ocorrendo apenas 01 (uma) contratação de locação de equipamentos, cujo objeto foi a locação de 02 (dois) equipamentos reprográficos, com valor anual previsto de R\$ 37.250,00, sendo executado R\$ 27.778,86 no referido ano.

### Mudanças e desmobilizações relevantes

As desmobilizações programadas e executadas em 2022 foram direcionadas para o atendimento de dois objetivos distintos: A desocupação dos espaços a serem revitalizados (3º e 6º andares do Bloco C da sede) e o atendimento das alterações promovidas na estrutura da Sudam a partir do Decreto nº 11.230 de 07 de outubro de 2022, sendo estas:

- i. Deslocamento da sala da Comissão tomada de contas especiais (TCE) do 5º andar para o 4º andar do Bloco C;
- ii. Mudança/deslocamento da sala da CGINF dentro do 5º andar do Bloco C;
- iii. Mudança/deslocamento da sala da CGAVI para o 2º andar.

### Principais desafios e ações futuras.

A Sudam, em razão do Decreto nº 11.230 de 07 de outubro de 2022, passou por profundas modificações e naturalmente ainda se encontra em fase de transição com ajustes a serem realizados em suas rotinas de trabalho e atividades desenvolvidas. Nesse sentido, os principais desafios na área de gestão patrimonial e de infraestrutura são:

- i. Aproximar cada vez mais o planejamento anual da execução, com foco na eficiência e economicidade;
- ii. Promover a revitalização das áreas de trabalho da autarquia;
- iii. Dar continuidade nos trâmites de desfazimento dos bens inservíveis.

### 4.5.2.5. Gestão da Tecnologia da Informação

#### Conformidade legal

A área de tecnologia da informação obedece às seguintes legislações: Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018; Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019; Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019; Decreto nº 9.854, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020; Lei federal nº 14.129, de 29 de março de 2021; Instrução Normativa GSI/PR nº 3, de 28 de maio de 2021; Portaria SGD/ME nº 6.432, de 15 de junho de 2021; Instrução Normativa GSI/PR nº 5, de 30 de agosto de 2021; Lei nº 14.133 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, de 01/04/2021.

#### Modelo de governança de TI

O modelo de governança de TI da Sudam é suportado pelo Comitê de Gestão Digital, composto pelo diretor de cada área, mais as áreas de tecnologia da informação e gestão de pessoas (responsável pela gestão dos dados pessoais).

Figura 9 – Modelo de governança de TI.

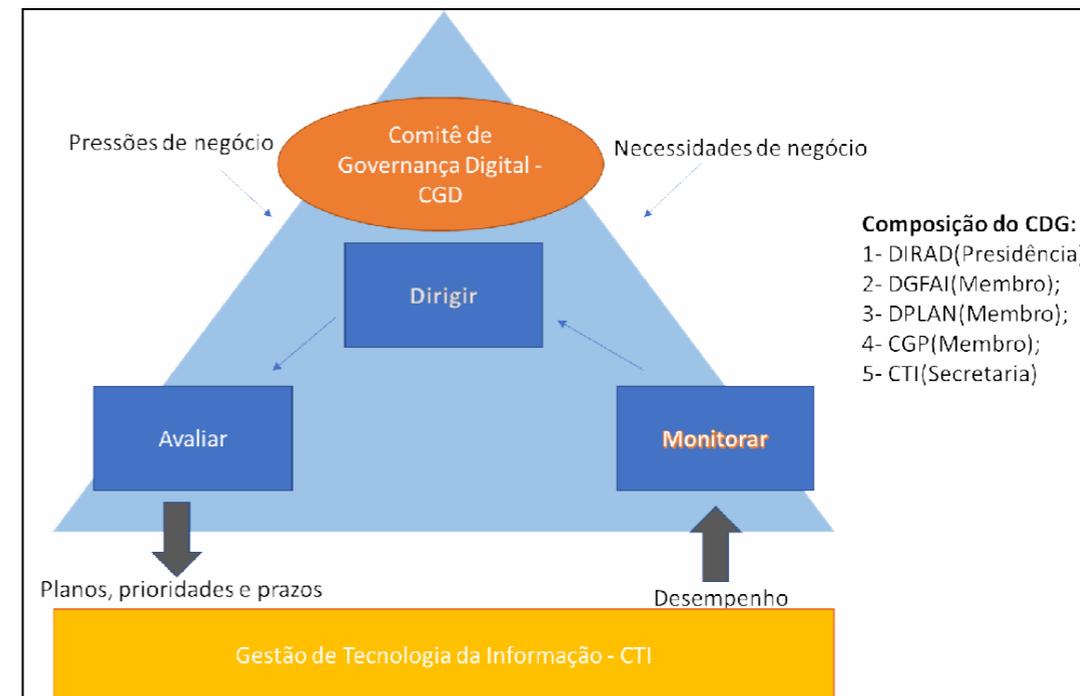


Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2023.

1. Alinhamento Estratégico - Vinculação entre TI e negócios (planejamento e operações).
2. Entrega de Valor – Garantia de alcance dos benefícios, com otimização de custos.
3. Gestão de Riscos – Incorporação do tratamento de riscos e da conformidade nos processos.
4. Gestão de Recursos – Otimização dos investimentos e do uso dos recursos de TI (humanos e tecnológicos).
5. Mensuração de Desempenho – Uso das reuniões de gestão semanal com a Diretoria e trimestral com o comitê, para avaliação e direcionamento dos resultados.

O instrumento utilizado para concretizar a Governança de Tecnologia da Informação é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, cuja vigência atual é 2021-2022. Dessa forma, o modelo de Governança de TI segue o esquema a seguir:

Figura 10 – Fluxo modelo de governança de TI.



Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2023.

#### Montante de recursos aplicados em TI

Em 2022, a Sudam, por meio da Coordenação de Tecnologia, alcançou o seu melhor resultado em comparação ao ano anterior. Em 2021, foi executado 60,01% do orçamento total disponibilizado, sendo 67,70% executado de Investimentos e 56,56% de Custeio. Já em 2022, a execução foi de 98,95% do orçamento disponibilizado, sendo 97,43% executado de Investimentos e 100% de custeio.

#### Contratações mais relevantes de recursos de TI

Em 2022, as contratações mais relevantes foram:

- **Contratação de empresa especializada em serviços de mão-de-obra especializada em TIC:** sua efetivação possibilitou suportar os diversos sistemas

finalísticos, tais como: Sistema de Informações e Benefícios Fiscais (SIN), Sistema de Avaliação de Benefícios Fiscais (SIAV), Sistema de Convênios (SIAC) e o Sistema de Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (SIGFDA).

- **Aquisição de direito de uso dos Softwares Microsoft (Software como serviço):** a contratação estruturou o ambiente tecnológico de TIC da Sudam e disponibilizou recursos tecnológicos para as atividades que demandam recursos de aplicativos de editores de texto, e-mail, calendários compartilhamento de arquivos e apoio na execução de atividades rotineiras do ambiente corporativo (relatórios, planilhas, apresentações, vídeo conferências, reuniões etc.) e armazenamento em nuvem com a devida segurança da informação.

- **Aquisição de Sistema de Armazenamento de Dados (Storage):** a aquisição de um novo sistema de storage foi essencial para a saúde do Datacenter e para a segurança, integridade e disponibilidade das informações eletrônicas institucionais.

- **Aquisição de Switch Central (Core de Rede):** a aquisição do equipamento possibilitou a revitalização e otimização da concentração e interconexão de todos os elementos da rede de comunicação de dados da Sudam, haja vista o alto grau de obsolescência, degradação e inoperância do antigo.

#### **Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI**

- **Implementação de melhorias no módulo de teletrabalho:** Foram realizadas melhorias diversas visando um melhor atendimento integral à IN e ao decreto do programa de gestão, bem como pedidos feitos pelos usuários finais da aplicação.

- **Controle e monitoramento do Plugin carga SICONV-SIAC:** Eventualmente aconteciam falhas durante o script de sincronização de dados do SICONV-SIAC. Foi criada uma tela de monitoramento onde é possível ver e acompanhar, para intervir caso ocorra alguma falha nesse processo.

- **Integração com o Ministério da Economia (ME) para o envio de dados de planos/atividades do Programa de Gestão.**

- **Carga via API GovBr, de informações dos CNPJs das empresas atendidas através do sistema SIN:** Carga dos dados da receita dos CNPJs de todas as empresas que gozam de incentivos fiscais da Sudam. Com esses dados a Superintendência fornece informações atualizadas de contatos, para solicitar informações e enviar avisos.

- **Segurança da informação:** Foi elaborada e implementada a Política de Backup e Restore de Dados, o que possibilitou a segurança das e informações no âmbito da Sudam.

#### **Principais metas não alcançadas e dificuldades enfrentadas**

Em 2022, as principais metas não alcançadas foram: o desenvolvimento do Sistema de gestão de projetos do FDA; e a atualização da Versão do SEI de 3.0 para a versão 4.0.

As maiores dificuldades enfrentadas são a desmotivação da equipe que se sente desvalorizada comparada a seus pares internos e externos; e a falta de formação na área de parte dos servidores da unidade.

#### **4.5.2.6. Sustentabilidade Ambiental**

A Sudam, desde o ano de 2019, vem implementando o seu Plano de Logística Sustentável - PLS, em conformidade com a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, emitida à época pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando a construção de um novo modelo de cultura institucional com a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública. Destacam-se, a seguir, os resultados alcançados em 2022:

#### **Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições**

Os contratos administrativos celebrados pela Sudam, em especial, os que envolvem a prestação de mão de obra, contemplam os critérios de sustentabilidade ambiental previstos nas Leis nº 8.666/93 e nº 14.133/22. Deste modo, os termos de referência que fundamentam as contratações adotam cláusulas específicas, destacando os critérios de sustentabilidade registrados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, principalmente, quanto: à utilização de equipamentos eletroeletrônicos que promovam a eficiência energética; ao

fornecimento de insumos, preferencialmente, constituído por materiais reciclados, renováveis, atóxicos e/ou biodegradáveis; à promoção durante a execução contratual de ações que promovam o baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; e ao uso racional da água.

Nos contratos de manutenção predial, os serviços prestados pelas contratadas são pautados no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental, sendo realizadas verificações periódicas pela fiscalização do contrato e registradas nos relatórios de execução.

Além disso, as embalagens, restos de materiais e produtos e entulhos, incluindo cabos, restos de óleos e graxas, são separados para posterior descarte pela contratada. No caso da manutenção dos equipamentos de refrigeração, são utilizados fluídos refrigerantes que não agredem a camada de ozônio, como o R410a.

Também são realizados estudos contínuos quanto à eficiência dos contratos administrativos, visando a melhor empregabilidade do recurso público. Os contratos de mão de obra exclusiva possuem cláusulas relacionadas à necessidade de treinamentos obrigatórios por ano, objetivando a educação e sensibilização dos terceirizados para os temas da sustentabilidade. Ademais, há o acompanhamento da execução para avaliar a qualidade do serviço prestado e se o efetivo atende as necessidades.

#### **Ações para redução do consumo de recursos naturais**

No exercício de 2022, a Sudam desenvolveu diversas ações para redução do consumo de energia, água e materiais descartáveis (copos, papéis, cartuchos), bem como para redução de poluentes com transporte e resíduos passíveis de reciclagem gerados na Instituição, conforme veremos a seguir:

- **Consumo de Energia**

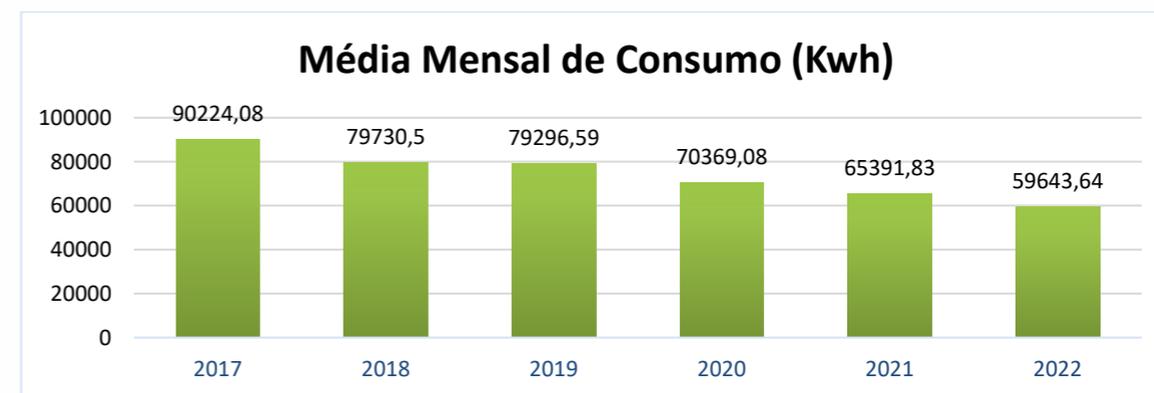
Dentre as ações para redução do consumo de energia em 2022, destacaram-se:

- ✓ Campanhas internas de conscientização dos servidores sobre consumo responsável de energia nos espaços e equipamentos da Sudam;
- ✓ A implementação do Teletrabalho na instituição, reduzindo o consumo de

energia no complexo predial da autarquia.

Ao longo dos últimos 6 (seis) anos, constata-se uma redução na média mensal de consumo de energia na instituição. Em 2022, houve uma redução de 9% no consumo de energia em relação ao ano anterior e 34% em relação a 2017, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

**Gráfico 14 – Média Mensal de Consumo de Energia (kWh) de 2017 a 2022**



Fonte: DIMP/CGA, 2023

Apesar da redução observada nos últimos anos, a Sudam dará continuidade às ações voltadas para consumo consciente e racionalizado dos recursos energéticos na instituição, objetivando maior adesão dos servidores.

- **Consumo de Água**

Dentre as ações para redução do consumo de água em 2022, destacaram-se:

- ✓ Campanhas de conscientização dos servidores da Sudam, em atenção à Portaria MPOG nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, que estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;
- ✓ Serviços para eliminação de vazamentos e manutenção dos sistemas de abastecimento.

A seguir, apresenta-se tabela comparativa da média mensal de consumo de água entre 2021 e 2022, ressaltando que houve problemas nos hidrômetros responsáveis pela medição do volume de água no ano de 2021 em alguns meses. Desta forma, o cálculo da média foi realizado excluindo tais períodos.

**Tabela 16** – Média Mensal de Consumo de Água 2021-2022 (m³).

Ano	2021	2022
Média Mensal de Consumo	323,44	550,83

Fonte: DIMP/CGA, 2023

Diante dos dados apresentados, em que pese os problemas ocorridos nos hidrômetros em 2021, é possível afirmar que o consumo de água em 2022 foi maior do que em 2021. Corroborando com essa conclusão o total faturado de R\$ 82.820,15, em 2022, frente a R\$ 61.733,64, em 2021.

Além das medidas já adotadas, a Sudam pretende intensificar o trabalho de fiscalização para questão do uso inadequado da água, realizando monitoramento frequente e buscando identificar possíveis vazamentos. A instituição continuará com as ações voltadas para a conscientização de um escopo maior de servidores sobre o consumo consciente de água no interior da Instituição, além de buscar a manutenção dos medidores do sistema de abastecimento de água na autarquia.

- **Consumo de Materiais Descartáveis: tonners, papéis e copos**

A Sudam prosseguiu com o contrato de serviço de outsourcing de impressão que viabiliza, desde 2021, a atualização tecnológica do parque de equipamentos de impressão, no qual trouxe melhorias qualitativas e redução de custos financeiros, fazendo com que esta autarquia esteja alinhada às ações de sustentabilidade propostas pelo Governo Federal.

Até 2020, os tonners utilizados na instituição possuíam uma capacidade de impressão de aproximadamente 3.250 (três mil, duzentos e cinquenta) páginas. A partir de 2021, esta capacidade de impressões aumentou para 7.500 (sete mil e quinhentas) impressões, em razão da melhoria na tecnologia utilizada. Os dados a seguir evidenciam uma redução no número de impressões realizadas ao longo dos anos, principalmente a partir de 2021 quando firmou-se o

contrato de serviço de outsourcing na autarquia, contribuindo, assim, para a diminuição na quantidade de tonners utilizados.

**Tabela 17** – Quantidade de Impressões e Consumo de Toners 2018 – 2022

Ano	Quantidade de Impressões	Quantidade de Toners utilizados
2018	409.156	126
2019	345.144	107
2020	280.000	87
2021	68.500	10
2022	92.537	13

Fonte: CGTIC, 2023

Em relação ao consumo de papel na autarquia, observa-se uma considerável redução em 2022 em comparação ao ano anterior, conforme tabela a seguir. Outro destaque positivo refere-se ao consumo de papel reciclado ter sido superior ao de papel não reciclado em 2022.

**Tabela 18** – Consumo de Papel em 2021-2022 (resmas)

Ano	2021	2022
Papel A-4 75 g/m²	131	66
Papel A-4 Reciclado	83	67

Fonte: Sistemas GESPRO e SIADS

Registra-se que no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2021, foi informado o quantitativo de consumo de 137 (cento e trinta e sete) resmas de papel no referido ano. Este valor foi estimado com base no número de impressões realizadas. Para o presente relatório, optou-se por utilizar como referência o quantitativo de resmas fornecidas pelo setor de almoxarifado para as unidades da Sudam, conforme dados obtidos dos sistemas GESPRO e SIADS.

No que se refere ao consumo de copos descartáveis utilizados por servidores, colaboradores e visitantes, observa-se também acentuada redução em 2022 em relação ao ano anterior, conforme tabela a seguir.

**Tabela 19** – Consumo de Copos Descartáveis em 2021-2022 (cento)

Ano	2021	2022
Copo Descartável 50 ml	46	22
Copo Descartável 200 ml	68	40

Fonte: Sistemas GESPRO e SIADS

Registra-se que no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2021, foi informado o consumo de 67 (sessenta e sete) centos de copos de 200 ml e 48 (quarenta e oito) centos de copos de 50 ml no referido ano. Entretanto, após recontagem da unidade responsável, em consulta aos sistemas GESPRO e SIADS, foram identificados os valores corretos, os quais constam na tabela cima.

- **Redução de resíduos poluentes:**

Dentre as ações de sustentabilidade no serviço de transporte da Sudam em 2022, destacaram-se:

- ✓ Utilização do serviço Táxi Gov, cuja contratação ocorreu nacionalmente pela Central de Compras do Governo Federal, atendendo aos preceitos de sustentabilidade, e a fim obter economia de escala em termo de custos;
- ✓ Frota própria utilizada esporadicamente;
- ✓ Utilização de veículo fabricado por montadora que promove ações sustentáveis, com produção e montagem veicular nacionais e prática de programas de gestão ambiental;
- ✓ Redução do número de corridas através da otimização dos percursos e reprogramação de corridas;
- ✓ A lavagem dos veículos é ecológica com redução do consumo de água e redução de poluentes.

**Tabela 20** - Transportes Terrestres Realizados em 2022

Tipo de Transporte	Quantidade
Frota Própria	19
Serviço Taxi Gov	137
<b>Total</b>	<b>156</b>

Fonte: DADM/CGA, 2023

O transporte de servidores por meio aéreo ocorreu por meio da contratação de duas empresas de turismo, totalizando 161 (cento e sessenta e um) viagens realizadas em 2022.

Em que pese as ações de sustentabilidade implementadas em 2022, a Sudam pretende para os próximos anos reforçar e ampliar as ações voltadas para redução do consumo de combustível e, por conseguinte, de emissão de resíduos poluentes.

- **Resíduos Sólidos – Coleta Seletiva**

No que diz respeito à redução de resíduos sólidos e ao quantitativo de materiais recicláveis gerados pela Autarquia, a Comissão de Coleta Seletiva Solidária - CCSS – efetua a entrega, desde 2018, às Cooperativas/Associações de catadores de resíduos sólidos, dos materiais produzidos e passíveis de reciclagem.

Nesta ótica, segue o quantitativo de materiais recicláveis recolhidos no complexo predial da Sudam em 2022, comparativamente em relação ao ano de 2021, e que foram destinados à coleta seletiva. Os quantitativos descritos na Tabela 21 são aproximados, conforme cubagem do veículo transportador das Cooperativas que efetuam as coletas.

**Tabela 21** - Quantitativo de Materiais Recicláveis coletados na Sudam - 2021 e 2022 (Kg).

Ano	Papel	Plástico	Metal	Total
2021	100	100	200	400
2022	200	200	300	700

Fonte: CCSS, 2023.

- **Ações de Divulgação Sustentáveis**

A divulgação de eventos e notícias da Sudam prioriza o meio digital, a fim de evitar o consumo de papel com a confecção de materiais promocionais impressos. Entretanto, quando não é possível a utilização somente do meio digital, opta-se por utilizar papel reciclável e na quantidade suficiente para atender o objetivo desejado, evitando-se o desperdício.

Destaca-se que nos materiais impressos de divulgação dos instrumentos de ação da Sudam (flyers), houve: a inclusão de QRcode para maiores informações (reduzindo o uso de papel para mais conteúdos); redução no tamanho do papel anteriormente utilizado

(de A4 para A5); e impressão apenas em uma face (reduzindo os custos na impressão). Além disso, foram confeccionados miolos de agendas e calendários em papel reciclado (60 unidades de cada no ano de 2022). Registra-se também a redução na quantidade de solicitações de impressões ao setor gráfico, de 39 (trinta e nove) em 2021 para 15 (quinze) em 2022.

Ao longo de 2022, foram realizadas diversas postagens nas redes sociais da Sudam voltadas para campanhas de sensibilização acerca de temas relacionados à sustentabilidade, tais como: meio ambiente, bioeconomia, água, floresta, desenvolvimento sustentável, artesanato, comunidades ribeirinhas, dentre outros.



# **INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS**

## 5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

### 5.1. Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis

No que concerne às normas legais e técnicas adotadas pela Contabilidade da Sudam e FDA, as mesmas são registradas e evidenciadas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual SIAFI.

### 5.2. Informações acerca do setor de contabilidade

Na Sudam não existe um setor de contabilidade constituído, de modo que as tarefas ligadas à contabilidade compõem a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOFI. No exercício de 2022, as principais atividades contábeis desempenhadas foram:

- a) Registro da Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade;
- b) Acompanhamento das contas do Balancete e regularização de inconsistências contábeis;
- c) Preparação do Relatório Contábil do exercício anterior;
- d) Emissão de relatórios de execução orçamentária e financeira quando solicitados pela chefia imediata;
- e) Apropriação da Folha de Pagamento;
- f) Acompanhamento da execução orçamentária das despesas com pessoal, solicitando suplementação ou remanejamento de crédito orçamentário quando necessário;
- g) Cumprimento de obrigações acessórias junto a órgãos públicos, como a transmissão da DIRF à Receita Federal do Brasil e da DFMS ao Município de Belém;
- h) Representação da Sudam perante outros órgãos públicos quando referente ao cumprimento de obrigações contábeis, fiscais ou tributárias;
- i) Orientação em matéria contábil e tributária.

### 5.3. Resumo da situação financeira e contábil da Sudam

Com base nas Demonstrações Contábeis da Sudam, informa-se que:

#### a) Balanço Patrimonial

A Sudam encerrou o exercício de 2022 com um Patrimônio Líquido negativo de R\$ 157.962.318,08, uma queda acentuada em comparação com 2021. Isso ocorreu, principalmente, devido aos seguintes fatores:

- i. Aumento de 213% no item Transferências Fiscais do Passivo Circulante, que corresponde aos empenhos de transferências voluntárias liquidados a pagar. A liquidação de um empenho gera automaticamente uma obrigação no Passivo Circulante;
- ii. Aumento de 111% na conta TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR – TED, que integra o item Demais Obrigações do Passivo Circulante. Essa conta corresponde aos valores recebidos via Termo de Execução Descentralizada, pelos quais a Sudam terá que prestar contas. Portanto, nestes casos, a obrigação será baixada após a aprovação da prestação de contas pelo órgão concedente do recurso ou se a Sudam devolver o recurso. Vale destacar que a Sudam não executa diretamente os TEDs; nestes casos, o recurso recebido é repassado a municípios e estados mediante transferências voluntárias.

Tabela 22 – Balanço Patrimonial Sudam 2022

Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
<b>ATIVO TOTAL</b>	R\$ 102.239.030,13	R\$ 96.368.871,83
<b>Ativo Circulante</b>	R\$ 95.106.789,37	R\$ 89.036.247,48
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	R\$ 73.451.262,60	R\$ 66.591.475,87
<i>Créditos a Curto Prazo</i>	R\$ 21.264.489,62	R\$ 22.065.816,73
<i>Estoques</i>	R\$ 391.037,15	R\$ 378.954,88
<b>Ativo Não Circulante</b>	R\$ 7.132.240,76	R\$ 7.332.624,35
<i>Investimentos</i>	R\$ 683.607,17	R\$ 683.607,17
<i>Imobilizado</i>	R\$ 5.106.077,70	R\$ 5.320.357,29
<i>Bens Móveis</i>	R\$ 3.741.005,96	R\$ 3.811.477,66

<i>Bens Imóveis</i>	R\$ 1.365.071,74	R\$ 1.508.879,63
<i>Intangível</i>	R\$ 1.342.555,89	R\$ 1.328.659,89
<b>PASSIVO TOTAL</b>	R\$ 260.201.348,21	R\$ 107.008.744,38
<b>Passivo Circulante</b>	R\$ 260.201.348,21	R\$ 107.008.744,38
<i>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais</i>	R\$ 1.961.588,48	R\$ 2.113.687,59
<i>Fornecedores</i>	R\$ 13.746,56	R\$ 0,00
<i>Transferências Fiscais</i>	R\$ 115.179.085,61	R\$ 36.787.748,08
<i>Demais Obrigações</i>	R\$ 143.046.927,56	R\$ 68.107.308,71
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>- R\$ 157.962.318,08</b>	<b>- R\$ 10.639.872,55</b>

Fonte: SIAFI

#### b) Resultado Patrimonial

O exercício de 2022 registrou déficit patrimonial de R\$ 147.460.819,79. Isso ocorreu, principalmente, devido à redução de 45% das transferências financeiras recebidas (Variações Patrimoniais Aumentativas) para custeio das despesas. Essas transferências ocorrem por programação financeira (PF), não se confundindo com as receitas arrecadadas pelo órgão.

Importante destacar que as Variações Patrimoniais Diminutivas que ocorrem por execução orçamentária geralmente são reconhecidas na fase de liquidação da despesa, não no pagamento. Muitos empenhos de transferências voluntárias foram liquidados no fim de 2022 para pagamento a partir do exercício seguinte.

Tabela 23 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais Sudam 2022

Resumo DVP	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	R\$ 173.736.871,49	R\$ 278.806.820,51
<b>(-) Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>- R\$ 321.197.691,28</b>	<b>- R\$ 315.995.098,89</b>
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>- R\$ 147.460.819,79</b>	<b>- R\$ 37.188.278,38</b>

Fonte: SIAFI

#### c) Resultado Orçamentário

O exercício de 2022 registrou déficit orçamentário de R\$ 35.044.040,35. Houve melhora em comparação ao ano anterior, devido ao aumento de 45,4% das Receitas Realizadas e à redução de 32,6% das Despesas Empenhadas.

Importante destacar que a execução orçamentária da Sudam não depende das receitas arrecadadas. Conforme já mencionado, a Sudam depende das transferências financeiras para pagar suas despesas.

Tabela 24 – Resumo do Balanço Orçamentário Sudam 2022

Resumo do Balanço Orçamentário	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
<b>Receitas Realizadas</b>	R\$ 13.355.732,50	R\$ 9.186.385,68
<i>Transferências Voluntárias – saldos devolvidos</i>	R\$ 1.125.043,40	R\$ 787.501,61
<i>Rendimento s/ recursos da conta única aplicados</i>	R\$ 6.749.779,64	R\$ 5.263.787,04
<i>Receita sobre liberações do FDA e incentivos fiscais</i>	R\$ 5.641.120,21	R\$ 2.520.838,65
<i>Multas em contratos administrativos</i>	R\$ 7.397,51	R\$ 16.873,47
<i>Outras receitas</i>	R\$ 330,07	R\$ 597.384,91
<b>(-) Receitas devolvidas (arrecadação indevida em anos anteriores)</b>	<b>(-) R\$ 167.938,33</b>	<b>(-) R\$ 0,00</b>
<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>- R\$ 48.399.772,85</b>	<b>-R\$ 71.791.647,47</b>
<i>Administrativo</i>	<b>- R\$ 43.099.772,85</b>	<b>- R\$ 43.701.654,47</b>
<i>Finalístico</i>	<b>- R\$ 5.300.000,00</b>	<b>- R\$ 28.089.993,00</b>
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>- R\$ 35.044.040,35</b>	<b>-R\$ 62.605.261,79</b>

Fonte: SIAFI

#### d) Resultado Financeiro

O exercício de 2022 registrou superávit financeiro de R\$ 6.859.786,73, um aumento de 183% em relação ao exercício anterior. Conforme já mencionado, houve uma redução de 45% transferências financeiras recebidas, e isso se refletiu no total de ingressos no caixa da Sudam; porém, também houve redução de 43% do total de saídas do caixa. Sendo assim, o aumento

no superávit financeiro se justifica, principalmente, pelo aumento de 45,4% das Receitas Realizadas no período, conforme evidenciado na tabela abaixo.

Tabela 25 – Resultado Financeiro Sudam 2022

Resumo do Fluxo de Caixa	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
<b>Total de Ingressos</b>	R\$ 161.254.915,82	R\$ 273.757.812,84
<i>Receitas Realizadas</i>	R\$ 13.355.732,50	R\$ 9.186.385,68
<i>Transferências Financeiras – Custear Despesas</i>	R\$ 144.021.984,98	R\$ 261.345.584,19
<i>Outros Ingressos – Temporários ou Compensatórios</i>	R\$ 3.877.198,34	R\$ 3.225.842,97
<b>(-) Total de Saídas</b>	<b>- R\$ 154.395.129,09</b>	<b>- R\$ 271.335.511,51</b>
<i>Pgto. Despesas do Administrativo (Exercício e RP)</i>	<i>- R\$ 41.517.946,36</i>	<i>- R\$ 42.875.295,75</i>
<i>Pgto. Despesas do Finalístico (Exercício e RP)</i>	<i>- R\$ 108.424.944,11</i>	<i>- R\$ 115.472.728,03</i>
<i>Outras Saídas</i>	<i>- R\$ 4.452.238,62</i>	<i>- R\$ 112.987.487,73</i>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>R\$ 6.859.786,73</b>	<b>R\$ 2.422.301,33</b>

Fonte: SIAFI

#### 5.4. Resumo da situação financeira e contábil do FDA

No que tange à situação financeira e contábil do FDA em 2022, em relação às principais contas e fatos contábeis do período, registramos sobre o (a):

##### a) Balanço Patrimonial

Em 2022, o setor responsável pela gestão do FDA decidiu pelo cancelamento dos restos a pagar processados inscritos, de modo que o Passivo Circulante foi inteiramente baixado (Tabela 26).

Tabela 26 – Balanço Patrimonial FDA 2022

Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
<b>ATIVO TOTAL</b>	R\$ 7.544.424.971,39	R\$ 6.996.864.350,36
<i>Ativo Circulante</i>	R\$ 4.338.412.560,39	R\$ 3.751.819.464,20
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	R\$ 4.050.000.771,48	R\$ 3.393.777.918,32
<i>Créditos a Curto Prazo</i>	R\$ 288.411.788,91	R\$ 358.041.545,88
<i>Ativo Não Circulante</i>	R\$ 3.206.012.411,00	R\$ 3.245.044.886,16
<i>Ativo Realizável a Longo Prazo</i>	R\$ 3.206.012.411,00	R\$ 3.245.044.886,16
<i>Financiamentos Concedidos</i>	R\$ 3.481.166.444,61	R\$ 4.080.655.235,01
<i>(-) Perdas Estimadas</i>	<i>-R\$ 582.563.621,78</i>	<i>-R\$ 1.143.019.937,02</i>
<i>Ações</i>	R\$ 307.409.588,17	R\$ 307.409.588,17
<b>PASSIVO TOTAL</b>	R\$ 0,00	R\$ 49.789.033,35
<b>Passivo Circulante</b>	R\$ 0,00	R\$ 49.789.033,35
<i>Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Liberar</i>	R\$ 0,00	R\$ 49.789.033,35
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>R\$ 7.544.424.971,39</b>	<b>R\$ 6.947.075.317,01</b>

Fonte: SIAFI

##### b) Resultado Patrimonial

O exercício de 2022 registrou superávit patrimonial de R\$ 682.853.753,38, um aumento de 52,4% em relação ao exercício anterior. Isso ocorreu devido:

- Ao aumento de 59,5% das VPAs Financeiras, totalizando R\$ 677.028.106,32, que correspondem aos juros incorridos sobre financiamentos concedidos e aos rendimentos sobre recursos da conta única aplicados;
- À desincorporação de R\$ 49.789.033,35 de passivos, que correspondem aos Restos a Pagar Processados cancelados no período;

- iii. Ao recebimento de R\$ 19.581.261,74 em dividendos sobre as participações acionárias;
- iv. À reversão de R\$ 32.617.934,17 em perdas estimadas com financiamentos a receber;
- v. Ao ganho de R\$ 1.632.861,54 em multa e juros previstos em contratos;
- vi. Ao aumento de apenas 13,7% das VPDs no período, totalizando R\$ 97.795.443,74, que correspondem à atualização de perdas estimadas e à desincorporação de ativos. A desincorporação corresponde à receita da Sudam sobre financiamentos liberados que se converte em despesa para o FDA e ao cancelamento de Restos a Pagar Processados.

Tabela 27 – Demonstrativo de Variações Patrimoniais FDA 2022

Resumo DVP	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	R\$ 780.649.197,12	R\$ 533.946.930,13
<b>(-) Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>-R\$ 97.795.443,74</b>	<b>-R\$ 85.985.603,78</b>
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>R\$ 682.853.753,38</b>	<b>R\$ 447.961.326,35</b>

Fonte: SIAFI

### c) Resultado Orçamentário

O exercício de 2022 registrou superávit orçamentário de R\$ 597.809.271,31, um aumento de 54% em relação ao exercício anterior. Essa melhora se deve, principalmente, ao aumento de 35% nos rendimentos sobre recursos aplicados e à redução de 35,6% das Despesas Empenhadas.

Importante destacar que os valores recebidos para amortização de financiamentos são descontados dos financiamentos a receber em curto prazo, que compõem o Ativo Circulante do FDA, por isso não são contabilizados como Variações Patrimoniais Aumentativas na apuração do Resultado Patrimonial.

Tabela 28 – Resultado Orçamentário FDA 2022

Resumo do Balanço Orçamentário	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
<b>Receitas Realizadas</b>	R\$ 785.659.147,99	R\$ 680.116.159,93
<b>Rendimento s/ recursos da conta única aplicados</b>	R\$ 361.358.453,76	R\$ 267.696.162,70
<b>Valores Recebidos ref. a Amortização de Financiamentos</b>	R\$ 403.086.570,95	R\$ 412.419.997,23
<b>Dividendos</b>	R\$ 19.581.261,74	R\$ 0,00
<b>Multa e Juros</b>	R\$ 1.632.861,54	R\$ 0,00
<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>-R\$ 187.849.876,68</b>	<b>-R\$ 291.851.574,90</b>
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>R\$ 597.809.271,31</b>	<b>R\$ 388.264.585,03</b>

Fonte: SIAFI

### d) Resultado Financeiro

O exercício de 2022 registrou superávit financeiro de R\$ 656.222.853,16, um pequeno aumento de 9% em relação ao exercício anterior. Considerando que o total de ingressos variou muito pouco, e ainda assim negativamente, o aumento no superávit financeiro se justifica, principalmente, pela redução de 31% das despesas pagas.

Tabela 29 – Resultado Financeiro FDA 2022

Resumo do Fluxo de Caixa	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
<b>Total de Ingressos</b>	R\$ 785.659.147,99	R\$ 789.753.193,24
<b>Receitas Realizadas</b>	R\$ 785.659.147,99	R\$ 680.116.159,93
<b>Transferências Financeiras – Custear Despesas</b>	R\$ 0,00	R\$ 109.637.033,31
<b>(-) Total de Saídas</b>	<b>-R\$ 129.436.294,83</b>	<b>-R\$ 187.834.124,81</b>
<b>Pgto. Despesas (Exercício e RP)</b>	<b>-R\$ 129.436.294,83</b>	<b>-R\$ 187.834.124,81</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>R\$ 656.222.853,16</b>	<b>R\$ 601.919.068,43</b>

Fonte: SIAFI

### **5.5. Gestão de Custos**

Na Sudam não há sistemática de apuração dos custos da instituição, tendo em vista que não há servidores responsáveis pelo acompanhamento dos custos no Sistema de Informação de Custos (SIC), ferramenta gerida pela Secretaria do Tesouro Nacional e disponível apenas para servidores públicos de órgãos superiores da Administração Pública Federal.

### **5.6. Conclusões de auditorias independentes ou órgãos de controle e as medidas adotadas**

Não se aplica, haja vista que não houve auditoria interna e externa da contabilidade da Sudam referente ao exercício de 2021.

### **5.7. Indicações de locais ou endereços eletrônicos de publicação ou acesso de informações contábeis**

As informações referentes às Demonstrações Contábeis da Sudam poderão ser acessadas no sítio eletrônico da Sudam por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/demonstracoes-contabeis>.



**ANEXOS**

## APÊNDICE

### 1. GLOSSÁRIO

**Amazônia Legal:** constitui a área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão, perfazendo 5 (cinco) milhões de km<sup>2</sup>.

**Aporte:** subsídio, qualquer tipo de auxílio que se destina a um propósito.

**Autarquias:** são entes administrativos autônomos, criados por lei específica, com personalidade jurídica de Direito Público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas.

**Convênio:** instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, para órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, consórcios públicos, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de projeto ou atividade de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

**Contrato de repasse:** instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União.

**Diagrama de Gestão:** trata-se de uma ferramenta de gestão da qualidade que apresenta os principais fornecedores, entradas, processos, produtos e clientes de uma organização.

**Dotação Orçamentária:** toda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos.

**Conformidade Contábil:** consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

**Conformidade de Gestão:** consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial no Sistema Integrado de Administração Financeira

(SIAFI) e na existência de documentos que respaldam as operações é um instrumento de controle essencial para a boa execução orçamentária e financeira.

**Controles internos da gestão:** processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, de forma integrada, conduzido pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável para a consecução da missão da Sudam

**Fundo de Desenvolvimento da Amazônia:** fundo criado pelo Decreto nº 7.839, de 09 de novembro de 2012, cuja finalidade é participar financeiramente de investimentos na área da Região Amazônica em projetos que promovam a efetiva geração de um círculo virtuoso na Região.

**Gestão de Integridade:** na Administração Pública corresponde ao conjunto de arranjos institucionais que visam à entrega dos resultados esperados pela população de forma adequada, imparcial e eficiente.

**Gestão de Riscos:** processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza no alcance dos objetivos da Sudam.

**Governança:** combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração da Sudam, para informar, dirigir, administrar e monitorar suas atividades, com o intuito de alcançar os objetivos.

**Incentivos e Benefícios Fiscais:** são instrumentos de promoção de investimentos que visam atrair e/ou manter empreendimentos na Amazônia Legal, reduzindo a carga tributária, promovendo a melhoria da competitividade das empresas e gerando crescimento e desenvolvimento econômico regional.

**Laudo Constitutivo:** documento emitido pelo Superintendente, fornecido à empresa interessada após a aprovação da Diretoria Colegiada, para fins de reconhecimento do direito à concessão do incentivo pela Receita Federal.

**Lei de Diretrizes Orçamentárias:** tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias.

**Lei de Diretrizes Orçamentárias:** estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos.

**Lei Orçamentária Anual:** é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. A Constituição Federal de 1988 determina que o orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada ano.

**Planejamento estratégico:** configura o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida para a empresa, visando ao otimizado grau de interação com o ambiente e atuando de forma inovadora e diferenciada.

**Planejamento Plurianual:** é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 (quatro) anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.

**Política de gestão de pessoas:** documento institucional que objetiva estimular o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal e que regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/90.

**Política Nacional de Desenvolvimento Regional:** tem por finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

**Recursos discricionários:** incluem todos os outros fatos que não são obrigatoriamente previstos em Lei, tais como contas de água, luz, serviços terceirizados etc.

**Relatório de gestão:** relatório composto por documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, organizado para permitir a visão sistêmica e da conformidade da gestão dos responsáveis por um ou mais

unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro, prestado ao Tribunal de Contas da União.

**Sistema Eletrônico de Informações:** é um sistema informatizado, criado e cedido gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região, de gestão de processos e documentos eletrônicos, com a finalidade de gerir o conjunto de procedimentos e operações técnicas relacionadas aos processos e documentos administrativos.

**Sustentabilidade ambiental:** define o modo como o homem age na utilização dos bens naturais e providencia soluções para as necessidades de si mesmo e dos outros, de forma que não agrida o meio ambiente e garanta a utilização do mesmo por futuras gerações.

**Termo de Execução Descentralizada:** instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho.

## 2. LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

APL – Arranjos Produtivos Locais

BASA – Banco da Amazônia S/A

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

CAEI - Calendário Anual de Envio de Informações

CAINS - Cadastro de Inadimplentes da Sudam

CETI - Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

CGEST – Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional

CGIRC – Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles

CGU – Controladoria-Geral da União

CONDEL – Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

CSIC - Comitê de Segurança da Informação e Comunicação

CT&I – Ciência, Tecnologia e Informação

DIRAD – Diretoria de Administração

DGFAI – Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

DPLAN – Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

LOA – Lei Orçamentária Anual

MIDR – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

ME – Ministério da Economia

MIP – Matriz Insumo-Produto

MNP – Manual de Normas e Procedimentos

NEAPL – Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais

OGU – Orçamento Geral da União

PAC – Plano Anual de Compras

PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna

PC – Prestação de Contas

PCT – Projeto de Cooperação Técnica

PDP – Plano de Desenvolvimento de Pessoas

PLS – Plano de Logística Sustentável

PGC – Planejamento e Gerenciamento de Contratações

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

POSIC – Política de Segurança da Informação

RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

RFB – Receita Federal do Brasil

RP – Restos a Pagar

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIORG - Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TED – Termo de Execução Descentralizada

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TCU – Tribunal de Contas da União

TMTP – Tempo Médio de Tramitação de Processos

UF – Unidade Federativa

UJ – Unidade Jurisdicionada

UPC – Unidade Prestadora de Contas.

USP – Universidade de São Paulo

VA – Volume de Pleitos Atendidos

VPA – Variação Patrimonial Aumentativa

VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

ZDS – Zona de Desenvolvimento Sustentável

### 3. LISTA DE FIGURAS

**Figura 1** – Mapa da Amazônia Legal

**Figura 2** - Organograma da Sudam

**Figura 3** - Legendas do Organograma da Sudam

**Figura 4** - Cadeia de Valor

**Figura 5** – Mapa Estratégico da Sudam

**Figura 6** - Efetivo Força de Trabalho Situacional (%)

**Figura 7** - Evolução da Força de Trabalho (2013-2022)

**Figura 8** - Força de Trabalho (Distribuição por áreas)

**Figura 9** - Modelo de governança de TI

**Figura 10** - Fluxo modelo de governança de TI

### 4. LISTA DE GRÁFICOS

**Gráfico 1** - Dotação Orçamentária Sudam 2022 (R\$)

**Gráfico 2** - Despesas Obrigatórias e Discricionárias 2020 - 2022

**Gráfico 3** - Dotação Finalístico 2020 - 2022

**Gráfico 4** - Execução Orçamentária 2020 - 2022

**Gráfico 5** - Execução Orçamentária Sudam x FDA 2020 - 2022

**Gráfico 6** - Execução Financeira 2020 - 2022

**Gráfico 7** - Execução Orçamentária – Percentual Liquidado e Pago 2020 - 2022

**Gráfico 8** - Emendas de Relator 2020 - 2022

**Gráfico 9** - Restos a Pagar Sudam 2020 - 2022

**Gráfico 10** - Restos a Pagar FDA 2020 - 2022

**Gráfico 11** - Recursos da Conta Única Aplicados: FDA 2016 - 2022

**Gráfico 12** – Recursos da Conta Única Aplicados – Sudam 2016 - 2022

**Gráfico 13** – Despesa com Pessoal Ativo (2021-2022)

**Gráfico 14** - Média Mensal de Consumo de Energia (kWh) de 2017 a 2022

### 5. LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** – Estruturas de Governança

**Quadro 2** – Composições Acionárias FDA

**Quadro 3** – Painel de Desempenho Estratégico da Sudam

**Quadro 4** – Metas Globais da Sudam em 2022

**Quadro 5** – Resumo das Ações Previstas na LOA em 2022

**Quadro 6** – Resumo das Ações Não Previstas na LOA 2022 – Restos a Pagar (RP)

**Quadro 7** - Índices de desempenho alcançados no período (Incentivos Fiscais)

**Quadro 8** – Resultados Indicadores de Desempenho FDA 2022

**Quadro 9** – Consultas prévias apresentadas e analisadas em 2022

**Quadro 10** – Relação dos projetos que tiveram liberação de recursos no exercício

**Quadro 11** – Despesas Executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

**Quadro 12** – Restos a Pagar inscritos em Exercícios anteriores

**Quadro 13** – Novos Projetos do PRDA 2020-2023

**Quadro 14** - Ações voltadas para Inovação e Desenvolvimento Sustentável

**Quadro 15** – Resumo dos Valores de Contratações

**Quadro 16** - Dispensas de Licitações em 2022

**Quadro 17** - Tipos De Inexigibilidades – 2022

**Quadro 18** – Resumo das Contratações Diretas – 2022

**Quadro 19** – Investimentos de capital em 2022: Infraestrutura

**Quadro 20** – Contratos Executados em 2022

**Quadro 21** – Desfazimento de Ativos em 2022

## 6. LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** - Dotação e Despesas – Orçamento próprio finalístico Sudam 2022 (R\$)

**Tabela 2** - Dotação e Despesas – Emendas Parlamentares 2022 (R\$)

**Tabela 3** - Restos a Pagar – Orçamento próprio Sudam 2022 (R\$)

**Tabela 4** - Restos a Pagar – Emendas Sudam 2022 (R\$)

**Tabela 5** - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Redução e Isenção de IRPJ de 2020 a 2022

**Tabela 6** - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Reinvestimento de 30% do IRPJ de 2020 a 2022

**Tabela 7** - Pleitos aprovados e empresas beneficiadas no ano de 2022

**Tabela 8** - Incentivos Aprovados em 2022 (Laudos Constitutivos e Resoluções Emitidas)

**Tabela 9** - Convênios celebrados pela Sudam em 2022 por tipo de objeto e valor

**Tabela 10** - Convênios celebrados pela Sudam por Estado

**Tabela 11** - Resumo dos instrumentos celebrados pela Sudam nos últimos 3 anos

**Tabela 12** - Efetivo Força de Trabalho

**Tabela 13** - Evolução da Força de Trabalho (2013-2022)

**Tabela 14** - Força de Trabalho (Distribuição por áreas)

**Tabela 15** - Despesa com Pessoal Ativo (2020-2022)

**Tabela 16** - Média Mensal de Consumo de Água 2021-2022 (m<sup>3</sup>).

**Tabela 17** - Quantidade de Impressões e Consumo de Toners 2018 - 2022

**Tabela 18** - Consumo de Papel em 2021-2022 (resmas)

**Tabela 19** - Consumo de Copos Descartáveis em 2021-2022 (cento)

**Tabela 20** - Transportes Terrestres Realizados em 2022

**Tabela 21** - Quantitativo de Materiais Recicláveis coletados na Sudam - 2021 e 2022 (Kg).

**Tabela 22** - Balanço Patrimonial Sudam 2022

**Tabela 23** - Demonstrativo das Variações Patrimoniais Sudam 2022

**Tabela 24** - Resumo do Balanço Orçamentário Sudam 2022

**Tabela 25** - Resultado Financeiro Sudam 2022

**Tabela 26** - Balanço Patrimonial FDA 2022

**Tabela 27** - Demonstrativo de Variações Patrimoniais FDA 2022

**Tabela 28** - Resultado Orçamentário FDA 2022

**Tabela 29** - Resultado Financeiro FDA 2022

## 7. LISTA DE LINKS

**Sítio Eletrônico da Sudam** - <https://www.gov.br/sudam/pt-br>

**Conselho Deliberativo** - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/condel>

**Rol de Responsáveis** - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/rol-de-responsaveis>

**Governança, Integridade, Riscos e Controle** - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/governanca-integridade-riscos-e-controles>

**Planejamento Estratégico** - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/planejamento-estrategico/>

**Ouvidoria da Sudam** - [https://www.gov.br/sudam/pt-br/canais\\_atendimento/ouvidoria/ouvidoria-sudam](https://www.gov.br/sudam/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/ouvidoria-sudam)

**Carta de Serviços** - <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia>

**PRDA** - <http://repositorio.sudam.gov.br/sudam/prda/publicacoes-institucionais/prda-2020-2023.pdf/view>

**Carteira de Projetos PRDA** - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/carteira-de-projetos-prda>

**Convênios e Transferências Voluntárias** - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/convenios-e-ted/convenios-ted/>

**Incentivos Fiscais** - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/incentivos-fiscais/>

**FDA** - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/fda>

**FNO** - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/fno/>

**Demonstrações Contábeis** - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/demonstracoes-contabeis>

**Plano Anual de Contratações** - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/receitas-e-despesas>

## 8. LISTA DE ANEXOS

### ANEXO I – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SUDAM 2020 A 2022

Quadro – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2020 (R\$ 1,00).

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
<b>20TP - Ativos Civis da União</b>		24.422.580,00	23.119.153,64	22.761.175,61	21.335.130,29
<b>0181 - Aposentadorias e Pensões Civis</b>		8.753.985,00	8.553.985,00	8.502.840,13	7.816.943,74
<b>2004 - Assistência Médica e Odontológica</b>		1.327.957,00	1.258.252,50	1.253.183,85	1.250.325,99
<b>212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis</b>	<b>Plano Orçamentário 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados</b>	71.823,00	68.843,73	68.298,03	62.744,73
	<b>Plano Orçamentário 0003 - Auxílio-Transporte de Civis Ativos</b>	49.055,00	34.443,85	33.906,60	30.457,42
	<b>Plano Orçamentário 0005 - Auxílio-Alimentação de Civis Ativos</b>	1.104.861,00	1.003.306,78	999.564,85	923.682,59
	<b>Plano Orçamentário 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis</b>	70.846,00	26.571,18	26.571,18	26.571,18
<b>09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime Geral da Previdência</b>		3.233.555,00	3.233.555,00	3.016.701,20	3.016.701,20
<b>Subtotal Administrativo obrigatório</b>		<b>39.034.662,00</b>	<b>37.298.111,68</b>	<b>36.662.241,45</b>	<b>34.462.557,14</b>
<b>2000 - Administração da unidade</b>	<b>Plano Orçamentário 0000 - Administração da Unidade - Despesas Diversas</b>	8.553.352,00	7.718.784,02	3.286.135,91	3.274.375,51
	<b>Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Plano Orçamentário 0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional</b>	1.700.520,00	1.390.179,02	258.480,99	258.480,99
<b>216H – Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos na Amazônia Legal</b>		205.546,00	205.546,00	205.546,00	187.566,82
<b>Subtotal Administrativo discricionário</b>		<b>10.459.418,00</b>	<b>9.314.509,04</b>	<b>3.750.162,90</b>	<b>3.720.423,32</b>
<b>20WQ - Gestão de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial</b>		652.665,00	0,00	0,00	0,00

<b>214S - Estruturação e dinamização de atividades produtivas</b>	45.274.206,00	39.074.682,82	0,00	624.000,00
<b>4542- Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica</b>	1.336.075,00	1.334.858,37	0,00	0,00
<b>10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas</b>	97.127.886,00	97.127.886,00	0,00	0,00
<b>7K66 - Apoio à Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado</b>	24.200.999,00	23.600.999,00	0,00	0,00
<b>0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia</b>	358.440.717,00	358.440.717,00	0,00	0,00
<b>Subtotal Finalístico</b>	<b>527.032.548,00</b>	<b>519.579.143,19</b>	<b>0,00</b>	<b>624.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>576.526.628,00</b>	<b>566.191.763,91</b>	<b>40.412.404,35</b>	<b>38.806.980,46</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2023 - elaborado por CGPOL/DPLAN/SUDAM.

Quadro – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2021 (R\$ 1,00).

Ação orçamentária		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
<b>20TP - Ativos Civis da União</b>		22.214.407,00	21.152.046,78	20.836.807,90	19.322.688,88
<b>0181 - Aposentadorias e Pensões Civis</b>		9.296.387,00	9.259.795,53	9.259.795,53	8.489.871,62
<b>2004 - Assistência Médica e Odontológica</b>		2.426.993,00	1.935.811,31	1.528.079,90	1.499.566,90
<b>212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis</b>	<b>Plano Orçamentário 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados</b>	83.572,00	63.801,69	63.801,69	58.606,84
	<b>Plano Orçamentário 0003 - Auxílio-Transporte de Civis Ativos</b>	51.487,00	33.179,05	33.179,05	30.390,06
	<b>Plano Orçamentário 0005 - Auxílio-Alimentação de Civis Ativos</b>	1.025.552,00	913.006,46	913.006,46	840.275,27
	<b>Plano Orçamentário 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis</b>	33.846,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00
<b>09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime Geral da Previdência</b>		3.170.582,00	2.808.699,52	2.808.699,52	2.808.699,52

<b>Subtotal Administrativo obrigatório</b>		<b>38.302.826,00</b>	<b>36.169.490,34</b>	<b>35.446.520,05</b>	<b>33.053.249,09</b>
<b>2000 - Administração da unidade</b>	<b>Plano Orçamentário 0000 - Administração da Unidade - Despesas Diversas</b>	7.530.884,00	5.900.359,00	1.750.704,00	1.750.704,00
	<b>Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>	28.735,00	27.049,39	27.049,39	27.049,39
	<b>Plano Orçamentário 0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional</b>	1.954.609,00	1.172.966,11	502.964,30	502.964,30
<b>216H – Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos na Amazônia Legal</b>		621.051,00	431.789,63	431.789,63	410.909,77
<b>Subtotal Administrativo discricionário</b>		<b>10.135.279,00</b>	<b>7.532.164,13</b>	<b>2.712.507,32</b>	<b>2.691.627,46</b>
<b>20WQ - Gestão de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial</b>		1.800.000,00	1.800.000,00	191.000,00	191.000,00
<b>214S - Estruturação e dinamização de atividades produtivas</b>		698.724,00	263.841,76	0,00	0,00
<b>10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas</b>		5.489.993,00	5.489.993,00	0,00	0,00
<b>1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária</b>		50.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>7K66 - Apoio à Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado</b>		3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00
<b>0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia</b>		383.123.918,00	291.851.574,90	73.564.823,29	73.564.823,29
<b>Subtotal Finalístico</b>		<b>394.662.635,00</b>	<b>302.905.409,66</b>	<b>73.755.823,29</b>	<b>73.755.823,29</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>443.100.740,00</b>	<b>346.607.064,13</b>	<b>111.914.850,66</b>	<b>109.500.699,84</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2023 - elaborado por CGPRO/DPLAN/SUDAM

Quadro – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2022 (R\$ 1,00).

<b>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>DESPESAS PAGAS</b>
<b>20TP - Ativos Cíveis da União</b>	20.316.084,00	19.741.801,78	26.764.711,27	18.305.557,07
<b>0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis</b>	10.437.290,00	9.725.338,45	9.725.338,45	8.980.833,18

<b>2004 - Assistência Médica e Odontológica</b>		2.426.993,00	1.310.742,08	707.188,66	682.398,51
<b>212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis</b>	<b>Plano Orçamentário 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Cíveis e de Empregados</b>	74.572,00	56.916,51	56.916,51	52.002,00
	<b>Plano Orçamentário 0003 - Auxílio-Transporte de Cíveis Ativos</b>	48.487,00	27.736,29	27.736,29	25.073,97
	<b>Plano Orçamentário 0005 - Auxílio-Alimentação de Cíveis Ativos</b>	1.019.552,00	859.770,86	849.257,51	785.595,51
	<b>Plano Orçamentário 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis</b>	76.704,00	15.151,70	15.151,70	15.151,70
<b>09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime Geral da Previdência</b>		2.886.923,00	2.712.380,85	2.712.380,85	2.712.380,85
<b>Subtotal Administrativo obrigatório</b>		<b>37.286.605,00</b>	<b>34.449.838,52</b>	<b>40.858.681,24</b>	<b>31.558.992,79</b>
<b>2000 - Administração da unidade</b>	<b>Plano Orçamentário 0000 - Administração da Unidade - Despesas Diversas</b>	6.409.694,00	6.359.210,00	2.693.670,02	2.653.031,77
	<b>Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>	195.852,00	189.661,40	186.861,40	186.861,40
	<b>Plano Orçamentário 0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional</b>	1.391.963,00	1.377.335,18	305.784,70	305.784,70
<b>216H – Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos na Amazônia Legal</b>		600.000,00	464.550,60	464.550,60	451.598,16
<b>Subtotal Administrativo discricionário</b>		<b>8.597.509,00</b>	<b>8.390.757,18</b>	<b>3.650.866,72</b>	<b>3.597.276,03</b>
<b>20WQ - Gestão de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial</b>		2.557.738,00	2.000.000,00	1.609.000,00	1.609.000,00
<b>214S - Estruturação e dinamização de atividades produtivas</b>		400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
<b>00SY - Apoio à Projetos de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas</b>		3.030.791,00	2.900.000,00	0,00	0,00
<b>8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica</b>		5.975.000,00	5.931.095,76	0,00	0,00
<b>4542 - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica</b>		60.000,00	60.000,00	11.103,50	11.103,50

<b>0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia</b>	455.369.549,00	187.849.876,68	0,00	0,00
<b>Subtotal Finalístico</b>	<b>467.393.078,00</b>	<b>199.140.972,44</b>	<b>1.620.103,50</b>	<b>1.620.103,50</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>513.277.192,00</b>	<b>241.981.568,14</b>	<b>46.129.651,46</b>	<b>36.776.372,32</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2023 - elaborado por CGPOL/DPLAN/SUDAM.



SUDAM

[www.gov.br/sudam](http://www.gov.br/sudam)

MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

